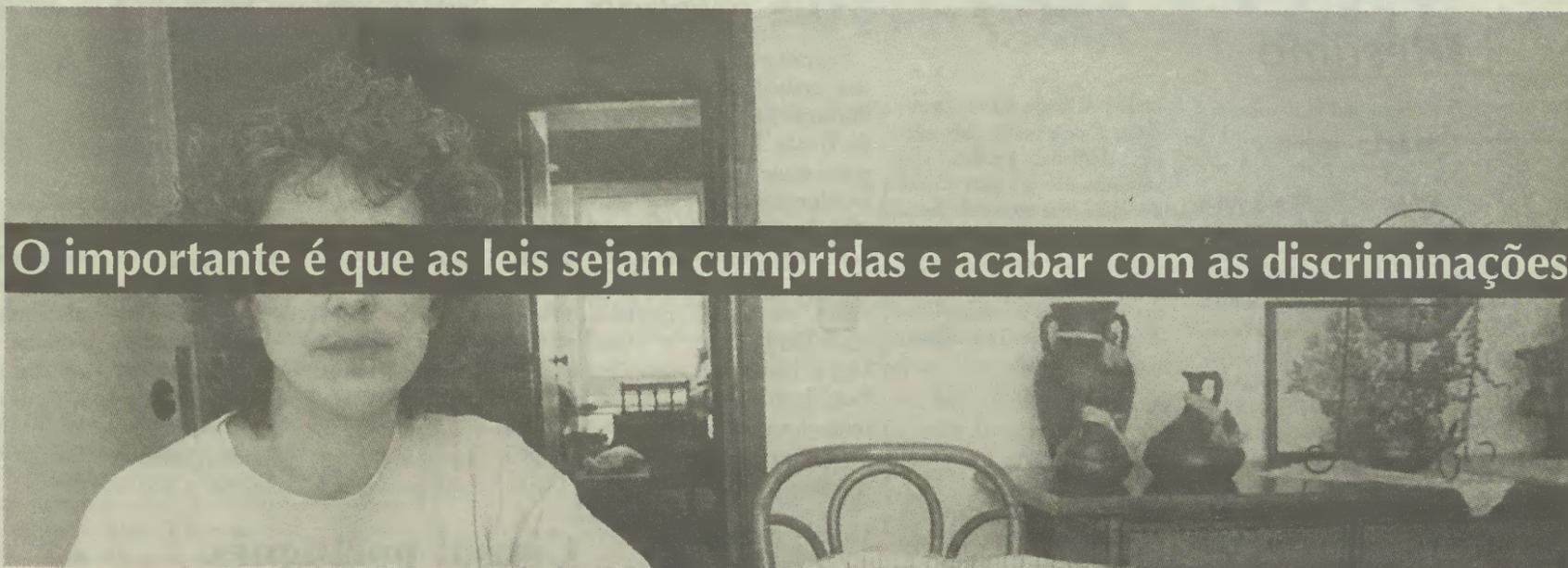


# Adiante!



O importante é que as leis sejam cumpridas e acabar com as discriminações

## Tolerância zero



O PCP apresentou na Assembleia da República dois projectos de lei visando o reforço dos direitos das organizações de mulheres e a efectiva fiscalização do exercício dos direitos das mulheres no trabalho.

Pág. 5

Os EUA vigiam  
comunicações  
em todo o mundo  
para fins  
de espionagem  
económica  
e controlo  
político



• Carlos Nabais

Centrais

## Echelon, o espião global

Subcomandante Marcos

### O calibre da mentira

Uma reflexão do subcomandante Marcos, do Exército Zapatista de Libertação Nacional, sobre a hipocrisia da sociedade dominada pelo imperialismo norte-americano.

Pág. 7

O 79.º aniversário do PCP



Campanha Nacional do PCP

### O Partido dos trabalhadores

«Melhores salários, emprego com direitos, mais valor ao trabalho» é a palavra de ordem das iniciativas que culminam em 15 de Abril.

Pág. 6

**Avante!**  
Proletários de todos os países  
UNITE-VOUS!

PROPRIEDADE  
Partido Comunista Português  
R. Soeiro Pereira Gomes, 3  
1600 - 196 Lisboa  
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO  
Editorial «Avante!», SA  
Av. Almirante Reis, 90,  
7.ª-A, - 1169-161 Lisboa.  
Capital social:  
15 000 000\$00.  
CRC matrícula: 47058.  
NIF - 500 090 440

DIRECÇÃO E REDACÇÃO  
R. Soeiro Pereira Gomes, 3  
1600 - 196 Lisboa  
Tel. 21 781 71 90/91  
Fax: 21 781 71 93  
E-mail:  
avante.pcp@mail.telepac.pt  
Web:  
http://www.pcp.pt

Director  
José Casanova

Chefe de Redacção  
Leandro Martins

Chefe Adjunto  
Anabela Fino

Redactores  
Carlos Nabais  
Domingos Mealha  
Henrique Custódio  
Isabel Araújo Branco  
João Chasqueira  
Ligia Calapez  
Manuel Jorge Veloso  
Margarida Folque

Grafismo  
José Araújo

Fotografia  
Jorge Caria  
Sérgio Morais

Secretaria da Redacção  
Ivone Dias Lourenço  
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO  
DISTRIBUIÇÃO ADE's  
Editorial Avante!  
Av. Almirante Reis, 90,  
7.ª-A, - 1169-161 Lisboa  
Tel. 21 815 34 87  
21 815 35 11  
Fax: 21 815 34 95

Alterações de remessa  
Até às 17 horas  
de cada sexta-feira:  
Tel. 21 815 34 87  
21 815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTAPRESS  
Delegação Lisboa:  
Tapada Nova - Capa Rota  
Linhó - 2710 Sintra  
Tel. 21 924 04 47  
Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia  
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS  
Av. Almirante Reis, 90,  
7.ª-A 1169-161 Lisboa  
Tel. 21 815 34 87  
21 815 35 11  
Fax: 21 815 34 95

TABELA DE ASSINATURAS\*  
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL  
(Contínente e Regiões  
Autónomas)  
50 números: 8 100\$00  
25 números: 4 200\$00  
EUROPA  
50 números: 21 850\$00  
EXTRA-EUROPA  
50 números: 30 600\$00  
GUINÉ-BISSAU,  
S. TOMÉ E PRÍNCIPE  
e MACAU  
50 números: 23 000\$00

\*Enviar para  
Editorial «Avante!»  
nome, morada  
com código Postal  
e telefone  
a acompanhar cheque  
ou vale de correio.

Composição e impressão  
Heska Portuguesa, SA  
Campo Raso  
2710 - 139 Sintra  
Depósito legal n.º 205/85



PCP, 79 anos de luta

## Resumo

### 1 Quarta-feira

O General Wiranto responde perante a comissão parlamentar indonésia encarregue de investigar a violência pós-referendo, e acusa a Austrália de voos ilegais antes do referendo. Termina a visita de Gil Robles, comissário europeu para os direitos humanos, à Tchechénia onde afirma que é necessária uma ajuda humanitária de urgência. Moscovo afirma que a Tchechénia continuará com o mesmo estatuto de qualquer outra república russa. O chanceler austríaco, Schuessel, ameaça vetar decisões da UE se continuarem as sanções contra o seu país. Roland Dumas demite-se do cargo de presidente do Conselho Constitucional, devido ao seu julgamento por um caso de corrupção.

### 2 Quinta-feira

Jaime Gama anuncia que Portugal irá perdoar metade da dívida directa de Moçambique como forma de ajuda pela catástrofe natural que se está a abater sobre o país. Jack Straw anuncia publicamente que Pinochet não vai ser extraditado para Espanha e que é livre para sair do Reino Unido. O PS, BE e o PCP insurgem-se contra a decisão do governo britânico de libertar Pinochet, apenas apoiada pelo PP. O ministro da Comunicação Social angolano, Vaal Neto, acusa Mário e João Soares de terem «beneficiado do tráfico de diamantes feito pela UNITA de Jonas Savimbi».

### 3 Sexta-feira

Tem lugar a realização, em Lisboa, pela primeira vez com carácter formal, de uma reunião entre a UE, a Rússia e os EUA. O Governo admite exigir à ONU a constituição de um Tribunal Internacional caso o julgamento de Wiranto não seja credível. Augusto Pinochet chega ao Chile após 16 meses de prisão em Londres. A estadia de Pinochet em Londres vai custar ao Chile cerca de 4,5 milhões de contos, cabendo aos contribuintes chilenos que pagar um terço da dívida.

### 4 Sábado

Carlos Carvalhas participa, em Beja, num comício comemorativo dos 79 anos do PCP. Cerca de quatro mil pessoas manifestam-se no Chile contra o regresso de Pinochet ao país, tendo ocorrido confrontos entre os manifestantes e a polícia. Um juiz chileno manda fazer exames médicos ao ex-ditador enquanto a deputada chilena

Isabel Allende afirma haver razões para acreditar que o relatório médico de Pinochet «foi manipulado». Aznar afirma não fazer nenhum acordo com o Partido Nacionalista Basco enquanto este mantiver o acordo com a ETA. Mais de trezentos mil moçambicanos ficam desalojados devido às cheias registadas no país.

### 5 Domingo

Carlos Carvalhas participa num almoço comemorativo do 79.º aniversário do PCP no Seixal, onde participam cerca de 1000 militantes. Hashim Thaci, antigo dirigente do UCK, teoricamente dissolvido, promete «libertar» o Kosovo. Vladimir Putin, presidente interino russo, afirma «não excluir» a hipótese da Rússia entrar na Nato. O governo israelita aprova a retirada do Sul do Líbano até Julho deste ano, mesmo sem um acordo com Damasco e Beirute. Cientistas holandeses e americanos descobrem o mecanismo de transporte do HIV.

### 6 Segunda-feira

Jorge Sampaio acusa Luanda de desrespeito para com dois conselheiros do Estado, Mário e João Soares, e exorta Angola a um pedido formal de desculpas. Um incidente junto à fronteira com Timor Ocidental, entre milícias pró-indonésias e timorenses pró-integração, provocam um morto e dois feridos, havendo suspeitas de envolvimento de militares indonésios da força especial Kopassas. É pedido ao Tribunal de Recursos de Santiago do Chile o levantamento da imunidade de Augusto Pinochet, sendo ainda possível o seu julgamento. O Supremo Tribunal russo autoriza a candidatura de Jirinovski, impedido de concorrer às presidenciais por não declarar a totalidade dos seus rendimentos.

### 7 Terça-feira

Após uma reunião com Maria de Belém, ministra da Igualdade, a Comissão Nacional para a Legalização de Imigrantes (CNLI) anuncia a abertura, em Maio, do processo extraordinário de legalização de imigrantes, ao qual se podem candidatar todos os imigrantes ilegais que entraram no país até Dezembro de 99. Confrontos na fronteira com Timor Ocidental, fazem dois mortos e um ferido. O presidente francês, Jacques Chirac, nega o pedido de clemência apresentado por Papon, funcionário francês de 89 anos condenado a dez anos de prisão por crimes contra a humanidade durante a II Grande Guerra.

## Aconteceu

### Portugal recordista em mortes na estrada

Segundo estudos comunitários, Portugal é o país da União Europeia com mais acidentes de estrada e vítimas deles resultantes, quer se fale do número de mortos ou de feridos graves e ligeiros. Para ilustrar esta terrível realidade basta dizer que, só nos dois primeiros

meses deste ano, já morreram 187 pessoas nas estradas portuguesas. Este triste recorde nacional reporta-se ao balanço feito em relação ao ano passado, mas não foi a primeira vez que Portugal ascendeu ao lugar cimeiro no ranking dos acidentes rodoviários nos 15 países da União



Europeia, dado que ocupa os primeiros lugares desta trágica lista há vários anos, apesar de significativas melhorias verificadas tanto na rede viária nacional como no rejuvenescimento

do parque automóvel, duas das várias «justificações» ainda hoje convocadas para explicar o elevadíssimo nível de sinistralidade rodoviária que, endemicamente, flagela o nosso

país. Na sequência de mais esta confirmação do terror que campeia nas nossas estradas, o Governo anunciou a preparação de nova reforma do Código de Estrada.

### Cônsul português desaparece no Brasil

Miguel Faower, cônsul português em Curitiba, no Brasil, desapareceu no final da semana passada da sua residência oficial, onde vivia sozinho, tendo o seu carro aparecido abandonado dias depois com vestígios de sangue. Segundo a polícia brasileira, e baseando-se em testemunhos presenciais, o diplomata português terá saído da sua residência enquadrado, na sua viatura, por dois jovens referenciados como elementos da prostituição masculina local, considerando também remota a possibilidade de se encontrar Miguel Faower com

vida. O corpo foi entretanto encontrado, mas subsistem as interrogações. Nada foi roubado da residência consular, à excepção de um telefone atendedor de chamadas que, ainda segundo a polícia brasileira, os intrusos terão levado «para que ninguém tivesse acesso aos recados ali deixados». Miguel Faower ingressou na carreira diplomática em 1983, onde entrou por concurso oficial, tendo desempenhado vários cargos em instituições comunitárias antes de ser colocado como cônsul em Curitiba, em 1997.

### Banca «nega» ao fisco 250 milhões de contos

Segundo um estudo publicado pelo *Diário de Notícias*, só nos últimos cinco anos as entidades bancárias no nosso país «esquivaram-se» de entregar ao fisco mais de 250 milhões de contos de impostos sobre os lucros acumulados. Apenas no ano passado, a banca furtou-se ao pagamento de mais de 60 milhões de contos de impostos sobre os lucros obtidos. O escândalo tem cobertura legal e resulta, directamente, das vantagens fiscais concedidas pelo governo ao sector bancário, nomeadamente na aplicação do IRC (imposto sobre os lucros)

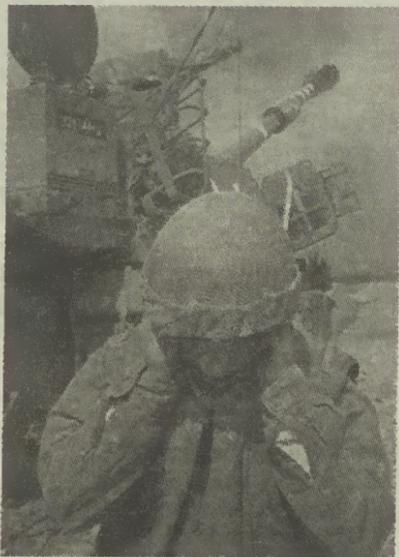
que, no caso dos bancos, é cobrado a uma taxa inferior a 20%, enquanto para a generalidade das empresas e da indústria essa taxa de cobrança do IRC ronda o nível médio de 30%. Apesar desta fatia impressionante de impostos não cobrados à banca pelo Estado, o sector bancário não é o único a beneficiar destes perdões fiscais encapotados, ascendendo a 900 milhões de contos os impostos não cobrados só em sede de IRC nos últimos três anos, o que equivale a 20% do total das receitas fiscais a cobrar pelo Estado este ano.

### Guerrilha prossegue guerra na Tchetchénia

Apesar de o Governo russo ter decretado a vitória na guerra da Tchetchénia contra os independentistas desta república do Cáucaso, os combates prosseguem, ferozes, agora sob a forma de guerrilha, com os independentistas a causar pesadas baixas numa colu-

na militar russa num ataque de emboscada nos arredores de Grozni ocorrido esta semana, enquanto uma outra coluna, mas agora de cerca de 70 independentistas, era rechaçada na tentativa de romper o cerco russo em Komsomolskoie, uma pequena localidade no sopé

das montanhas. Entretanto, o exército russo prossegue com o bombardeamento maciço das montanhas e desfiladeiros onde se refugiaram os independentistas, ao mesmo tempo que procura cortar-lhes todas as hipóteses de fuga, ocupando as vias de acesso.



### Israel decide saída do Líbano

Por unanimidade, o governo de Israel decidiu esta semana que as tropas israelitas irão sair do Sul do Líbano até ao próximo mês de Julho, independentemente de haver ou não acordo com as autoridades libanesas e sírias. Segundo um comunicado oficial do executivo israelita chefiado por Ehud Barak, «o Governo actuará de forma a garantir que esta movimentação se fará no âmbito de um acordo mas, se isso não for possível, o executivo reunir-se-á, numa altura adequada, para debater o método de implementação da decisão tomada». A retirada do Líbano foi uma das promessas eleitorais de Ehud Barak, na campanha eleitoral do ano passado. A ocupação do Sul do Líbano por tropas judaicas dura há já 18 anos e está ultimamente a causar muitas faixas entre as forças ocupantes, pelo que se acentua a impopularidade desta ocupação entre a população israelita.

## Crónica Internacional

• Carlos Aboim Inglez

### Não abusem

Após o chamado «fim da guerra fria», a Fundação Carnegie, um dos covis onde os lobos tramam os planos de ataque USA, uma selecta elite (Abramowitz, Albright, Scheffer e outros) trabalhou afanosamente na elaboração de uma nova estratégia mais activa que substituisse a anterior e assegurasse a salvação da NATO, como instrumento indispensável de preponderância na Europa. O seu relatório de 1992, *Mudar os nossos hábitos: o papel da América no Mundo Novo*, preconizava em conclusão adoptar um «novo princípio das relações internacionais: a destruição ou a deslocação de grupos de população no interior dos Estados podem justificar intervenção internacional». E para tal os EUA deviam «realinhar» a NATO e a OSCE. No mesmo ano, David Scheffer é co-autor doutro estudo da mesma Fundação, *A autodeterminação na Nova Ordem Mundial*, onde traça o cenário de futuras acções: «Quando uma reivindicação de autodeterminação desencadeia um conflito armado que se torne uma crise humanitária a intervenção externa é «um imperativo indiscutível», pelo que há que «redefinir o princípio de não ingerência nos assuntos internos dos Estados». E para tal «os EUA devem procurar um consenso à volta da sua posição no seio das organizações regionais e internacionais, mas não devem sacrificar os seus próprios juízos e princípios se um tal consenso faltar». O conhecido desabafo de Madeleine Albright – «Para que serve ter a maior força militar do mundo se não a utilizarmos?! – ganha assim estatuto de brutal directiva para a política externa do imperialismo americano. Os povos dos Balcãs (e não só...) que o digam.

Muitos outros «especialistas» trabalham nesta matéria. Zbigniew Brzezinski, no seu livro *O Grande Tabuleiro de Xadrez*, de 1997, fornece fundamentações geoestratégicas para o imperialismo USA, tendo como alvo central aquilo a que ele chama «os Balcãs Euroasiáticos», indo das margens do mar Negro às fronteiras da China, com Cáucaso e Cáspio no coração. Na conferência de imprensa

As vítimas são os povos. E os povos zangam-se



sa em Paris para a apresentação da obra, em 1998, um jornalista pediu-lhe para explicar o «paradoxo» de a sua doutrina ser tão «pragmática e impregnada de *realpolitik*» e ele ter sido um destacado «defensor dos Direitos do Homem». Descarado, Brzezinski esclareceu: «Elaborei essa doutrina (...) porque era a melhor maneira de desestabilizar a URSS. E funcionou.» Descarado, deu um exemplo de como não se limitava a belas palavras sobre os Direitos do Homem mas sabia também fazer o trabalho sujo. Contou como a CIA começou a fornecer armas aos contra-revolucionários afegãos em meados de 1979, seis meses antes que a URSS acedesse aos pedidos de ajuda do Governo do Afeganistão. E rematou: «Nós não obrigámos os russos a intervir, mas conscientemente tornámos essa intervenção mais provável. Esta operação clandestina era uma excelente ideia. Teve como efeito atrair os russos para a armadilha afegã.» Quantas mais armadilhas se estão tecendo?!

Estes casos ficam em geral no segredo dos deuses: trata-se de «alta política», não para consumo dos simples mortais. Por isso, a bargagem de condicionamento ideológico sobre o «direito à autodeterminação», o «direito de ingerência humanitária», os «direitos do Homem», se torna uma litania interminável, adequadamente teorizada e ilustrada mediaticamente por imagens de horror. Tal lavagem ao cérebro serve às mil maravilhas os velhos/novos apetites do grande capital e da força político-militar imperialista que o serve. É imprescindível denunciar os seus mentores originais. Para que não abusem da nossa razão e do nosso coração. As vítimas são os povos. E os povos zangam-se.

## Editorial

# UM MELANCÓLICO E IMENSO VAZIO

Segundo dirigentes do PS, comentadores e analistas políticos e afins, o PS e o Governo do engenheiro Guterres vivem uma situação angustiante e dramática. Não por efeito das lutas internas que envolvem um significativo número de dirigentes do partido e que destapam desmedidas ambições de poder a curto, médio e longo prazo; nem por efeito de o Governo, continuando abusivamente a falar em nome da esquerda, prosseguir fielmente a sua política de direita: a situação dramática decorre, segundo os peritos, do facto de não haver quem «faça oposição». Dizem uns que tal situação tende a empurrar o Governo para a «asneira» – como se fosse necessário ser empurrado... Dizem outros que esta lamentada «ausência de oposição», evidenciando a inexistência de uma «alternativa credível», prejudica o «jogo democrático» e deixa o Governo com as mãos livres para fazer o que muito bem lhe apetece – como se essa não fosse a prática do Governo desde há quase cinco anos. Dizem uns e outros, em coro e em síntese, que a

“A «instabilidade do PCP» tem constituído tema preferencial para gerações sucessivas de analistas”

dramática situação é resultante do «clima de instabilidade existente no PSD e no PCP», clima que também é responsável pelo «amorfismo» do PS e pelo «adormecimento das estruturas do partido». (E tão profundo é esse «adormecimento» que a comissão permanente do PS decidiu que a próxima reunião do Secretariado Nacional vai ser dedicada à discussão de «formas de reactivar o partido, do nível nacional ao nível distrital/local».)

O conteúdo da análise produzida por tão luzida corte de dirigentes e pensadores políticos é bem revelador do tempo que vivemos e de como a actividade política é vista e considerada.

Para esses argutos observadores, a expressão «ausência de oposição» tem um significado muito especial. Trata-se de uma fórmula que, metendo no mesmo cómodo saco a oposição ao Governo e a oposição à política do Governo – e não distinguindo o conteúdo concreto das oposições praticadas, por exemplo, pelo PSD e pelo PCP – identifica sob a designação geral de «oposição» todos os partidos que não estão no Governo. E como o PSD – por eles, regra geral considerado como «o maior partido da oposição» ou, até, «o líder da oposição» – vive uma situação de guerra entre «oposições» internas, facilmente chegam à desejada conclusão da «ausência de oposição».

Trata-se, ao fim e ao cabo, de um conceito de

oposição bem ajustado à manipulação reinante e ao objectivo de consolidar e institucionalizar a alternância e a bipolarização, pilares essenciais do sistema, sustentáculos e motores de uma política ao serviço dos interesses dos grandes grupos económicos. Trata-se de fazer passar como boa uma «oposição» que não ponha em causa a política de direita, que vá colorindo e enfeitando o chamado «jogo democrático», que finja ser o que não é para melhor ser o que é – e, especialmente, que transmita a imagem de uma «democracia que funciona» e, assim, dê força ao modelo de democracia dominante.

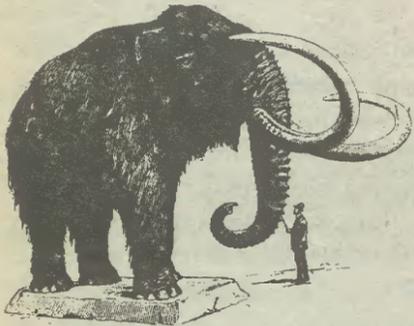
«Instabilidade do PCP» – sempre apresentada como dado adquirido e como manifestação de fase terminal – tem constituído tema preferencial para gerações sucessivas de comentadores e analistas. Não têm conta as vezes que, nos últimos 79 anos, na sequência de fundamentadas e brilhantes análises, o PCP foi dado como morto. E são conhecidas, igualmente, as múltiplas formas que a anunciada morte tem assumido – e, naturalmente, as receitas capazes de obviar ao sinistro desenlace. Na situação actual, e como acontece sempre que o PCP está em tempo de Congresso, as orações fúnebres aumentam de tom e as tradicionais ladainhas multiplicam-se. Enquanto a comunicação social da especialidade vai divulgando as «notícias» que melhor servem esse objectivo obituário, emergem, do interior do PS, «vozes amigas», «conselhos democráticos», enfim «sinceros votos para que os sinais de mudança se aprofundem». Porque é na mudança que está a salvação: «Um PCP responsável, convictamente reconvertido aos valores mais significativos da democracia política (...) faz falta ao País. Faz falta à esquerda» – escrevia, há dias, um conhecido militante do PS; e acrescentava, deixando fugir a boca para a verdade: «Faz falta, a diversos títulos, ao próprio Partido Socialista.» Convenhamos que não se pode ser mais claro.

Tamanho é o esforço desenvolvido por todos esses ilustres pensadores na análise à «instabilidade», à «morte iminente» e à «mudança salvadora» do PCP que não lhes sobram forças para observar a actividade concreta dos comunistas. Assim, em vez de procurarem avaliar a dimensão e o conteúdo do debate preparatório do XVI Congresso, optam pelo recurso ao velho cozinhado de frases feitas sobre o funcionamento interno do PCP; em vez de se pronunciarem sobre o que é, de facto, esse funcionamento interno preferem referir-se-lhe recorrendo a mastigadas conclusões que lhes permitam escapular-se à constatação do superior conteúdo democrático da vida interna do PCP; em vez de se pronunciarem sobre o papel do PCP no combate à política de direita e pela construção de uma alternativa política de esquerda – combate que evidencia uma postura única no quadro partidário nacional – preferem discorrer sobre as angústias decorrentes da «ausência de oposição»... Não querendo ver a oposição que existe, que age, que propõe, que luta, que outra coisa poderão ver que não seja um melancólico e imenso vazio?

## Actual Argumentos sem peso

• José Casanova

Tendo como pano de fundo velhas simpatias pela Unita e antipatias ainda mais velhas pelo MPLA, Mário Soares falou do regime angolano em termos que o Governo daquele país considerou «ofensivos e humilhantes». Em resposta, o ministro da Informação de Angola declarou «saber» que Mário Soares faz parte



do grupo dos «maiores beneficiários do tráfico ilícito de diamantes e marfim praticado por Jonas Savimbi». Soares achou a acusação «cómica». O ministro («esse ministro, esse Neto», segundo Soares) reafirmou a acusação e disse possuir provas do que dizia. «Cómica» ou não, a acusa-

ção é muito grave. Mas, enquanto aguardamos que o ministro angolano prove o que disse, atentemos noutras vertentes da questão.

Avaliando a abordagem do caso na Assembleia da República, Mário Soares considerou «importantíssima» a posição tomada pelo PP, «deu-se por satisfeito» com as posições do PS, do PSD e do BE e «manifestou compreensão pelo silêncio do PCP». Quanto à reacção do Governo, expressa através de uma tomada de posição do Ministério dos Negócios Estrangeiros e de declarações do Primeiro-Ministro, considerou que «não é satisfatória». E pergunta: «Como é que se aceita que uma referência democrática (está a referir-se a si próprio, obviamente) seja acusada de tráfico de diamantes?»

- e, ao que parece, aguarda resposta. É essa, aliás, a linha de pensamento seguida por alguns amigos mais chegados de Soares. Ora, tal linha de pensamento afigura-se-me pouco consistente. Com efeito, parece-me no mínimo insólita esta atitude de refutar uma acusação concreta (mesmo que injusta) promovendo o (ainda que inocente) acusa-

do à qualidade de «intocável». Com a agravante de essa «intocabilidade» ser sustentada por mais que duvidosas caracterizações, como sejam as que pretendem apresentar Mário Soares como incontestável e louvável «pai da democracia» e como exemplo de «coerência do discurso e da luta contra as ditaduras e em defesa dos direitos humanos». Ainda que assim fosse, isso de pouco, ou nada, serviria no caso em questão e estaríamos sempre face a uma série de argumentos sem peso. Acresce que, quanto ao papel de Soares na democracia portuguesa, tenho para mim que ele se traduziu na construção, em Portugal, de um modelo de democracia importado, moldado à medida dos desejos e interesses dos donos do Mundo, carenciado de conteúdo democrático e assente num limitado conceito de direitos humanos. E, como sabe quem quer saber, só ironicamente se pode falar da tal «coerência do discurso e da luta» do Dr. Mário Soares - amigo do peito de vários «mobutus», apoiante declarado da invasão de várias «granadas», crítico implacável de alguns «senhores da guerra», sem dúvida, mas defensor acérrimo de outros...

## O mistério da desigualdade

• Aurélio Santos

Fernando Correia, no seu livro «Os Jornalistas e as Notícias», refere como velha fórmula do jornalismo anglo-saxónico a de que «os factos são sagrados, as opiniões são livres». Boa máxima a fixar para quem escreve. Mas não parece que o PCP, a sua história, a sua realidade e a sua acção política estejam actualmente destinados a essa sagração factual.

Importa perguntar por quê.

Os comunistas têm sido, nos últimos dias, objecto de especial atenção por parte da comunicação social. Desde a idade dos dirigentes até às suas pretensas tendências políticas no partido, de «duros» a «renovadores», passando por irrelatáveis, muito se tem escrito. O mal não é que se escreva tanto. É que se escreva tão mal.

Esta apagada e falseada análise do PCP nos meios de comunicação social deixa-me insatisfeito e revoltado. Os comunistas merecem muito mais. Pelo que são e pelo que já deram ao seu país, à sua cultura, à sua história - pela sua contribuição para a construção da democracia e pela resistência que fincaram em terra fascista de partido único, em que o PCP foi o único que resistiu à ditadura como força política coesa e organizada.

Poderá dizer-se que é esse o estilo em voga para tratamento da vida política na nossa imprensa. Mas não é ver-

dade. Há de facto, quanto ao PCP, uma grande, enorme diferença de fundo, de conteúdo, de raiz: enquanto nos outros partidos o que se comenta e está em causa são «líderes» ou «lideranças» traçadas em qualquer curva ou esquina de conjuntura, almoçadas ou jantadas num qualquer restaurante, relativamente ao PCP, mesmo quando

parece que se fala de pessoas, até classificando-as e rotulando-as, o alvo é outro. Não são as pessoas as visadas - embora isso também possa interessar a alguns articulistas como especieria acrescentável - mas sim a própria essência do ideal comunista, a natureza que fez e faz do PCP uma diferença na sociedade portuguesa. Porque essa diferença existe: enquanto esses partidos se propõem apenas alternar na gestão da sociedade tal como ela é e está, os comunistas visam uma alternativa de transformação dessa mesma sociedade.

Por essa diferença o PCP é diferente e tem naturalmente que ser diferente. Pode haver quem não compreenda o sentido da diferença. Mas há decerto quem nos ataque mais por bem de mais o compreender.

Afinal o mistério de um tratamento desigual é fácil de desvendar: reside simplesmente na diferença de ser ou não ser. Há quem já tenha dito sobre isto que aí está a questão. Por mim, acho que Hamlet tinha toda a razão.



## O gesto

• Leandro Martins

Face à enormidade da catástrofe, à imensa toalha de água que alastra e alaga territórios inteiros, deixando sem abrigo centenas de milhares de pessoas e muitos mais à fome e à míngua de quase tudo, menos da dor e do desgosto, e muitos mais ainda à mercê das doenças que ameaçam, e já tantos mortos, e tantos mais sem vislumbre de futuro, seria de esperar que faltassem as palavras para exprimir a condolência e a solidariedade.

Falamos de Moçambique, de que não faltaram imagens, que nos entraram casa dentro, inquietando cada um de nós e convergindo, parecia, quase todos numa única questão: que fazer para acudir rapidamente? Como agir rapidamente para salvar vidas? Como, rapidamente, socorrer, aliviar sofrimentos, prevenir dores maiores?

Afinal, passados dias e dias sobre a invasão das águas, concluímos, nós, os portugueses que, sem paternalismos

nem laços de neocolonialismo que nos movam, apenas tocados por aquela fraternidade particular de quem fala a mesma língua e exprime a dor nas mesmas palavras, que as palavras não faltaram. Houve, mesmo, e se calhar estão aí para durar enquanto não secarem as savanas e as ruas, uma abundância de palavras. Sobretudo se as compararmos com a solidariedade real, aquela que se mede não apenas em gestos mas, muito materialmente, em alimentos e remédios, em transportes e agasalhos.

Durante muitos dias, um secretário de Estado português fartou-se de dizer que era mais fácil trazer imagens da tragédia do que organizar a ajuda. Repisava o mesmo a cada intervenção televisiva, já os jornalistas mostravam impaciência, a sentirem-se quase acusados de mostrarem a realidade, de não darem «tempo» ao Governo de, sossegadamente, tomar medidas.



Se se tratasse apenas de uma operação de ingerência militar, a correr à frente dos Estados Unidos para esmagar uma Sérvia, outras bósnias cantaríamos. Não iriam faltar helicópteros, obuses e pesadas botas, com a TV a mostrar as sentidas despedidas das famílias da rapaziada que ia «cumprir o seu dever» e «defender a Pátria», seja lá o que isso for na linguagem integracionista dos órgãos do Estado. Gastas tantas palavras de solidariedade vazia, veio o gesto. Em forma de «perdão» de uma dívida. Gesto sem dúvida importante. Mas que não alivia em nada este sofrimento de hoje.

## Frases

“O que este ministro [do Interior britânico] da tal Terceira Via (coisa hesitante entre o neoliberalismo selvagem, o servilismo bacoco, a beatice ronqueira e a idiotice grosseira) fez ao invocar a razão humanitária foi descansar a intranquila consciência dos seus amigos americanos, os principais responsáveis pelo êxito dos massacres de Pinochet (...)”

(Francisco Moita Flores - «Diário de Notícias», 06.03.00)

“Para o Zé Manel, não havia terapia: não há familiar que acolha, de braços abertos, um corpulento quarentão que, à luz do dia, lhe surja a correr, esvoaçando gravatas de seda, a bradar em pânico: “Eu vi o Santana Lopes! Eu vi o Marques Mendes!””

(Nuno Brederode dos Santos - «Expresso», 04.03.00)

“Durão Barroso (...) pediu desculpa apenas ao Congresso porque, quando fez a afirmação, não sabia que Zandinga tinha morrido.”

(Uma fonte do PSD, citada em «Expresso», 04.03.00)

“Finalmente, gostaria de dizer que, com todas as suas “gaffes” e fraquezas, não considero impossível que Durão Barroso consiga aguentar-se no cargo e chegar a primeiro-ministro.”

(José António Saraiva, «Política à Portuguesa» - «Expresso», 04.03.00)

“As expectativas sobre uma eventual “holding” do PSD com o PP estão ao nível da Portugal Global no audiovisual, que é como quem diz não entusiasma ninguém.”

(António José Teixeira - «Diário de Notícias», 05.03.00)

“Misturando os problemas da RTP com os da RDP e da Lusa, o ministro [Armando Vara] complicou ainda mais o que já era complicado - e nunca irá resolver problema nenhum.”

(Editorial - «Expressão», 04.03.00)

“(...) constitui um erro grosseiro e dramático a forma como a Portugal Global vai nascer. Para tudo correr bem exigia-se a definição prévia e clara do que deve ser o serviço público de comunicação do Estado, bem como o pré-saneamento financeiro da RTP. Nem uma coisa nem outra estão feitas.”

(Nicolau Santos, «Cem Por Cento» - «Expresso-Economia», 04.03.00)

“O que se impunha era reequacionar uma RTP em que a cultura de serviço público não existe. Em que a dimensão de serviço público da programação é pouco perceptível. Em que o tratamento da informação é escandalosamente medíocre.”

(J.M.Nobre-Correia, «Mediapolis» - «Expresso-Economia», 04.03.00)

“Ocupado com os assuntos europeus, António Guterres ter-se-á apercebido da monstruosidade arcaica e saloia concebida por Vara?...”

(idem, ibidem)

“Não me causou surpresa ser o melhor para o Porto.”

(Narciso Miranda - «Expresso», 04.03.00)



O importante é que as leis sejam cumpridas

# Tolerância zero às discriminações

**O** PCP apresentou ontem na Assembleia da República dois projectos de lei visando o reforço dos direitos das organizações de mulheres e a efectiva fiscalização do exercício dos direitos das mulheres no trabalho.

A iniciativa, integrada na campanha «Tolerância zero às discriminações e desigualdades», foi anunciada, na sexta-feira passada, em conferência de imprensa, com a presença do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas.

Também ontem, o Grupo Confederal da Esquerda Unitária/Esquerda Verde Nórdi-

ca, reunido em Lisboa, debateu «As mulheres e o emprego», a fim de poder avançar com iniciativas a nível do Parlamento Europeu.

A campanha integra, ainda, a realização de diversas iniciativas nacionais de propaganda, com a distribuição de um documento específico em diversos hipermercados e em grandes empresas

com grande peso de mão-de-obra feminina, envolvendo dirigentes e activistas, deputados e autarcas.

Acompanhado de Rosa Rabiais, do Secretariado do CC, de Emília Marques e Manuela Prates, sindicalistas, e de Margarida Botelho, deputada, Carlos Carvalhas começou por lembrar o carácter progressista da Constituição portuguesa e o facto de o nosso país não estar «desprovido de legislação que promove a igualdade».

**A legislação não tem efeitos práticos no quotidiano das mulheres**

Mas a legislação sobre os direitos das mulheres «não pode ser um mero objecto de decoração da democracia portuguesa, sem efeitos práticos no quotidiano da vida

das mulheres, nem pode ser apenas uma peça de retórica a ser utilizada nos discursos de circunstância ou em discursos oficiais, nomeadamente no

dia 8 de Março».

Para o PCP é, por exemplo, inaceitável que as leis relativas à maternidade/paternidade não sejam cumpridas devido à chantagem ou à pressão de certas entidades empregadoras ou que candidatas a empregos sejam sujeitas a perguntas sobre questões de foro pessoal.

des meios de comunicação social, à semelhança do que outros ministérios têm feito em relação à legislação rodoviária».

Com as leis que o PCP agora apresenta, disse por sua vez Margarida Botelho, o que se pretende é desenvolver alguns mecanismos para fazer cumprir a legislação que já existe, designadamente de protecção à maternidade.

«É que as denúncias que chegam à Inspeção de Trabalho - quando chegam -, acabam por ser proteladas, por não ser investigadas e mesmo quando se comprovam têm por vezes coimas

ridículas.» Por isso, o PCP propõe que a Inspeção Geral de Trabalho tenha 30 dias para investigar e comprovar as denúncias que lhes cheguem tanto pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego como por parte dos sindicatos ou de outra entidade idónea, e que, passados estes 30 dias, informe a CITE de qual foi o resultado da investigação e proceda às devidas diligências legais. No caso de a denúncia ser de um sindicato, este deve ter o direito de acompanhar a IGT na investigação da denúncia ou da discriminação em causa.

## Testemunhos

**Emília Marques,** trabalhadora e sindicalista no sector de grandes superfícies, onde as mulheres representam 70%, relata três casos. Um é de uma jovem com trabalho a termo num grande hipermercado



que, a partir do momento que informa a entidade patronal de que está grávida, começa a sofrer todo o tipo de discriminações e perseguições, acabando por ser despedida uns dias antes de concluir o seu contrato. Outro, o de uma trabalhadora cujo marido é segurança também numa grande superfície e que, desde Outubro, tenta conseguir um horário que lhe permita conciliar a vida profissional com a familiar. Já apresentou justificações do emprego do marido mas, como o problema não se resolve e tem de sair mais cedo para ir buscar o filho, todos os meses sofre descontos nos seus salários. Um outro caso, ainda, é o de uma trabalhadora que, após a licença de maternidade, informou a empresa que iria utilizar as duas horas que a lei lhe confere para aleitação. «Gozas uma e já vais com muita sorte» foi a resposta, porque «se insistes nas duas, és transferida para outra loja...», claro que muito mais longe da sua residência!

**Manuela Prates,** do sector têxtil do sul, com 90% de mão-de-obra feminina, por seu turno, refere a generalização dos contratos a prazo no sector têxtil e conta que, naquela mesma semana, uma trabalhadora que já cumprira um contrato de sete meses e terminava este mês um segundo contrato informou a empresa que estava grávida. Apesar de se encontrar de baixa, por problemas ligados à gravidez, a empresa, ilegalmente, comunicou-lhe que já não deveria regressar ao trabalho. Outro problema preocupante no sector são os ritmos de trabalho. Aliados, na maioria das empresas, à falta de respeito pela lei das 40 horas e das pausas, este factor traduz-se por um envelhecimento precoce das trabalhadoras. Embora não exista qualquer estudo sobre o problema, a realidade mostra que a maior parte das mulheres do sector não são reformadas por limite de idade: ou são obrigadas a abandonar o seu posto de trabalho ou são reformadas por invalidez profissional. Simultaneamente, é hoje exercida sobre as trabalhadoras uma coacção psicológica «quase de terror». Para Manuela Prates, o projecto de lei do PCP é ainda muito importante porque para estes atropelos as entidades patronais contam precisamente com a inoperância dos organismos e com as coimas ridículas que lhes são aplicadas.



### Mais fiscalização

Independentemente da nova legislação e de eventuais aperfeiçoamentos da que está em vigor, «o que é importante, necessário e urgente», dizem os comunistas, é que «a legislação existente seja cumprida». Daí terem decidido desencadear uma campanha pela «Tolerância Zero» em relação ao incumprimento da legislação, para a qual contam com o apoio dos Sindicatos e das Comissões de Trabalhadores.

O PCP vai, ainda, confrontar a Inspeção Geral do Trabalho (e o respectivo ministro da tutela) «com as suas responsabilidades e omissões em relação a esta matéria» e «desafiar» a ministra para a Igualdade para que se junte ao PCP nesta acção global e tome a iniciativa «de lançar uma grande campanha de Tolerância Zero, nos gran-

## Dão-se alvissaras!

**A** Constituição portuguesa consagra a maternidade como função social. Talvez porque à maternidade se deva a renovação da espécie ou, o que não é menos importante, a renovação da força de trabalho.

Tudo apontaria, pois, para que a protecção à maternidade, a criação de condições para o seu exercício livre e pleno, fosse uma prioridades nas orientações políticas dos governantes e assumida por toda a sociedade.

Mas não é assim que se passa e os custos da maternidade são quase por inteiro pagos pelas próprias mulheres: despedimentos, descontos nos salários, cortes na carreira, sobrecarga de tarefas, para não falar num sem-número de outras discriminações.

De facto, as ofensas que ainda hoje se praticam em relação aos direitos das mulheres (e não só, naturalmente, mas é de mulheres que se está a falar) fazem-nos, por vezes, recuar no tempo, parecendo-nos estar a assistir a um qualquer filme de época.

Por exemplo, quem acreditaria (se as provas não estivessem aí) que, nos dias de hoje, em determinadas empresas, se controla o tempo e as vezes que uma trabalhadora vai à casa de banho? Ou que, ao contratar uma jovem para um emprego se lhe pergunta se é ou pensa ser mãe?

A realidade é, porém, irreversível - a participação da mulher aos vários os níveis da vida nacional é vital para a sociedade e às mulheres não lhes passa sequer pela cabeça abdicar desse direito -, pelo que, a manter-se o desrespeito das leis, não nos admiremos que um dia reapareçam pregões a anunciar alvissaras a quem encontre mulheres dispostas a usufruir do «privilegio» de ser mãe.

Campanha nacional do PCP arranca no dia 14 e inclui venda especial do «Avante!»

# O Partido dos trabalhadores

«Melhores salários, emprego com direitos, mais valor ao trabalho» é a palavra de ordem das iniciativas que vão ter lugar, do Minho aos Açores, culminando com um encontro de quadros, a 15 de Abril.

Nesta campanha é feito o apelo a que os trabalhadores «tomem as nossas propostas como suas e que tomem também este Partido como seu, para reforçar a sua luta e concretizar as suas aspirações», salientou Jerónimo de Sousa, membro da Comissão Política do PCP. Em depoimento ao «Avante!», sintetizou em três pontos os objectivos da campanha:

- caracterização e denúncia da situação social;
- valorização e divulgação das propostas do PCP em relação aos direitos e aspirações dos trabalhadores;

próxima terça-feira, dia 14, em Lisboa, num encontro com Carlos Carvalhas e vários outros dirigentes do Partido, e membros de organizações representativas de trabalhadores, sobretudo dos distritos de Lisboa e Setúbal.

Decorre a nível nacional, «do Minho aos Açores», e «contará muito com a programação e a criatividade das organizações do Partido, a nível regional, sectorial e de empresas», apontando-se para «uma grande diversificação de iniciativas». Para além do contacto directo com trabalhadores e da realização

te nos maiores distritos. Serão envolvidos outros dirigentes do Partido e deputados... «Mas confiando muito na organização do Partido a nível de empresas, concelho, sectorial e regional, cujo empenhamento e criatividade será decisivo para o sucesso da campanha», salienta Jerónimo de Sousa.

A campanha culmina a 15 de Abril, com um grande encontro nacional de quadros do PCP.

## Actualidade

Definida tendo em conta que se vai realizar em Lisboa a Cimeira extraordinária da

UE, a campanha será «centrada nas grandes questões da actualidade, no plano político e social». Tal como indica o lema, os comunistas vão chamar a atenção da sociedade e, sobretudo, dos trabalhadores, para a necessidade de valorizar os salários – «que o Governo persiste em maltratar, como fez na Administração Pública, procurando assim constituir a força

de exemplo para o sector privado e contrariando todas as afirmações de que haveria aproximação à média europeia», comenta, a propósito, Jerónimo de Sousa. Outro grande tema será o combate à precarização do emprego.

O PCP, diz Jerónimo de Sousa, «demonstrará que este Governo esconde a realidade, procura esconder as suas responsabilidades na insegurança que já atinge mais de um milhão de trabalhadores com vínculos precários, especialmente jovens e mulheres.

Às questões da precarização, por exemplo, o Governo «não dedica nem uma linha no documento que preparou para Cimeira». Por outro lado, «cinicamente, diz que é preciso combater a saída precoce do mercado de trabalho», enquanto «na prática, produz legislação que estimula essa saída e, em grandes empresas (TAP, transportes, Administração Pública) faz com que homens e mulheres de 50 anos saiam do mercado de trabalho».

«Recusamos que a situação que hoje se vive no mundo do trabalho seja encarada como fatalidade», declara Jerónimo de Sousa, salientando que tal situação «é o resultado de uma política concreta, tem causas e tem responsáveis concretos, disfarçados no ilusionismo governamental, sempre protegido pelos grandes meios de comunicação social».



Uma grande diversidade de iniciativas

- e valorização da luta dos trabalhadores e da importância que os trabalhadores têm para este Partido, visando que não sintam só o PCP com eles, mas que estejam com ele, que adiram ao PCP.

## Criatividade

A campanha, «de contacto com os trabalhadores», terá o seu lançamento público na

de reuniões com estruturas representativas, «vamos também incluir na campanha a valorização do «Avante!»», adiantou Jerónimo de Sousa, revelando que para dia 30 de Março está a ser preparada uma venda especial em empresas, locais de trabalho e serviços.

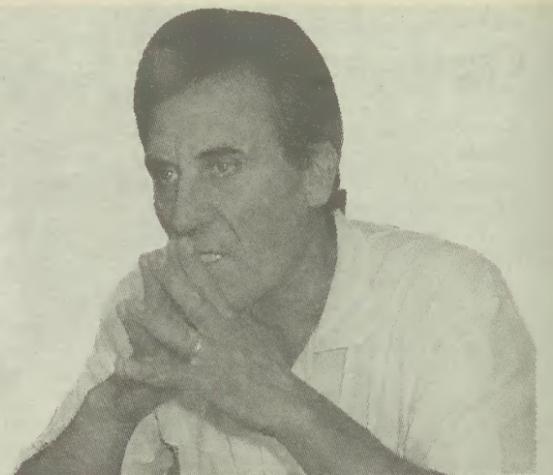
Também o secretário-geral vai participar em visitas a empresas e em iniciativas concentradas, particularmen-

União Europeia, a 23 e 24 de Março, e que Portugal exerce até Junho a Presidência da

**Melhores salários  
emprego  
com  
direitos**

**Mais valor  
ao trabalho!**

PCP



## Mais apoio às propostas justas

O PCP «não se limita à crítica e à denúncia» e, nesta campanha, «quer também divulgar e valorizar junto dos trabalhadores as suas propostas», diz Jerónimo de Sousa, recordando que, logo depois da abertura da AR, «apresentámos três propostas com sentido de urgência social»:

- «O aumento das pensões e reformas para todos, e não só para alguns» (diz, a propósito, que «o troféu do PP em relação às reformas dos rurais não passou de um copião da proposta apresentada pelo PCP logo na abertura da sessão legislativa»).

- A redução da idade de reforma das mulheres, para os 62 anos.

- E a valorização do salário mínimo nacional.

## Novos projectos

Mas, «como assumimos na campanha eleitoral para as legislativas, temos outras propostas de fundo para o mundo do trabalho» e, durante a campanha, «iremos divulgar alguns projectos de lei que vão agora dar entrada na AR». O dirigente comunista sintetiza os objectivos dessas iniciativas legislativas:

- reduzir, de forma faseada, o horário semanal de trabalho para 35 horas, sem perda de salários nem de direitos e como factor de criação de mais emprego;

- alterar a lei dos contratos a prazo, para impedir a generalização deste regime e dar-lhe carácter de excepção, tendo por princípio que uma função permanente deve ser desempenhada por um trabalhador com contrato de trabalho efectivo;

- garantir os direitos dos trabalhadores transferidos, ou cedidos, da sua empresa de origem (como tem sucedido em algumas grandes empresas, com prejuízo dos trabalhadores);

- garantir que, nos casos de falência ou insolvência, os trabalhadores recebam os seus créditos num prazo razoável, responsabilizando por isso os cofres do Ministério da Justiça, já que, muitas vezes, são os tribunais os responsáveis das grandes demoras na resolução dos processos.

O PCP vai apresentar também um projecto de resolução, «de forma a promover na Assembleia da República um grande debate sobre o combate à precariedade e a efectivação das leis do Trabalho».

## Mais força ao PCP

Jerónimo de Sousa sublinha que «estas propostas têm um grande valor e terão tanto maior aceitação na AR quanto maior for a identificação dos trabalhadores com o seu conteúdo». Para aquele membro da Comissão Política do Partido, «a dinâmica de massas e a luta dos trabalhadores determina, muitas vezes, o comportamento do legislador, que só por si não oferece nada; mas a própria iniciativa legislativa potencia esse mesmo movimento de massas». É neste pressuposto que «contamos com a luta e a reivindicação dos trabalhadores», enquanto «os trabalhadores podem contar com a iniciativa e a proposta do PCP».

Mas «este não é um partido de agitação, é, fundamentalmente, um partido que valoriza a organização», ressalva Jerónimo de Sousa, explicando que, «para nós, é importante que os trabalhadores compreendam que não basta este Partido estar com eles, nas horas boas e nas horas más, nas pequenas e nas grandes lutas; não basta que sintam que é o PCP o único partido que vai lá, aos locais de trabalho, no intervalo entre eleições. Continuamos a considerar que, mais importante do que ir lá, é estar lá, na empresa, no serviço, através da expressão concreta da presença e da participação dos militantes comunistas».

«Entendemos que não basta dar o aplauso ao PCP, ter admiração pelo PCP; é importante que os trabalhadores percebam que, quanto mais força derem a este partido, mais força ele tem, na AR e na intervenção mais geral, em defesa de posições justas e dos interesses dos trabalhadores», conclui Jerónimo de Sousa.

## ALVERCA

## Cego e parvo, quem?

«Cegos e parvos», eis os epítetos com que Alberto Mesquita, vereador do PS na Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, qualifica a população de Alverca, em declarações ao jornal regional «Novo Tejo» a propósito da oposição levantada à entrega do terreno da Quinta da Vala ao Futebol Clube de Alverca.

Segundo o vereador do PS, uma posição «inteligente» seria a de aceitar imediatamente o projecto e depois pressionar a Câmara, no sentido de arranjar terreno para o parque de exposições. «Mas não», prossegue Alberto Mesquita, eles «vão pelo lado pior, escolhem o errado caminho, são cegos e parvos».

A Comissão Concelhia de Alverca do Ribatejo do PCP, repudiando esta «grave ofensa» aos alverquenses, exige que o referido vereador apresente publicamente desculpas à população.

## ALCOCHETE

## Verbas insuficientes

A CDU de Alcochete, descontente com as verbas atribuídas no PIDDAC ao concelho (209.700 contos), apresentou na Assembleia Municipal uma moção de protesto (aprovada com a abstenção apenas do PS), exigindo a contemplação de mais obras neste Plano.

Segundo comunicado da Concelhia do PCP, esta verba é, além do mais, muito «insuficiente» para os fins a que se destina: construção da nova Escola Secundária, obras na Escola El Rei D. Manuel I e Quartel da GNR.

O PCP lembra, a propósito, a petição apresentada na Assembleia da República por sete mil cidadãos, a exigir um conjunto de investimentos com vista a potenciar os efeitos da Ponte Vasco da Gama, que, pela falta de atenção que mereceu, levou o PCP e os «Verdes» a apresentarem uma proposta de criação de um Programa Especial de Investimentos para o Montijo e Alcochete, entretanto inviabilizada pelo PS, PSD e PP.

## BENAVENTE

## Haja mais respeito!

Sem se preocupar com a protecção dos utentes e a segurança nas manobras de circulação, a Rodoviária Setubalense Belos Transportes, SA, apresentou como facto consumado o encerramento da Estação de Benavente aos sábados, domingos e feriados e transferiu a paragem para um local inadequado, renunciando, afinal, ao serviço público a que está obrigada.

A Concelhia de Benavente do PCP, juntando a este facto o estado de degradação da frota, o mau serviço prestado aos utentes e o abuso de horas extraordinárias aplicadas aos motoristas, repudia «a falta de respeito» para com os direitos dos cidadãos e propõe medidas em que os utentes sejam contemplados e o alargamento da coroa do passe L-123 Lisboa/Benavente.

## ESTARREJA

## Saúde preocupa

Apreensiva está, por sua vez, a Comissão Concelhia do PCP com as notícias vindas a público sobre a eventual transferência dos serviços de Urgência e Ortopedia do Hospital distrital de Estarreja para o de Aveiro, a que se seguiria o total esvaziamento do Bloco Operatório.

O Hospital transformar-se-ia num «mero armazém de retaguarda», alerta o PCP, lembrando o que isso significaria para um concelho com «uma plataforma química que é um potencial de risco». Tanto mais que, se vier a haver o Serviço de Atendimento Permanente (SAP) ele só funcionaria das 8 às 20 horas, havendo, portanto, um período de 12 horas sem qualquer atendimento.

# Os vinte e cinco anos da Reforma Agrária (I)

**N**um país em que o hábito de assinalar efemérides constitui uma das mais arreigadas tradições nacionais constitui sem dúvida uma reveladora excepção o silêncio quase completo que tem sido feito à passagem de um quarto de século sobre o início da Reforma Agrária nos campos do Alentejo e do Ribatejo.



Edgar Correia  
Membro da Comissão Política

Evocar a mais avançada transformação económica e social da Revolução de Abril comporta assim um primeiro propósito, o de afrontar um silêncio construído sobre os ódios de quem viu os seus privilégios de classe seriamente ameaçados e continua a ser responsável, ainda hoje, pela manutenção de uma situação social profundamente injusta em toda essa zona.

Permite também contribuir para o conhecimento das causas deste pro-

## “O conhecimento do processo, permite devolver o rosto aos seus protagonistas”

cesso agudo de luta social e política, devolver o rosto aos verdadeiros protagonistas de um acontecimento maior da história portuguesa e chamar a atenção para o papel desempenhado pelo PCP.

E cria igualmente a possibilidade, no quadro das profundíssimas alterações na situação internacional e nacional no último quarto de século e da necessidade de aprender com acontecimentos dolorosos vividos pelo movimento operário e dos trabalhadores, de avaliar a riquíssima experiência da Reforma Agrária nos campos do sul empreendida pelos trabalhadores agrícolas e acompanhada por muitos pequenos agricultores.

Toma-se como referência comemorativa deste breve escrito a grande manifestação que se realizou na cidade de Évora logo a seguir à derrota do golpe reaccionário de 11 de Março de 1975, junto ao edifício onde então se situava o Quartel General da Região Militar do Sul, em que muitos milhares de trabalhadores agrícolas vindos de vários concelhos e muitos outros populares escutaram as intervenções do Comandante Militar e do responsável distrital do PCP, festejaram a vitória sobre as forças reaccionárias e reclamaram – o que seria decidido pelo Conselho da Revolução – o rápido avanço de uma reforma agrária que expropriasse os latifúndios e as grandes explorações capitalistas e que assegurasse a transferência da posse útil da terra e dos meios de produção directamente utilizados na sua exploração para aqueles que a trabalhavam.

As consignas apresentavam-se já com inaudita determinação: Queremos trabalho! Abaixo os latifundiários! Viva a Reforma Agrária! A terra a quem a trabalha!

## Meses vertiginosos

Pouco mais de dez meses tinham decorrido desde o 25 de Abril!

Dez meses vertiginosos em que a energia revolucionária, acumulada por uma exploração sem limites e por décadas de repressão violenta, impulsionava agora um irreprimível movimento popular sedento de liberdade e de justiça social.

Os trabalhadores agrícolas, principal força social propulsora deste

movimento, haviam dado gigantescos passos na sua luta e na sua organização sindical.

Logo em Junho de 1974, com recurso à greve e a posterior assinatura da 1.ª Convenção de Trabalho, primeiro no concelho de Beja e alastrando de seguida a mais nove concelhos do Baixo Alentejo, não só foram conquistadas melhores jornas e a semana das 44 horas, como foi alcançada a histórica consagração da *garantia de trabalho* para todos os homens e mulheres cabeça de casal e a cinquenta por cento para as restantes mulheres. Alteração profunda das condições de trabalho que continuaria nos meses seguintes a propagar-se como um rastilho pelos concelhos do Alentejo e do Ribatejo e a fazer tombar, como peças de dominó, a resistência dos latifundiários.

Em finais de Outubro, uma manifestação com mais de sete mil trabalhadores agrícolas em Beja impõe o rápido fecho das negociações e a assinatura de um Contrato Colectivo de Trabalho agora válido por um ano e para todo o distrito. Para além de outras reivindicações satisfeitas - registe-se, a título de exemplo, o facto dos trabalhadores agrícolas terem conquistado pela primeira vez o direito a férias, dez dias úteis para mais de três anos de serviço - em matéria de *garantia de emprego* fica consagrado que as propriedades em regime de subaproveitamento total ou parcial estão sujeitas à colocação de trabalhadores em número necessário à sua exploração efectiva e rentável. E é de anotar o facto significativo do movimento das Ligas dos Pequenos Agricultores, então com crescente dinamismo no distrito, ter expresso o seu apoio às posições dos trabalhadores rurais na sua negociação com os grandes agrários.

(Continua)



Cabe a cada organização definir as suas próprias metas e compromissos para a campanha de fundos

## Comunicar mais e melhor

Está a decorrer desde o princípio do mês uma Campanha Nacional de Fundos. Para saber dos seus objectivos, o «Avante!» falou com Euclides Pereira, da Comissão Administrativa e Financeira

Segundo Euclides Pereira, esta campanha visa três aspectos da actividade do Partido: financiar a campanha de promoção e difusão do «Avante!», criar melhores condições para a intervenção e a comunicação do Partido com os trabalhadores, as populações e a sociedade em geral e custear as despesas com a realização do 16.º Congresso do Partido, em Dezembro.

Trata-se, portanto, de uma campanha com objectivos «muito mais limitados, do ponto de vista das exigências,

**As campanhas são medidas adicionais à actividade norma do Partido**

que os da última campanha nacional de fundos», estando, neste momento, as organizações do Partido a definir as suas próprias metas e aquilo que se comprometem transferir para a caixa central.

O facto de esta campanha se realizar a poucos meses do encerramento da que foi realizada para custear as despesas com as campanhas eleitorais para o PE e para a Assembleia Legislativa, é, para Euclides Pereira, perfeitamente natural.

«Mais de 90% das receitas do Partido, como mostra a

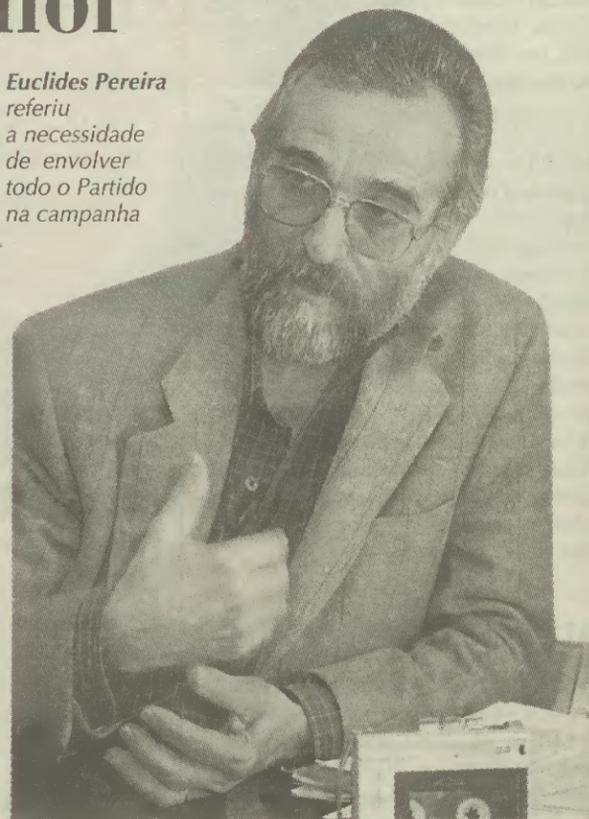
prestação de contas que anualmente faz ao Tribunal Constitucional, advêm da sua actividade – quotizações, donativos dos seus militantes, contribuições dos eleitos em cargos políticos –, logo, são indispensáveis campanhas como estas. Somos o partido que somos, a nossa base social de apoio é os trabalhadores e as massas populares e não temos outras fontes de receitas».

Existe, naturalmente, a consciência de que há muita coisa a melhorar – uma grande parte dos militantes do Partido, por exemplo, não paga a sua quotização, «o que desde logo, constitui uma deficiência, quer do ponto de vista financeiro quer político, já que o pagamento regular da quotização é um elo fundamental de ligação do Partido

aos seus militantes» – mas as campanhas são «medidas adicionais» que muitas vezes têm de se tomar. Esta, repete Euclides Pereira, tem como já se disse objectivos limitados, até porque para o próximo ano as exigências financeiras são muito maiores, vai haver eleições autárquicas e, com toda a certeza, uma outra campanha.

Quanto a previsões, Euclides Pereira só nos pode adiantar que esta, como outras campanhas, «terá mais ou menos êxito quanto formos capazes de envolver nela todo o Partido, a começar pelos organismos mais responsáveis do trabalho do Partido aos vários níveis». Só assim é possível «chegar aos militantes, aos simpatizantes, às massas trabalhadoras, a todos os que confiam no PCP».

**Euclides Pereira referiu a necessidade de envolver todo o Partido na campanha**



## Câmara do Montijo Gestão é incompetente e arrogante

O Executivo do PS na Câmara do Montijo não foi capaz, em dois anos de mandato, de dar andamento aos projectos existentes nem de transformar crescimento em desenvolvimento, o que, aliás, é comprovado pela inexistência de Plano de Desenvolvimento Estratégico para o concelho.

Esta opinião foi emitida pelo Encontro promovido pelo PCP para os eleitos e

activistas da CDU que acusa ainda a gestão de Amélia Antunes de não acautelar os impactos resultantes da Ponte Vasco da Gama, já que o surto de construção e de novos habitantes que esta nova ponte trouxe para o concelho não tem servido para desenvolvê-lo mas sim para fazer crescer a especulação imobiliária.

Mantém-se o processo de desindustrialização e de des-

vitalização da economia e a Câmara nem realiza nem atrai o investimento, o que, na opinião do PCP/CDU leva a concluir que as propaladas facilidades de diálogo pela afinidade política entre Câmara e Governo, para a criação de novas infra-estruturas, não passam, afinal, de ilusão.

Quanto a transparência de processos e à «capacidade para fazer negócios» de Amélia Antunes, a população espera que estes não sejam do tipo E. Leclerc que, «desde o processo de propriedade, aos prejuízos para o comércio, até à inauguração, tantas dúvidas deixaram.

Também a entrada permanente de dinheiro nos cofres da Câmara, resultante da existência de cada vez mais licenciamentos, em vez de serem investidos, estão a constituir um fundo de reserva para as eleições autárquicas.

De facto, a gestão PS pouco mais fez do que dar seguimento às obras que o anterior executivo da CDU tinha em curso, muitas delas já em fase adiantada de concretização.

Mas Amélia Antunes vai mais longe: chama «idiotas» aos montijenses que se opõem à transferência do Cais Fluvial de Passageiros para o Seixalinho, trata mal os trabalhadores da autarquia e é arrogante com os munícipes. Ou seja, um estilo «ditatorial» que contrasta com a tolerância e displicência que tem para com alguns casos que envolvem interesses económicos.

Enfim, uma série de ilegalidades e clientelismos por parte da gestão PS que só é possível combater com uma maior presença dos eleitos da CDU.

## Os materiais de suporte

A campanha vai ter os elementos de suporte tradicionais: cupões - de mil, cinco mil e 10 mil escudos -, lista de recolha de fundos generalizada e um cartaz com uma tiragem limitada, não só por

se tratar de uma campanha com menos exigências que a do ano passado mas também pelos custos elevados que esses materiais comportam. São materiais que apenas visam facilitar a concretização da campanha a nível das Organizações Regionais.

Quanto a novidades, «elas dependerão muito da capacidade criativa e inventiva das Direcções Regionais, das organizações e dos militantes de todo o Partido», pois o facto de haver elementos centrais, não quer dizer «que as organizações não criem outros elementos que possam proporcionar essas

novidades». Apesar de, sob o ponto de vista de intervenção política e de batalhas eleitorais, o ano em curso não ser tão exigente como o ano anterior, ele é igualmente exigente em termos de actividade

política, lembra Euclides Pereira. E, para além das iniciativas específicas, «há que aproveitar» todas as iniciativas políticas: as comemorações do aniversário do Partido, do 25 de Abril e do 1.º de Maio, particularmente a campanha nacional que o Partido, sob o lema «Por melhores salários, mais emprego com direitos», vai dirigir entre Março e Abril

aos trabalhadores

O «desafio», conclui Euclides Pereira, «é sermos capazes de integrar em toda a actividade do Partido a preocupação da campanha de fundos.»



## Carcavelos Defender ambiente

A população de Carcavelos, decidida a defender a Quinta dos Ingleses como espaço desportivo e de lazer contra a especulação imobiliária, criou uma frente unitária – o Movimento «Fórum por Carcavelos» – com a qual a organização do PCP na freguesia logo se solidarizou.

O documento posto circular para recolha de apoios ao movimento, lembra que a Quinta dos Ingleses é o último espaço verde de Vila Franca de Xira a Cascais, na

orla costeira, sendo a sua preservação essencial.

Por outro lado, a volumetria dos edifícios projectados para a prevista urbanização e o aumento exagerado de população que daí resultaria degradarão «irremediavelmente» a vida da freguesia. O «Fórum por Carcavelos» propõe, assim, em alternativa, a aquisição da Quinta pelo Estado, a classificação do seu património e a criação de um parque para fins desportivos e lúdicos.

## ▼ CAMARADAS FALECIDOS

### João José Pereira da Silva

Vítima de doença prolongada, faleceu recentemente, com 68 anos de idade, o camaradas João José Pereira da Silva. Foi militante empenhado na organização da C.R.S.S., desde 1974, tendo tido, depois de reformado uma activa colaboração na U.S.S.

### José de Jesus

Faleceu, com 84 anos, o camarada José de Jesus, natural do Barreiro. Camarada sério e dedicado, foi torneiro mecânico na CUF e, depois, na Quimigal. Estava organizado no Bairro 5 da Freguesia do Barreiro.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

RTP/Açores

## Alta Autoridade dá razão ao PCP

A Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS) deu razão ao PCP/Açores na queixa que apresentou contra a RTP/Açores por o seu grupo parlamentar não ter sido convidado para o programa «Informação Especial», transmitido a 2 de Dezembro do ano passado.

Debate, em que participaram representantes do PS e do PSD, tinha como tema as consequências da aprovação na Assembleia Regional de diplomas com incidência orçamental, alguns da autoria do PCP.

Numa deliberação aprovada por maioria, a AACS considera que a RTP/Açores não garantiu a necessidade de

«assegurar o pluralismo», como a Lei da Televisão exige. «Teria sido curial um convite à participação do PCP/Açores, visto este Partido estar na origem de parte da legislação em debate no programa», lê-se no documento.

A AACS recomenda à RTP a «continuada observância» da Lei da Televisão.

Na queixa apresentada, o PCP/Açores sublinha que aquele canal, ao não convidar um representante do seu grupo parlamentar nem do PP, «pretendeu, faltando à verdade e ao rigor, criar a ideia que todo o processo de decisão derivou dos dois maiores partidos».

Por outro lado, com esta decisão «deturpou grosseiramente, em termos informativos, aquilo que foi realmente o conteúdo da mais importante sessão legislativa regional de 1999, violando assim as obrigações que estritamente decorrem do facto de prestar um serviço público de informação».

O PCP afirma ainda que a RTP escondeu do público o papel determinante que a acção política dos comunistas teve, ao longo de muitos anos, no sentido de serem criadas condições para a aprovação destas medidas de compensação aos trabalhadores pelos custos da insularidade.

## Dezenas de iniciativas assinalam o 79.º aniversário do PCP

# Comunistas fiéis aos seus princípios

Neste fim de semana, os 79 anos do PCP foram assinalados em todo o país. Do Seixal a Beja, de Leiria a Braga, da Soeiro Pereira Gomes à Atalaia, todos quiseram participar. Porém, por dificuldades de espaço, a divulgação de algumas destas iniciativas será feita na próxima edição.

Mil pessoas sobrelotaram, no domingo, o amplo pavilhão de um restaurante do concelho do Seixal, para comemorarem em festa e com a participação do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, o 79.º aniversário do PCP.

O almoço, que constituiu uma demonstração viva de que o PCP continua a ser um baluarte no concelho, foi animado pelo cantor e músico Toni da Costa e, no seu decurso, através de uma recolha de fundos que realizou, conseguiu angariar mais de 359 mil escudos.

Nesta grande festa de convívio e de luta, a juventude teve um papel preponderante

te com a sua animação e combatividade, contrariando os que escrevem que o PCP não é um partido de futuro. De salientar, por exemplo, o facto de durante o almoço se ter verificado a inscrição de dez jovens no Partido.

«Os jovens continuam a não encontrar o espaço devido nesta sociedade e, por isso, têm lutado por medidas que criem mais emprego e melhor educação. Por medidas políticas que garantam um futuro sem sobressaltos, no qual possam assumir um papel preponderante no seu desenvolvimento e progresso», afirmou Mata Pina, da Juventude Comunista Portuguesa.

### O almoço do Seixal demonstrou bem o papel preponderante do PCP

### Ultrapassar entraves

Por sua vez, Alfredo Monteiro, presidente da Câmara Municipal, destacou o papel desenvolvido pelas autarquias em prol do concelho. «O concelho do Seixal é uma referência nacional pelos índices de desenvolvimento que tem», disse. Isso, «porque tem sabido ultrapassar os entraves que os diversos Governos têm colocado». No distrito de Setúbal, por exemplo, tem-se sentido de forma muito acentuada a política antipopular do PS, consubstanciada no encerramento de empresas, no aumento do desemprego e na degradação da vida social dos trabalhadores.

Por último, Carlos Carvalhas salientou o facto de, ao fim de 79 anos de existência, o PCP continuar fiel aos seus princípios e a lutar por uma sociedade justa, onde os trabalhadores vejam garantidos mais direitos e melhores condições de vida.

«A nossa luta passada, a história deste grande colectivo partidário», afirmou o



Foram mil, os participantes no almoço do Seixal

secretário-geral do PCP, «esteve na origem do 25 de Abril, na consolidação da democracia e na garantia de direitos aos trabalhadores», continuando a lutar contra os governos de direita «que tentam retirar direitos democráticos aos cidadãos e transformar os valores de Abril».

Carlos Carvalhas aproveitou para enunciar as medidas legislativas que o PCP já começou a apresentar na Assembleia da República e deixou um apelo aos trabalhadores para que participem na jornada de luta que a CGTP vai promover no próximo dia 23.

Por fim, Carlos Carvalhas garantiu que o PCP irá permanecer fiel à sua história e aos seus princípios. «Que se desenganem os outros, porque os comunistas portugueses lutarão para que a democracia seja mais participada e para que o futuro de Portugal seja o socialismo.»

Com a Casa da Cultura cheia, Beja cantou parabéns ao PCP

## Com os olhos no futuro

O auditório da Casa da Cultura de Beja foi pequeno, no passado sábado, para militantes e simpatizantes comunistas que, em festa, assinalaram o 79.º aniversário do PCP.

A presença e intervenção política de Carlos Carvalhas era o motivo suplementar para a festa, que fez deslocar a Beja largas centenas de pessoas provenientes de todos os cantos do distrito.

E, às três da tarde, hora marcada para as festivida-

des, já os grupos corais e etnográficos, feminino e masculino, da Casa do Povo de Brinches estavam preparados para actuar em início de festa. Aliás, o desempenho das mulheres e homens de Brinches agradou e de que maneira: o final das modas foi aclamado por um misto de palmas e bandeiras vermelhas agitadas. E os elementos do grupo, apurados, levaram a festa até à aldeia. Em Brinches, os dois

grupos juntaram-se à volta do largo e continuaram a confraternização.

Em matéria de música, o comício comemorativo dos 79 anos do Partido Comunista Português contou, também, com a participação do grupo de música popular «Canto Moço» que animou, de forma particular, todos os presentes. O grupo de Pias, muito ao seu jeito, deu cor e ritmo a algumas modas bem conhecidas das gentes do Alentejo.

### Aumentar a militância

Estava, assim, preparado o ambiente para os aguardados momentos de intervenção política a cargo de Marta Guerreiro, da Juventude Comunista Portuguesa, António Vitória, responsável da DORBE, e Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP.

Marta Guerreiro assinalou o período de grande incremento de actividade dos jovens no Partido que se regista actual-

mente no distrito de Beja para terminar a intervenção citando o poeta José Carlos Ary dos Santos nos seguintes termos: «O passado já é bastante, vamos passar ao futuro.»

Já António Vitória achou por bem lembrar a história de luta do povo do Alentejo e assinalar os anos de conquista que se viveram, após o 25 de Abril, com a Reforma Agrária, como parte integrante da história do PCP. De olhos virados ao futuro, António Vitória lançou um

desafio para o aumento da militância, que terá de passar pela filiação de novos membros no distrito em 2000.

Pela forma como a assistência assinalou a intervenção deste dirigente o desafio foi aceite e criadas as condições para a alocação, de imediato, do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas.

No final da festa, um participante comentava o evento nestes termos: «Assim, temos Partido e temos força.»

Carlos Carvalhas em Beja

## PCP tem acção incomparável

Na sua intervenção, o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, começou por lembrar o facto de se estar ali a comemorar os 79 anos do Partido Comunista Português e simultaneamente «a luta das gerações de comunistas que nos precederam», com «os olhos postos no futuro e na transformação do presente».

«Comemoramos», disse Carlos Carvalhas, «a incomparável presença e acção do PCP na sociedade portuguesa e o seu decidido combate pela liberdade, pela democracia, pelo socialismo, pela valorização e dignificação dos trabalhadores, pelo socialismo e os seus generosos ideais e valores huma-

nistas.» Assim como «o papel, a iniciativa e a luta do PCP na Revolução de Abril, no avanço de históricas transformações sociais, como a Reforma Agrária e o Poder Local democrático, o papel do PCP na fundação, construção e defesa do regime democrático».

Ao fazê-lo, o PCP está a pensar «na política actual, na desertificação e envelhecimento do interior do país, no insuficiente ritmo do crescimento económico, no preocupante défice da Balança Comercial, na exploração, nos baixos salários e nas baixas reformas, na acentuação das desigualdades sociais, no domínio do capital estrangeiro, e no domínio crescente do poder económico sobre o poder político». Mas está, ao mesmo tempo, «a organizar a luta, a levantar a voz contra as injustiças, a apresentar propostas alternativas e a desenvolver uma vasta acção construtiva nas mais diversas esferas da vida nacional».

E, contrariamente ao que «alguns comentadores do PS gostariam» o PCP não vai fechar para Congresso mas sim trabalhar na sua preparação, empenhando esforços e energias no reforço da organização partidária.

### Contra «amorfismo»

Caracterizando o quadro político em que vivemos, Carlos Carvalhas considerou «ina-

ceitável» que um Governo «com o nome de socialista inscreva no Orçamento para este ano mais de 400 milhões de contos de benefícios fiscais, muitos dos quais para as operações financeiras e especulativas; que mantenha os privilégios à banca; que reduza em dois pontos percentuais o IRC sobre as empresas com um volume de negócios superior a 100 mil contos e que, paralelamente, mantenha as taxas e os escalões sobre o IRS, isto é, sobre os rendimentos do trabalho».

É por isso que o PCP não vai desistir na Assembleia da República de nenhuma das suas propostas, nomeadamente as relativas à justiça fiscal, ao Plano de Investimento da Administração Pública, aos salários e ao aumento das reformas e pensões, e vai continuar a apresentar propostas e medidas positivas e a lutar pela sua viabilização.

Quanto ao «amorfismo do PS», que alguma comunicação social diz dever-se à ausência de oposição, ele assenta numa política «em que as palavras, as promessas e a retórica, são desmentidas pela prática», alargando o descontentamento e traduzindo-se «nas mais diversas manifestações de protesto e até nas contradições expressas entre ministros e entre dirigentes».

Existem, pois, condições para, «através da intensificação da iniciativa política do Partido, mobilizar cada vez mais trabalhadores e cidadãos na luta por outra política» e «impor ao Governo recuos e derrotas no plano social e político».

Por fim, o secretário-geral do PCP recordou a intensa actividade em que o PCP está envolvido e as iniciativas internacionais em que participa, sublinhando a sua contribuição para a mobilização do apoio ao povo moçambicano.





Assembleias de Organização aprovam propostas para o reforço do Partido

## Melhorar intervenção

«Com o PCP construir um futuro melhor» foi o lema a que se subordinou a 6.ª Assembleia de Organização da Freguesia de Vila Franca de Xira do PCP, recentemente reunida.

Com uma boa participação, quer pelo número de pessoas quer pela riqueza do debate, a assembleia debruçou-se fundamentalmente sobre a situação social e política da freguesia, as questões de organização e as principais reivindicações para um futuro melhor para Vila Franca.

Algumas intervenções deram ainda nota sobre o andamento da campanha de divulgação do «Avante!», da reorganização do espaço do Centro de Trabalho, de modo a torná-lo mais funcional, e da abertura do Galeria-Bar.

No que respeita à Galeria-Bar, inaugurada no dia 25 de Fevereiro com uma sessão de fados e já com várias iniciativas agendadas, ela pretende ser «um espaço novo, um local com ambiente de tertúlia, onde se cultive o gosto pela boa música, literatura, poesia, teatro» e, simultaneamente, «um espaço de debate de ideias, onde todos os que queiram trocar ideias o possam fazer regularmente com os comunistas».

Como reivindicações para a freguesia, os comunistas de Vila Franca de Xira defendem, entre outras, a construção do novo hospital e do novo centro de saúde; a construção do Terminal Rodo-Ferrovário com quadruplicação das vias férreas; a construção das piscinas cobertas do UDV e de polidesportivos em algumas localidades e escolas; arranjos urbanísticos e melhorias no pavimento, a criação de novos espaços de estacionamento, a abolição de portagens.

A 6.ª Assembleia de Vila Franca de Xira, que teve a participação de Francisco Lopes, membro da Comissão Política, terminou com a eleição da nova Comissão de Freguesia, constituída por 26 membros, dos quais 16 eram mulheres e 8 com menos de 25 anos.

### EFACEC

Aprofundar o debate sobre a situação na empresa e a organização do Partido, foram,

por sua vez, os grandes temas debatidos pela Assembleia da Célula da EFACEC, também recentemente reunida no Centro de Trabalho de Ovar.

A Assembleia começou por analisar a ofensiva lançada, há cerca de um ano, pela Administração contra os direitos dos trabalhadores, que começou pela frustrada tentativa de alterar o mapa de férias, a que seguiu a divisão da fábrica com o objectivo de tornar excedentária uma parte dos postos de trabalho.

Na sequência desta divisão, surgiram já critérios novos na revisão salarial, substituição dos serviços de limpeza, com diminuição de postos de trabalho e, mais recentemente a troca das pontes do ano em curso por dias de férias.

Várias intervenções proferidas pelos participantes salientaram o espírito de unidade e firmeza dos trabalhadores na luta contra estas medidas, para o que contribuiu de forma determinante o papel dos comunistas e da sua organização que, nesse período, registou progressos consideráveis.

A Assembleia aprovou, por fim, um conjunto de propostas para uma melhor intervenção do PCP e elegeu por unanimidade o novo Secretariado de célula.

Sérgio Teixeira, da Comissão Política, encerrou os trabalhos enquadrando a Assembleia na perspectiva do reforço da acção do Partido, em que se insere a realização do seu XVI Congresso.

### Lisboa

Também a 5.ª Assembleia de Organização da Zona Ocidental de Lisboa, que abrange 11 freguesias entre Santos-o-Velho e S. Francisco Xavier, reuniu no passado dia 26 de Fevereiro.

Na Assembleia debateu-se a situação orgânica do Partido e as direcções de trabalho a implementar para o reforço da sua actividade, o trabalho autárquico - em que o PCP detém quatro presidências de freguesia e participa em outros três executivos -, os movimentos reivindicativos e o movimento associativo.

No final, foi eleito um Organismo de Direcção com 30 camaradas. O novo organismo integra 11 mulheres e tem uma média de idades de 48 anos.

# Os Congressos do Partido Resistir e crescer

Interrompidos os trabalhos do II Congresso no próprio momento em que tinham início e se dava o golpe militar que viria a instituir a ditadura fascista, encerrada a sede do PCP em 1927, nem por isso o PCP desaparece sob a repressão. O Partido Comunista Português forja-se na luta clandestina.

O PCP cresce e fortalece-se até se tornar num grande partido nacional

O PCP cresce e fortalece-se até se tornar num grande partido nacional, enquanto todas as outras forças políticas de oposição soçobram, são liquidadas ou se autoliquidam. De 1926 a 1943, data do III Congresso, vai uma história de grandes lutas de massas, de actos de heroísmo face ao inimigo de classe que, em Portugal como no mundo, não pára de se fortalecer. De um persistente trabalho de organização que culmina com a profunda reorganização de 40/41.

Se a luta contra a ditadura se inicia imediatamente após a sua instauração, com sucessivas revoltas - 7 de Fevereiro de 1927 com a revolta armada iniciada no Porto e logo apoiada por unidades do Exército e da Marinha; revolta do Batalhão de Caçadores 7 em 1928; revolta da Madeira em 1931 - a ditadura continua a fortalecer-se e consegue por fim o controlo e domínio das forças armadas. E desde logo, como assinala Bento Gonçalves, se precisa o seu conteúdo como «política do capital financeiro»: «Toda a actividade é caracterizada por uma sucessão de financiamentos às principais empresas exploradoras.» «O 7 de Fevereiro», escreveu Bento Gonçalves, «colheu nestes factos a sua base económica. Mas revelou que, nas condições criadas, era impossível vencer a reacção sem o largo concurso popular, mas de um povo que actua sobre a base de uma consciência diferente daquela que o levou à revolução de 1910.»

Do lado do fascismo, o estabelecimento das suas bases institucionais, seguindo os modelos de Itália e, mais adiante, da Alemanha nazi, fortalecem o regime salazarista e o seu domínio, permitindo um rápido desenvolvimento do capitalismo monopolista, acompanhado do agravamento da exploração das massas e da repressão política.

Do lado da oposição, apenas o PCP se mantém e se reforça e cresce nas duras condições da clandestinidade. É a partir de 1929 que o PCP, com Bento Gonçalves, lança as bases de uma organização de tipo leninista, aprofunda as suas ligações à classe operária, avança na criação de organizações de massas e dirige numerosas lutas contra a exploração. O Partido está no centro das lutas e é reconhecido como vanguarda da classe operária. Grandes movimentos grevistas são lançados, com destaque para a greve insurreccional do 18 de Janeiro de 1934. O crescimento e afirmação do PCP torna-o alvo da mais feroz repressão e numerosos comunistas são presos, o Tarrafal torna-se num campo da morte.

É numa situação nacional e internacional extremamente difícil - com a vitória das forças fascistas em Espanha e o domínio nazi em grande parte da Europa, que o PCP empreende a reorganização de 1940/41, visando criar uma organização clandestina capaz de resistir à repressão e de dar estabilidade ao trabalho de direcção partidária, permitindo ao PCP encabeçar as grandes lutas operárias e impulsionar grandes movimentos unitários contra o fascismo. Ao realizar, em 1943, o seu III Congresso, o PCP é já um grande partido nacional.



Foi na Vila Arriaga, no Monte Estoril, que se realizou o III Congresso do PCP

## Sérgio Vilarigues: Um partido nacional

«Foi no Monte Estoril, em Novembro de 1943.» Assim começa Sérgio Vilarigues, um dos participantes no III Congresso do Partido, recordando para o «Avante!» essa já longínqua jornada. «Começou numa quarta-feira e acabou no sábado seguinte. Deslocámo-nos para lá com os máximos cuidados conspirativos, como não podia deixar de ser, e ainda hoje não sei exactamente onde se realizou.»

«Estavam representadas todas as regiões do País, à excepção de duas. Nessa altura, o Partido já era um partido nacional, com um conjunto de revolucionários a tempo inteiro que, apesar de não serem muitos e ficarem aquém das necessidades, desenvolveram um importante trabalho juntamente com muitos quadros não funcionários mas com grande dedicação e responsabilidade.»

«A reorganização de 40/41 tinha proporcionado um grande passo em frente: o Partido implantou-se nas empresas, trabalhou para a criação de Comissões de Unidade, e tudo isso viria a conduzir às greves de Outubro/Novembro de 42 e de Julho e Agosto de 1943, greves que foram organizadas e dirigidas pelo Partido e que só foram possíveis devido ao crescimento do Partido.»

«A palavra de ordem era recrutar militantes para o Partido entre os operários que mais se destacavam na luta, especialmente nas greves de 43. As Comissões de Unidade eram também um grande viveiro de recrutamento.»

«Tínhamos boas organizações em vários pontos do País, por exemplo no Algarve e em certas zonas do Alentejo, mas as organizações mais poderosas eram em Lisboa e Setúbal que, aliás, foram sempre as mais poderosas.»

«Em 42, tivemos uma série de perdas: em Julho foram presos vários camaradas, nomeadamente o Pires Jorge, o Júlio Fogaça e o Pedro Soares e, em Novembro, foi preso o Militão Ribeiro.»

E Sérgio Vilarigues prossegue, referindo-se mais particularmente ao Congresso:

«O tema principal do Congresso foi o reforço da organização do Partido e o desenvolvimento da luta de massas. Fizemos uma discussão muito aprofundada das greves que tinham tido lugar uns meses antes. As questões da unidade antifascista foram outro dos temas importantes do Congresso, estava então em fase de formação o MUNAF que pouco tempo depois foi anunciado.»

«O Congresso teve repercussões muito significativas: avançou-se no reforço da organização e estruturação do Partido, os recrutamentos aumentaram, o número de funcionários também, e decidiu-se avançar com uma campanha de fundos de 50 contos...»

«Havia, já nessa altura, o máximo respeito pelo funcionamento democrático interno do Partido; isto apesar das condições difíceis da clandestinidade impostas pelo regime fascista.»

«O Comité Central eleito pelo III Congresso era composto pelos camaradas Álvaro Cunhal, José Gregório, Manuel Guedes, Pires Jorge, Sérgio Vilarigues, Alex, Dias Lourenço e Piteira Santos. E, como suplentes, o José Martins e o Joaquim Campino.»



O trabalho autárquico foi debatido em Vila Franca (foto de cima) e na Zona Ocidental de Lisboa (em baixo)

# Discriminação continua na família, no trabalho e na rua

## A mulher do século XXI

**Que significado tem o Dia da Mulher para as jovens de hoje? Falámos com Cláudia Antunes e Liliana Sousa, activistas do MDM, sobre o movimento feminino, direitos e mentalidades.**

Cláudia Antunes, de 25 anos, e Liliana Sousa, de 19 anos, são activistas do Movimento Democrático de Mulheres (MDM). Para elas faz todo o sentido continuar a comemorar o Dia Internacional da Mulher, que ontem se assinalou.

«Por um lado, o 8 de Março tem um simbolismo histórico por ser resultado das lutas das mulheres e das conquistas que foram conseguidas. Por outro, há a análise do presente. Há muita coisa que ainda está mal», diz Liliana.

«Muitos direitos estão por conquistar, outros estão por reconquistar. Não sei se a grande generalidade das jovens vêem o 8 de Março como nós», afirma Cláudia.

Hoje em dia, o quotidiano das raparigas é diferente da vida que as suas mães e avós levavam, mas nem tudo se alterou. «É apenas uma mudança aparente, porque

os pilares fundamentais que determinam o rumo da vida das mulheres não estão assim tão mudados», considera Liliana.

**«Quando procuramos ver a fundo a igualdade, não a encontramos»**

«De facto, uma rapariga hoje não está na vida como há anos. Andamos à vontade, podemos vestir o que quisermos, usar o cabelo como queremos. Mas em relação aos direitos básicos e fundamentais — em casa, no trabalho, na escola —, quando procuramos ver a fundo a igualdade, não a encontramos», sublinha Cláudia.

### Casa e trabalho

Vejamos a diferença de tratamento dado pela família a rapazes e raparigas. «Se a mãe precisar de ajuda na cozinha, chama a filha enquanto o filho continua a ver televisão. Mas se questionarmos aquela mãe sobre a igualdade, ela teoricamen-



*Nada melhor do que a imagem de uma mulher para vender. Da fixação pela beleza nasce, por exemplo, a anorexia*

te estará de acordo», conta Cláudia.

Essa distinção é feita também na liberdade, nos horários e nas companhias. As saídas à noite das raparigas são, em regra, mais controladas. «Muitas vezes a justificação porque a irmã não pode sair à noite é que tem de ajudar em casa», afirma Liliana. E, como lembra Cláudia, «se o filho engravidar a namorada, o

problema é dela. Se for a filha, a situação já é diferente».

Há ainda a relação dos jovens casais, onde se nota uma grande diferença em relação a gerações anteriores. As tarefas são divididas, embora, como repara Cláudia, «as coisas ainda não funcionem como seria desejável».

Outro local de discriminação por excelência é o trabalho. «A maior parte das grandes empresas faz um questionário em que pergunta se as raparigas estão a pensar casar e ter filhos. Se estiverem, é logo um motivo para passar à frente outra pessoa que não tenha esses planos», conta Cláudia.

«O mercado de trabalho actual permite este tipo de veleidades por parte das entidades patronais. Dão-se ao luxo de fazer escolhas segundo critérios que não têm a ver com as reais capacidades das pessoas e que acabam por prejudicar as empresas», afirma Liliana.

### Aborto

Para Cláudia e Liliana, há uma longa distância entre a lei e a realidade. «A legislação anda mais depressa do que as mentalidades e Portugal é um dos países com leis mais avançadas. O facto de assim ser

demonstra que os comportamentos não são adequados à legislação», salienta Liliana.

A lei sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG) continua a constituir um vazio. Liliana fala da necessidade de proporcionar às mulheres condições dignas de IVG e da «dema-gogia e o populismo das pessoas que argumentam contra a legalização, procurando criar sentimentos de culpa».

«Na campanha pela legalização da IVG, quem não esteve de acordo teve uma atitude perversa em relação às mulheres», considera Cláudia, que aposta na possibilidade da lei passar em breve.



Cláudia Antunes



Liliana Sousa

## Fixação pela beleza e «bocas» masculinas

Quando começa a discriminação? «Em última análise, a discriminação da mulher insere-se na sociedade patriarcal. Neste contexto, todas as dinâmicas de relações sociais prejudicam a mulher», explica Liliana Sousa.

Os *media* também são responsáveis, porque procuram a todo o custo formas de vender. «Não há nada como uma mulher para vender. Vende aos homens, porque babam. Vende às mulheres, porque querem ser assim.» E é desta forma que nasce a fixação pela beleza e as suas consequências desastrosas, como

a anorexia. Talvez a melhor maneira de entender como a mulher é encarada pela sociedade é olhar para os comportamentos de rua. E, aí, não há dúvida que é muito maltratada. Toda a mulher é obrigada a ouvir diariamente «bocas» menos próprias dos homens que por ela passam, ao ponto de muitas vezes se ver obrigada a mudar de passeio para fugir a prováveis ofensas. O mais grave é que, na opinião de muitos desses homens, trata-se de elogios e não de insultos.

«Tem a ver com a forma como o papel da mulher foi encarado até à pouco tem-

po», diz Liliana. «Havia a esposa pura, alva e fada do lar e a «mulher-diabo», aquela que se encontrava na rua e a quem os homens expressavam os desejos mais obscenos.»

«São práticas que vão sendo transmitidas, especialmente no contexto da construção civil onde os mais novos aprendem esses comportamentos com os mais velhos. Não acredito que um homem de meia idade que mande uma «boca» dessas imagine a filha ou a mulher a receber uma «boca» desse género por parte de outra pessoa.»

## O Ministério da Igualdade e os *media*

O Ministério da Igualdade, instituído há alguns meses, anda nas bocas do mundo, mas, para Cláudia Antunes e Liliana Sousa, pelas razões erradas. «O protagonismo do Ministério está inquinado. Fala-se mais da «personagem» Maria de Belém e do facto de ter sido ministra da Saúde do que do trabalho que o Ministério da Igualdade deveria desenvolver», considera Liliana.

«Até Maria de Belém foi discriminada! Logo que se começou a falar deste Ministério, houve uma subestimação total. O que ficou é que arranjaram um Ministério para uma ministra que não podiam mandar embora. Mas não se falou do facto de haver um Ministério da Igualdade e da esperança que isso traz», acusa Cláudia.

E o que desejam que o Ministério seja? «Primeiro, espero que esteja aberto a ouvir as organizações que trabalham nesta área há diversos anos. Depois, espero que contribua para que as coisas fossem acontecendo», diz Cláudia.

A comunicação social desempenha um papel importante, porque é através dela que se formam as correntes de opinião, mas as activistas afirmam que pouco ou nada se fala nos problemas das mulheres. «Que projecção tem uma organização feminina que trabalhe pelos direitos das mulheres? Nenhuma. Quando chega ao dia 8 ainda mostram qualquer coisa, mas até com um bocado de hipocrisia», defende Cláudia.

## Violência doméstica

A maior parte das mulheres que recorreram à linha telefónica do Serviço de Informação às Mulheres Vítimas de Violência tem entre 25 e 44 anos e na sua maioria são domésticas, trabalhadoras não qualificadas, operárias e artífices.

Segundo um relatório agora publicado referente ao período entre Novembro de 1998 e Dezembro de 1999, uma elevada percentagem destas mulheres encontra-se desempregada, numa situação de dependência económica face aos agressores.

Das 5861 chamadas recebidas pelo 800 202 148, 2126 referiram-se a agressões físicas, 839 a violência psicológica e 142 a pedidos de informação sobre procedimentos em situações de violência sexual.

A maioria das agredidas estava casada e em 1872 casos os autores das agressões foram os próprios maridos.

## Bruxelas exige devolução de fundos

A Comissão Europeia exige a devolução de cerca de 47.400 milhões de contos que considera terem sido gastos de maneira irregular pelos estados-membros. Em causa estão os fundos do FEOGA, aplicados entre 1996 e 1998, a que se somam cerca de 7700 milhões de contos, referentes a 1995.

A Portugal são exigidos cerca de 4.380 milhões de contos, montante que é também reclamado à Alemanha.

A França é o país que deverá devolver a maior soma 24.180 milhões de contos. Seguem-se Itália, com 16.840 milhões de contos; Reino Unido, com 4.200 milhões de contos; e a Espanha com apenas 220 mil contos.

Entretanto, Bruxelas está a analisar a aplicação de outros 100 milhões de contos, esperando-se que se pronuncie até ao Verão. Para recuperar estes meios, a Comissão irá retirar uma percentagem, que varia entre dois e 25 por cento, das subvenções que recebe o sector agrícola onde se verificaram as irregularidades.

Os erros detectados na utilização destes fundos representam cerca de três por cento do total, mas a Comissão pretende que esta margem não ultrapasse os 0,3%.

## Lacto-Ibérica recebeu apoios

O saída da Lacto-Ibérica de Ponte Lima foi relatada à Comissão Europeia pela deputada do PCP, Ilda Figueiredo. Como refere numa pergunta parlamentar, a empresa, depois de ter recebido financiamentos comunitários, decidiu terminar a produção do queijo Limiano na cidade que lhe deu o nome transferindo-a para Vale de Cambra, que fica a centenas de quilómetros. Esta deslocalização traduziu-se no despedimento de cerca de uma centena de trabalhadores que fábrica empregava. Ilda Figueiredo interrogou a Comissão sobre os projectos que receberam financiamento e quais os montantes atribuídos, e se foram ou não condicionados à manutenção do emprego e da laboração da unidade fabril de Ponte de Lima.

## UE atrasa ultraperiférias

A Comissão Europeia devia ter apresentado até final de 1999 o projecto de regulamento das regiões ultraperiféricas, tal como estipula o tratado de Amesterdão. No entanto, três meses depois de ter terminado aquele prazo, o projecto ainda não foi apresentado ao Parlamento Europeu. Interrogando a Comissão sobre as razões deste atraso, a deputada Ilda Figueiredo pergunta ainda à Comissão qual a data prevista para a aprovação do regulamento.

O PCP já interrogou a Comissão Europeia sobre as razões da retirada dos dois milhões de euros de apoios comunitários à região Autónoma da Madeira

# Redução injustificada

**Em Novembro de 1999, o PCP interrogou a Comissão sobre as razões da redução das verbas do Programa POSEIMA destinadas à Madeira. Agora os deputados comunistas contestam a resposta dada.**

Na deslocação que fez à Madeira no final do passado mês, a eurodeputada do PCP, Ilda Figueiredo, considerou injustificadas as razões invocadas pelo Comissário Franz Fischler para diminuir os montantes destinados àquela região autónoma no âmbito do programa POSEIMA.

Segundo declarou a deputada, em entrevista ao Diário de Notícias/Madeira, o Comissário alegou que a Região em anos anteriores terá tido uma realização do POSEIMA abaixo do que estava orçamentado. No entanto, Ilda Figueiredo contesta este argumento afirmando que a Comissão não pode usar «percentagens de anos anteriores para justificar cortes no presente e no futuro. Isto vai ter implicações para a população que, provavelmente vai passar a pagar

mais caro alguns produtos», disse.

Por isso, o PCP vai exigir que a Comissão «reveja esta situação e que no próximo ano não parta deste princípio, até porque tanto quanto nos é possível averiguar pelos dados provisórios fornecidos», em 1998/99, «já se terá verificado um aumento da utilização das verbas orçamentadas superior, nalguns

casos, ao orçamentado», salientou a deputada que considerou «inadmissível» a utilização de tal argumento para o corte de dois milhões de euros.

Na sua visita à Madeira, Ilda Figueiredo abordou as questões da agricultura e da pesca, defendendo nos encontros em que participou, a adopção de medidas especiais e apoios específicos de forma a garantir a rentabilidade das explorações,

**A Comissão alega que a Madeira não utilizou em anos anteriores a totalidade das verbas orçamentadas**



O corte de verbas da UE poderá implicar o aumento de preços de alguns produtos na Madeira

na sua maioria de pequena dimensão.

A visita ao Caniçal, localidade piscatória, que tinha sido prometida durante a pré-campanha da CDU para as eleições europeias, foi dedicada aos problemas com que se defronta a comunidade de pescadores e armadores.

A deputada sustentou que enquanto a União Europeia

não avançar com os apoios já propostos pelo PCP, deverá caber ao governo central e regional o pagamento de compensações às pessoas que mais sofrem com a crise do sector. Recorde-se que a crise que afecta em particular a pesca dos tunídeos está provocando grandes dificuldades em numerosas famílias que se viram privadas da sua principal e em muitos casos única fonte de rendimentos.

## Propostas rejeitadas

Entretanto, o PCP apresentou várias propostas de alteração ao relatório *Katiformis* sobre «Gestão haliêutica e preservação do meio marinho», com o objectivo de introduzir medidas compensatórias para quem vive da pesca, bem como apoios sociais e económicos para os pescadores em situação adversa, de forma a garantir rendimento a estes trabalhadores designadamente em épocas de paralisação ou

redução da actividade ao nível da política comum de pescas.

Em relação à preservação da natureza no meio marinho, o PCP considera que «é possível compatibilizar uma política de gestão de pescas baseada na conservação do ambiente marinho com os interesses das comunidades piscatórias. Mas para isso é necessário ter em conta, igualmente, que existe uma correlação entre o rendimento da actividade piscatória e o aumento do esforço de pesca».

Concordando que a actividade piscatória é uma das mais interessadas em fomentar o respeito pelo meio marinho, o PCP nota que entre as causas que mais contribuem a degradação dos espaços marinho se contam a contaminação e poluição por petroleiros e outros transportes marítimos, a actividade industrial, a pressão da actividade humana sobre as faixas costeiras e, naturalmente, a actividade pesqueira incontrolada.

## UE cria órgão militar interino

Os representantes militares dos Estados-membros da União Europeia (UE) reuniram-se anteontem, terça-feira, em Bruxelas para constituírem o órgão militar interino comunitário, tendo como base um documento da presidência portuguesa.

Este novo órgão comunitário é uma das entidades previstas no âmbito do processo de política de segurança e defesa comum, decidido em Dezembro passado na cimeira de Helsínquia, e tem como missão assessorar o Comité Político e de Segurança (CPS), igualmente criado

este mês. Deve ainda emitir recomendações para o futuro e dar pareceres sobre a implementação de estruturas militares permanentes que culminará com a criação de criar uma identidade europeia de defesa e segurança, capaz de intervir nos casos em que a NATO não queira ou não possa intervir. Neste tipo de situações cabem as chamadas missões de Petersberg (missões de natureza humanitária) e de gestão de crises.

Até 2003 deverá ser formada uma força de intervenção, formada por cerca de 60

mil homens, capaz de intervir rapidamente e de estar no terreno durante um ano. Neste âmbito e visando a articulação de meios com a NATO, decorreu recentemente um exercício conjunto entre a Aliança Atlântica e a União da Europa Ocidental (UEO), denominado Crisis 2000. Neste exercício, que terminou a 23 de Fevereiro último, foram testados os mecanismos de aconselhamento político-militar dos líderes da UE, bem como a transferência de forças e meios da NATO para a UEO.

## Moçambique na agenda da assembleia ACP-PE

O deputado do PCP, Joaquim Miranda, propôs o agendamento de um debate sobre Moçambique na próxima Assembleia Paritária ACP/UE, que se realiza entre os dias 20 e 23 de Março, em Abuja, na Nigéria.

Esta proposta surge na sequência de anteriores iniciativas tomadas pelos deputados do PCP no Parlamento Europeu, de que se destacam uma carta escrita por Joaquim Miranda, na qualidade de pre-

sidente da Comissão para o Desenvolvimento e Cooperação, dirigida ao Comissário Poul Nielson e uma pergunta efectuada à Comissão, no passado dia 22 de Fevereiro, sobre as medidas de urgência que a União Europeia pretende adoptar para apoiar as autoridades moçambicanas a fazer face à presente calamidade que atinge o povo de Moçambique. O agravamento da situação naquele país exige a adopção de um plano de acção

capaz de garantir uma resposta à altura, afirmou Joaquim Miranda na sessão plenária do PE.

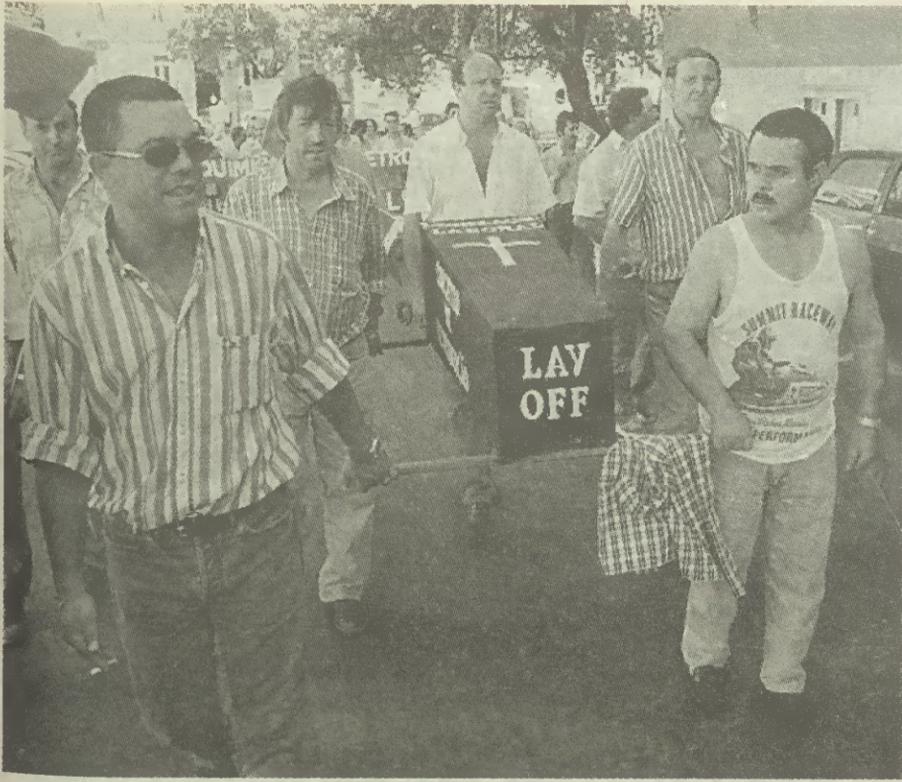
A Assembleia Paritária ACP-UE é constituída por 142 membros, metade dos quais são deputados do Parlamento Europeu e outra por parlamentares de países de África, Caraíbas e Pacífico, entre os quais se contam Angola Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

## Quinze recusam petição da Unita

A presidência europeia recusou na passada semana uma petição da Unita com mil e duzentas assinaturas. Segundo notícia da Agência Lusa, o abaixo-assinado foi recusado por «cordiais mas irredutíveis» elementos da segurança e do protocolo, depois de a UE ter ignorado o pedido de encontro com representantes da organização.

A Unita tentou entregar o documento na passada sexta-feira, quando decorria uma conferência de imprensa dada pela «troica» de observadores do processo de paz de Angola - Portugal, Estados Unidos e Rússia - que realizaram uma reunião trilateral no âmbito do relacionamento das duas superpotências com a União Europeia.

O texto da Unita exigia o fim das sanções contra o movimento do «galo negro» em vigor desde 1993, incluindo o fim do embargo de armas e combustíveis, trânsito de dirigentes e contactos com a ONU. Recorde-se que recentemente a Unita pediu que a ONU substitua a «troica» de observadores por os considerar interessados sobretudo nas riquezas angolanas, e parciais em relação ao governo angolano.



O pleno emprego é um objectivo que implica a ruptura com as políticas ultraliberais

## Jornadas europeias terminam hoje Fim ao desemprego!

O tema do emprego de qualidade e com direitos juntou desde terça-feira em Lisboa os deputados do Grupo da Esquerda Unitária do Parlamento Europeu.

As jornadas de estudo que hoje terminam em Lisboa juntaram além dos deputados do PCP no PE, dirigentes dos partidos e organizações que integram o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica (EUE/EVN). Participantes da Alemanha, Dinamarca, Espanha, França, Grécia, Holanda, Itália e Suécia, bem como representantes de organizações sindicais portuguesas dedicaram dois dias ao debate das questões ligadas ao emprego e aos direitos dos trabalhadores.

Os trabalhos iniciaram-se ontem, quarta-feira, com intervenções de Francis Wurtz, presidente do grupo, e de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP. A sessão da manhã foi dedicada ao tema «As mulheres e o emprego», assinalando-se assim também o dia Internacional da Mulher.

O debate sobre «O Emprego de qualidade e com direitos» decorreu na parte da tarde de ontem, sendo encerrado na manhã de hoje, quinta-feira, estando ainda no programa uma conferência de

imprensa e um encontro dos deputados com o Presidente da República, Jorge Sampaio.

As jornadas apreciaram uma proposta de declaração conjunta dirigida à Cimeira Extraordinária de Lisboa, de 23 e 24 de Março, subordinada ao tema «Emprego, Reformas Económicas e Coesão Social – para uma Europa de inovação e do conhecimento», que decorrerá no âmbito da presidência portuguesa da União Europeia.

### 75% de emprego até 2010

A proposta de declaração considera essencial «proclamar a tolerância zero para o desemprego, os acidentes de trabalho e o dumping social» e assinala as preocupações reveladas pela Comissão e Conselho europeus face à permanência de níveis elevados de desemprego, que atingem em particular as mulheres e os jovens.

No entanto, refere-se que as políticas de emprego e a coesão económica e social

foram subordinadas às políticas financeiras da UE decorrentes do Pacto de Estabilidade, do cumprimento dos critérios de convergência nominal e do funcionamento do Banco Central Europeu. Em consequência foram enfraquecidas as políticas sociais, aumento a precariedade do trabalho, deterioraram-se as condições de vida e de trabalho.

Como propostas, o documento recomenda a adopção de políticas macro-económicas de desenvolvimento sustentado, que respeitem o ambiente e tenham como objectivo atingir o pleno emprego nos próximos anos. Do actual nível de 61 por cento de emprego propõe-se como meta alcançar pelo menos 75 por cento em 2010, e acabar com o desemprego de longa duração até 2005.

Os empregos, de qualidade e com direitos, podem ser criados através da dinamização da procura pelo reforço do poder de compra da população, do aumento dos salários e das pensões e reformas e do relançamento de investimentos públicos. Para tudo isto seja possível, sublinha o projecto de declaração, «é essencial pôr fim ao Pacto de Estabilidade e às políticas que lhe estão associadas».

## Retoma económica não criou empregos

A actual taxa europeia de desemprego, de 9,9 por cento, mostra que as políticas de emprego fracassaram nos países da União, onde nem mesmo num contexto de crescimento económica foi possível criar emprego. Outros dados mostram que, em alguns casos, se registou um agravamento da situação, designadamente no que respeita ao desemprego de muito longa duração. De facto, o número de pessoas à procura de emprego há mais de dois anos e meio aumentou entre

1994 e 1998, passando de 26,5% do total de desempregados para 31,5%.

As causas desta situação estão determinadas. Sob o pretexto do aumento da produtividade e da competitividade, as recentes fusões e concentrações de empresas e grupos económicos internacionais nas áreas financeira, industrial e de serviços tem-se saldado pelo aumento das pressões sobre os trabalhadores, despedimentos e redução de postos de trabalho.

Em simultâneo, no quadro da liberalização financeira e da desregulamentação, os lucros não cessam de crescer. O combate às causas do desemprego, da precariedade e da pobreza terá de passar pela ruptura com as políticas ultraliberais e pela construção de uma Europa social, solidária e democrática que responda às aspirações dos cidadãos e tenha em conta as reivindicações dos trabalhadores e das suas organizações de classe.

## A vertigem militarista

● Pedro Guerreiro

No passado dia 22 de Fevereiro realizou-se a primeira reunião conjunta entre a Comissão de Assuntos Externos do Parlamento Europeu e a Assembleia Parlamentar da NATO, sob o tema «A segurança europeia e a política de defesa após a Cimeira de Helsínquia», que contou com a participação de Christopher Patten, Comissário para as Relações Exteriores. Foi uma reunião conjunta que, por ser a primeira vez que se realiza, se revestiu de um importante significado político. Para alguém que desconhecesse o que é a nova Política Europeia Comum de Segurança e Defesa (PECS) da UE e o que se pretende dela, a reunião não podia ter sido mais esclarecedora. Para a generalidade dos que puderam intervir a PECS é o instrumento que permitirá à União Europeia, como pilar europeu da NATO (concepção por diversas vezes salientada), intervir com uma componente militar e/ou não militar, em situações onde os «seus» interesses estejam em causa. A mesma tese que defendeu António Guterres em declarações a um jornal alemão, onde afirmou esperar que a

clássicos a nível regional, em acções próximas das «suas» fronteiras. Para criar tal instrumento de intervenção militar, apontam como necessário o aumento das despesas militares ao nível de cada Estado membro - o ministro da Defesa francês propôs o compromisso de os quinze membros da UE elevarem em 0,7% do PIB (será oportuno recordar a proposta da ONU de disponibilizar 0,7% dos PIB para a cooperação e que tantos esqueceram) a despesa em investimento para a defesa -, a reorganização das indústrias de defesa ao nível da UE e novos investimentos em tecnologia e investigação militar.

### Persuadir eleitores

Mostram-se no entanto preocupados face à possível, e previsível, reacção das opiniões públicas nacionais quanto ao aumento das despesas militares. Por isso pensam ser necessário «persuadir» os «eleitores» para a necessidade de aumentar os orçamentos para a defesa (será oportuno questionar se o Pacto de Estabilidade, que tanto tem servido

para desculpar o não investimento nas áreas sociais, será agora «esquecido», ou será que as áreas sociais serão mais uma vez as sacrificadas...). Conscientes da complexidade deste processo, procuram garantir a sua rápida evolução, ultrapassando as diversas contradições, de que são exemplo, a não duplicação de meios, a



UE no contexto da política externa e de segurança europeia, «seja um dia o pilar europeu da NATO, e que a Europa, enquanto unidade política, esteja em condições de intervir em crises internacionais de maior dimensão». Ou seja, a definição e realização, em ritmo acelerado, dos instrumentos que implementam o novo «conceito estratégico» da NATO na Europa, decidido na sua Cimeira de Washington, realizada no momento em que assinalava os 50 anos de existência.

### Um exército à pressa

A generalidade dos participantes nesta reunião defendeu a rápida formação, no âmbito da UE, de uma força militar de intervenção, por forma a dar resposta às «exigências» que se lhe colocam na «gestão» da sua «área de influência» na Europa e regiões vizinhas, por forma a reforçar a sua capacidade de «exercer influência». Para tal defendem a necessidade da afirmação da sua vontade política e da sua habilidade prática no uso da força militar em último recurso, no quadro do reforço das relações transatlânticas. Alguns dos intervenientes salientaram a necessidade da UE se dotar de uma capacidade de decisão autónoma quanto à utilização de meios militares convencionais

indivisibilidade da NATO e a participação de todos os países europeus que integram a NATO e não integram a UE.

A preocupação em assegurar a coordenação EU/NATO/EUA é das mais afirmadas, sendo a escolha de Javier Solana, anterior secretário-geral da NATO, para primeiro Alto Representante da UE para a Política Externa e Segurança Comum e para secretário-geral da União da Europa Ocidental, só por si uma resposta. Sobre a necessária desmilitarização das relações internacionais, sobre a abolição e destruição das armas nucleares, sobre o necessário desarmamento, sobre o papel da Organização de Segurança e Cooperação Europeia como base para a garantia da paz e cooperação na Europa, nem uma palavra... No preciso momento em que a reunião se desenrolava, a alguns milhares de quilómetros, um povo confrontava-se com uma dramática situação causada por fortes intempéries, lançando um apelo de emergência à mobilização da solidariedade por forma a prestar socorro, a dar resposta às suas necessidades mais urgentes e a fazer face à destruição causada. A resposta dada no plano internacional, a sua lentidão e a exiguidade dos meios disponibilizados foi a que se verificou e a que conhecemos. A ajuda ao povo de Moçambique não está nas prioridades das grandes potências.

## Ferrovários

Um plenário de organizações representativas dos trabalhadores do sector ferroviário foi convocado para dia 1 de Março, junto ao Ministério do Equipamento, em Lisboa, para exigir «medidas concretas quanto à efectiva modernização e desenvolvimento das empresas» e «propostas concretas que apontem para a valorização real dos salários, para a redução do horário de trabalho e o fim da precariedade no emprego» – informou a comissão executiva do Sindicato Nacional do sector.

## Mecânica

Com salários em atraso desde 1984, trabalhadores da ex-Sociedade Mecânica Setubalense decidiram deslocar-se no dia 2 de Março a Lisboa, para exigirem do secretário de Estado da Segurança Social «garantia de que não irá haver mais recursos sobre o processo de falência», para que possam receber finalmente as remunerações – anunciou a direcção do Sindicato dos Metalúrgicos do Sul

## Timor

O Sindicato dos Médicos da Zona Sul enviou para o Hospital de Dili 1129 volumes científicos de Medicina, das mais variadas especialidades, e alguns instrumentos médicos (estetoscópios, esfigmomanómetros, otoscópios), recolhidos entre os seus sócios. «Continuaremos a proceder à recolha deste tipo de materiais, de modo a manter um apoio regular aos profissionais de saúde de Timor», afirma a direcção do SMZS.

## Kallen

Os subsídios de desemprego devem ser urgentemente processados, exigiram em plenário os trabalhadores das Confecções Kallen, que vão voltar a reunir no dia 20. A falência foi declarada a 28 de Janeiro, após a multinacional proprietária da fábrica ter desencadeado «um procedimento atulhado de ilegalidades, com vista à liquidação da empresa, para assim vir a beneficiar ilegitimamente das mais-valias decorrentes da venda do património imobiliário», próximo do anunciado novo aeroporto da Ota. Na resolução aprovada, lembra-se que a Kallen foi «indevidamente onerada» e «deliberadamente descapitalizada» e exigem que o titular da empresa não possa arrecadar aquelas mais-valias sem que, prioritariamente, sejam pagos direitos e prejuízos aos trabalhadores, ao Estado e demais credores.

O Governo contribui para aumentar o descrédito do SNS e lançar o caos nos serviços

# O último mês para 15 mil na Saúde

A Federação da Função Pública vai realizar, a partir de amanhã e durante uma semana, plenários regionais de trabalhadores contratados, que entrarão em greve no dia 23.

«Sem rei nem roque», é como a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública vê a situação no Ministério da Saúde, quatro meses depois de empossada a nova equipa e quando existe o perigo de, no final do mês, serem despedidos 15 mil funcionários administrativos, muitos dos quais já têm mais de três

anos de exercício de funções. Apesar de estarem com contratos a prazo, «todos eles prestam trabalho correspondente a necessidades permanentes dos serviços», afirma a FNSFP/CGTP, num comunicado de imprensa em que salienta que «à grande maioria foi ministrada formação

profissional, que vai agora ser desperdiçada». A federação entende que «não faz sentido, tanto do ponto de vista humano e financeiro como do ponto de vista jurídico, despedir estes trabalhadores», e propõe passos concretos para resolver o problema. De imediato, devem passar ao regime de contrato administrativo de provimento os trabalhadores que têm mais de dois anos de contrato e os que forem completando esse tempo.

Em seguida, para evitar que a situação se repita, a FNSFP defende que seja criado um regime próprio de contratação para a Saúde; este novo regime exigiria o

fim do congelamento de admissões, a dotação do pessoal necessário ao funcionamento regular dos serviços, a possibilidade de as administrações poderem contratar efectivos, a restrição da contratação a termo ou com recibos verdes apenas a funções transitórias ou de assessoria.

«Caso estas medidas não sejam aplicadas, os serviços serão lançados no descrédito, estando assim o Governo a contribuir para aumentar o descrédito do Serviço Nacional de Saúde – provavelmente o verdadeiro objectivo deste despedimento colectivo», alerta a federação.

No comunicado é ainda apontada a falta de diálogo da equipa de Manuela Arcanjo, o que não sucedia «desde os ministérios de Leonor Beza e Arlindo de Carvalho», bem como «um abandono, a todos os títulos injustificado», de medidas em desenvolvimento.

## Saem também 900 enfermeiros

A partir do dia 1 de Abril, há 900 enfermeiros que poderão ser «absurdamente» lançados no desemprego, por falta de medidas do Ministério da Saúde, que desde 1998 não avançou com medidas de fundo, após a prorrogação transitória dos contratos a termo certo de seis meses para dois anos. O Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, que lançou o alerta, mais uma vez, na semana passada, exige uma reacção imediata do Governo.

Deve ser adoptada, defende do SEP, «uma solução transitória que impeça o despedimento dos 900 enfermeiros». Tem ainda de ser elaborado «um diploma que garanta celeridade na admissão e emprego estável e com direitos».

«Se a carência de enfermeiros é uma realidade, não é menos verdade que os poucos enfermeiros que anualmente saem das escolas superiores de Enfermagem são admitidos nas instituições, para fazer face a necessidades permanentes dos serviços, em vínculo precário», nota o sindicato.

### Agressão

Não são conhecidas quaisquer medidas para aumentar a segurança nos centros de Saúde de Viseu, decorrido quase um mês sobre a «brutal agressão» de um enfermeiro em Mangualde. Numa reunião ali realizada pelo SEP, no dia 1 de Março, os enfermeiros decidiram «radicalizar posições, caso não haja uma decisão satisfatória, em tempo útil». Chamando a atenção para a falta de «condições mínimas de segurança, em particular durante a noite e aos fins-de-semana», exigem medidas concretas e imediatas da Sub-Região de Saúde do distrito, da ARS e do Ministério.

## Carteiros pararam a mais de 70 por cento

A adesão à greve dos carteiros, no seu segundo e último dia, aumentou nos distritos de Faro e Coimbra, disse sexta-feira um dirigente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações. Vítor Narciso indicou um índice de adesão global de 73 por cento, nos cinco distritos abrangidos.

Na quinta-feira, um comunicado do SNTCT/CGTP anunciava uma adesão ligeiramente superior a 71 por

cento, «claramente demonstrativa da vontade dos trabalhadores». O sindicato afirmava que, com esta greve pelo reconhecimento dos horários contínuos na distribuição, «está iniciada a luta que é imparável e que irá estender-se a todo o País».

Actualmente os carteiros, à excepção dos de Lisboa (cidade) e Porto, trabalham oito horas e 48 minutos, com uma hora de pausa para almoço que acabam por não gozar, porque nos locais onde

fazem a distribuição do correio não há condições para almoçar e, por isso, querem passar a laborar em horário contínuo de sete horas e 48 minutos, com meia hora de pausa, explicou Vítor Narciso à Agência Lusa.

### Postlog

O dia 3 de Março foi assinalado ainda por uma greve dos trabalhadores afectados pela criação da Postlog. A cri-

ação desta empresa pelos CTT, que lhe conferiu os serviços do Express Mail, da UEN, do Marketing, deixou quase três centenas de trabalhadores sem garantias quanto à manutenção dos seus direitos e remunerações. Ao apelar à greve, convocada na sequência de um plenário nacional, o SNTCT reafirma que «a criação do Postlog e de outras empresas para as quais os CTT transferem os seus serviços é um erro», «abre a porta à privatização» e «mais

não visa do que a possível obtenção de lucro à custa da precarização do emprego e de desregulamentação dos direitos dos trabalhadores». Os prejuízos, para os funcionários cedidos à nova empresa ou deslocados para outros locais de trabalho, vão desde bruscas alterações nas funções, horários laborais e transportes casa-emprego, até falta de garantia de manutenção do nível de rendimentos, comissões de serviço e cargos de chefia actuais.

## Ataque ao 13.º mês

O pagamento do 13.º mês deveria ficar sujeito à assiduidade, propuseram os patrões do sector da **cordoaria e redes**, nas negociações da contratação colectiva. Segundo a Fesete/CGTP, os representantes patronais querem que, em caso de baixa médica, os trabalhadores apenas recebam a parte que é paga pela Segurança Social, ficando nos cofres das empresas 40 por cento do 13.º mês.

A proposta patronal, que o Sindetex/UGT se preparava para aceitar, previa ainda a criação de dois níveis nos grupos mais baixos da tabela salarial. Assim, poderiam as chefias escolher, sem mecanismos de controlo, quem receberia salário superior, de entre os trabalhadores com funções polivalentes. Para a Fesete, trata-se de «um presente envenenado, que pode criar discriminações salariais».

Também com salários extremamente baixos, dezenas de milhar de trabalhadores dos **têxteis** ainda não tiveram aumentos, nem sequer um actualização para cobrir a inflação. A insistência das associações patronais em valores abaixo do que foi a subida do salário mínimo nacional levou a Fesete a promover uma jornada nacional de informação, mobilização e luta, no âmbito da qual se deslocou a Santo Tirso o secretário-geral da CGTP, para participar em plenários de empresa.

## Hotel Penta cedeu

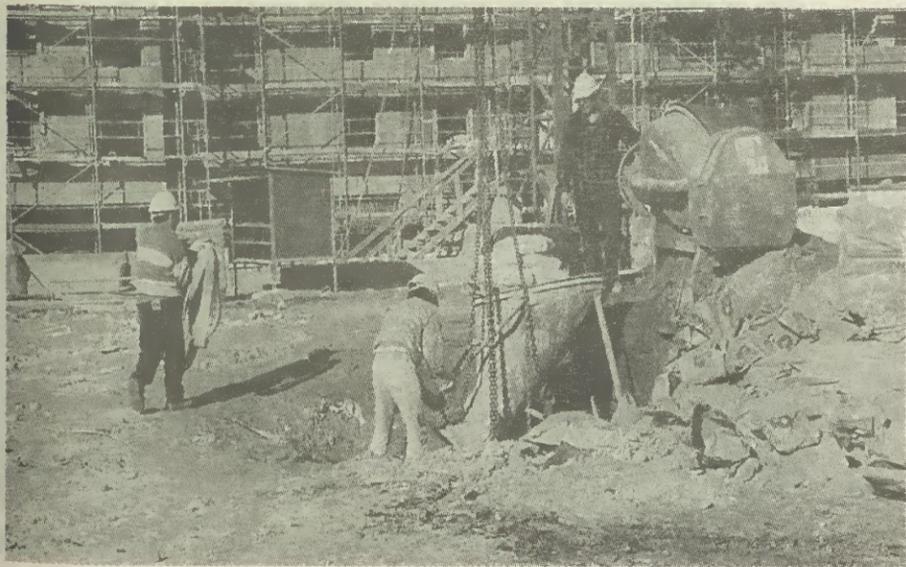
Num plenário com cerca de 200 trabalhadores do Hotel Penta, realizado a 1 de Março, foi decidido desconvocar a greve marcada para o dia seguinte, uma vez que a administração recuou nas suas posições e decidiu satisfazer as reivindicações que estavam na base da luta – informou o Sindicato da Hotelaria do Sul.

A greve tinha por objectivos «a melhoria dos

salários, o arquivamento dos processos disciplinares, a reintegração dos trabalhadores suspensos e a manutenção dos direitos», refere o sindicato, salientando que «tudo isto foi conseguido». «Ficou mais uma vez demonstrado que, através da luta, da firmeza e da convicção de lutar, os objectivos são alcançados», conclui a nota distribuída pelo sindicato à comunicação social.



Os trabalhadores conhecem o valor que a luta tem (foto de arquivo)



Os patrões defendem propostas desfasadas da realidade

Lutas convergem para 23 de Março

## Construção civil pára na terça-feira

O comportamento patronal levou a estrutura sectorial da CGTP a convocar greves na construção e madeiras, para dia 14 e para o primeiro dia da Cimeira Europeia.

O direito à livre negociação, salários justos, redução do horário de trabalho, condições de higiene e segurança e «trabalho com vida» são os objectivos apontadas no pré-aviso de greve, entregue na semana passada pela Federação Nacional dos Sindicatos da Construção, Madeiras, Mármore e Materiais de

Construção. As paralisações de 24 horas, a 14 e 23 de Março, abrangem todo o pessoal dos sectores da construção civil e obras públicas e das madeiras, e foram decididas em plenário nacional de sindicatos, a 29 de Fevereiro.

Aumentos salariais médios de 1750 escudos por mês (58 escudos por dia), aumento de 25 escudos no subsídio de almoço e a imposição generalizada do «balão» para controlo do álcool pelos encarregados de

obra (que ficaria com poderes para suspender qualquer trabalhador) são propostas dos representantes patronais que estão «desfasadas da realidade sectorial» e são «lesivas dos interesses dos trabalhadores».

### A CGTP apela à luta por emprego de qualidade

Estas posições levam o Sindicato do Sul a acusar o patronato da construção civil e obras

públicas de ter inviabilizado as negociações do contrato colectivo. Em comunicado, o sindicato apela à paralisação de todos, «quer sejam portugueses ou imigrantes».

Também no sector das madeiras, o patronato mantém «uma posição de intransigência», insistindo em aumentos salariais de dois por cento, que se traduziriam numa média mensal de mais 1300 escudos, «valor que significa uma autêntica vergonha e desprezo pelos

trabalhadores», diz o Sindicato do Sul. No folheto em que dá nota dos resultados das negociações do contrato, o sindicato refere ainda as propostas patronais de «um mísero aumento, de dez escudos por dia», no subsídio de almoço, e de redução do período de trabalho nocturno, que passaria a iniciar-se só às 22 horas. O sindicato apresentou um estudo demonstrando que os salários médios praticados nas empresas já se encontram bastante acima dos mínimos contratuais, o que confirma que «as propostas sindicais são perfeitamente exequíveis».

### Ação nacional

Estruturas sindicais de diversos sectores também já apresentaram pré-avisos de greve e têm em curso iniciativas de esclarecimento e mobilização dos trabalhadores para a acção nacional, convocada pela CGTP para 23 de Março, em Lisboa. Nessa quinta-feira, quando abrem na antiga FIL os trabalhos da Cimeira extraordinária da União Europeia, terá lugar uma **concentração nos Jerónimos**, seguida de desfile até às instalações do Centro de Congressos, na Rua da Junqueira.

As posições do Governo nas negociações salariais da **Administração Pública**, que levaram à ruptura na passada sexta-feira, confirmaram a decisão da Frente Comum de Sindicatos de requerer a negociação suplementar e «virar todos os seus esforços para engrossar a acção» de dia 23.

Também foram já entregues pré-avisos de greve para as empresas do **Grupo EDP** e para o sector de fabricantes de material eléctrico e electrónico. As ORTs do **Grupo Portucel** divulgaram igualmente uma resolução de apoio à jornada da **Inter**.

## Época alta

O sector da Hotelaria e Turismo no nosso país passa talvez pelo melhor período da sua história, e isso é facilmente constatado, não só pelas opiniões das entidades ligadas ao sector, como pelos dados estatísticos oficiais que apontam nesse sentido. Em 1999, os turistas entrados rondaram os 11,6 milhões (mais 2,7% que em 1998), a taxa média de ocupação na Hotelaria apresenta crescimento em praticamente todo o País, e as receitas turísticas aumentaram cerca de 8,2 pontos percentuais relativamente ao ano anterior, atingindo os 945 milhões de contos.

Os indicadores de ocupação e venda da Hotelaria na capital, referidos na BTL 2000, revelam a consolidação do crescimento registado pelo efeito Expo'98. A principal conclusão é a de que a Expo'98 elevou o patamar do desempenho turístico para um nível superior ao de anos anteriores o que, de outro modo, demoraria vários anos a atingir.

Um sector que representa 10% da riqueza nacional e da população activa

trabalhadores que tudo se faz em seu benefício e isso é, muito bem assumido, pelos tais mercenários do capital. Toda a gente fala de qualidade: fala o Governo, fala o patronato... Nós também queremos qualidade, mas com sentido e conteúdo completamente diferentes.

Para o patronato, qualidade significa lucros e mais lucros conseguidos a qualquer preço, através de precariedade, repressão e exploração desenfreadas.

Para o Governo significa dar cobertura a toda esta pretensão do patronato com a ineficácia da IGT.

Para os trabalhadores, a qualidade de serviços prestados é incompatível com baixos salários, com a precariedade a todos os níveis, repressão e trabalho sem direitos.

### Contrato atacado

Como se não bastasse tudo isto, os patrões querem acabar com o contrato colectivo de trabalho dos hotéis.

Desde há longos anos o sindicato vem defendendo que, para haver qualidade

nos serviços prestados, é necessário que os patrões apostem na valorização dos trabalhadores, pagando-lhes salários dignos, e respeitem os seus direitos, proporcionando-lhes condições para o exercício das suas funções profissionais. Ao invés, a Associação dos Hotéis de Portugal apresentou uma proposta de revisão do CCT que é uma autêntica provocação aos trabalhadores.

No clausulado pretende,

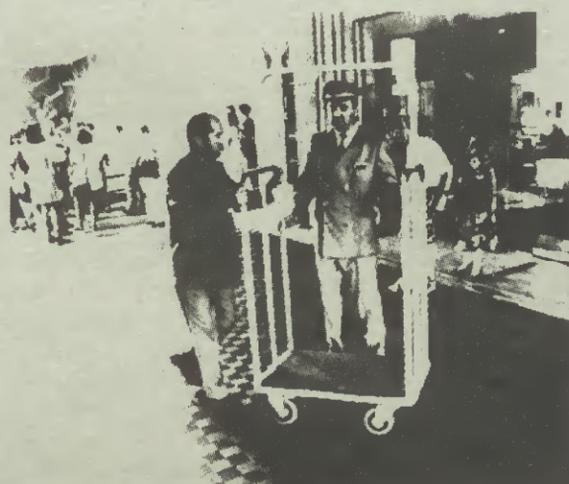
entre outras coisas, horários de trabalho sem regras, eliminar as normas que salvaguardam os trabalhadores no aspecto disciplinar, eliminar direitos que garantem a segurança da retribuição, férias e definição de funções, não querem descontar a quotização dos trabalhadores para o sindicato, pretendem retirar o direito à alimentação em espécie, etc.

Está mais que provado que as causas do bloqueio, do boicote à negociação colectiva com o apoio descarado do Governo PS, em muitos casos não está sequer nas divergências quanto aos salários, mas sim, no conteúdo concreto das propostas do patronato.

A instabilidade do emprego e repressão são duas «tácticas» fundamentais que o patronato emprega directamente para procurar sustentar a luta dos trabalhadores na defesa dos seus direitos.

Mas, os trabalhadores dos hotéis, com a sua enorme demonstração de força, de consciência, firmeza e determinação demonstradas nos últimos tempos vão prosseguir a sua luta com muita confiança. Até 23 de Março, numa altura em que as unidades do sector estão com excelente ocupação, todos os dias vão estar em luta, denunciando a atitude dos patrões através de carro de som, e distribuição de um comunicado aos clientes, em inglês e francês.

Todas estas acções culminam com uma concentração do sector junto à associação patronal, dia 23 de Março, pelas 11 horas, com integração à tarde na grande manifestação nacional da CGTP.



não pode obviamente manter aqueles que produzem essa riqueza, os trabalhadores, numa situação de degradante instabilidade. Toda esta realidade influencia positivamente a nossa economia. Contudo, tal benefício não tem correspondência com as condições de vida dos seus trabalhadores. O salário médio do sector é inferior ao praticado noutros ramos de actividade, em cerca de 27%. Não há razão lógica para esta situação degradante.

O sector está bem financeiramente, e o que é que isto significa?

Significa que não basta haver riqueza produzida, é necessário que essa riqueza seja bem distribuída, quer através da elevação dos salários quer através de benefícios sociais e salvaguarda dos direitos dos trabalhadores.

### Qualidade?

Depois, fala-se de qualidade! Mas como pode haver qualidade, com os métodos mais refinados e sofisticados que hoje existem e que são aplicados nas empresas para intimidar, despedir, ou discriminar os trabalhadores? As empresas comportam-se da forma mais baixa, através de sociólogos e juristas, que vestem a pele de mercenários da Sociedade. Isolam os trabalhadores, individualizam as situações, procuram isolar as estruturas dos trabalhadores, para mais facilmente os enganarem. Para mais facilmente se explorar quem trabalha, é preciso alguma habilidade para convencer os

**Portugal participou secretamente em dois seminários sobre a interceptação de telecomunicações organizados pelo FBI**

• Carlos Nabais  
(texto)

# Echelon, o espião global

**O sistema de espionagem electrónica criado pelos Estados Unidos e pela Grã-Bretanha não é uma simples suspeita ou o produto de alguma imaginação prodigiosa. O Echelon existe mesmo e tem capacidade para recolher e filtrar praticamente toda a informação que circula no mundo.**

## Os negócios estão primeiro

Duncan Campbell não tem dúvidas de que este sistema tem sido usado pelos Estados Unidos para espionagem económica e comercial e com fins políticos. Como exemplos, cita os casos da Airbus que em 1995 perdeu um contrato de seis mil milhões de dólares (cerca de 1200 milhões de contos). Já em 1994, a Thomson CSF perdeu para a norte-americana Raytheon Corporation um contrato com o Brasil para a instalação de um sistema de vigilância da floresta amazónica. Em jogo estavam 1300 milhões de dólares (260 milhões de contos).

Há notícia de muitos outros casos em que as empresas americanas obtêm vantagens da espionagem electrónica, mas basta recordar que, em 1977, NSA, CIA e Departamento do Comércio criaram uma estrutura secreta, designada Office of Intelligence Liaison, que se transformou em 1993 no Office of Executive Support. A sua missão é transmitir a partir da NSA para o Departamento do Comércio todas as informações comerciais passíveis de interessar as empresas americanas com actividade no estrangeiro.

Na Grã-Bretanha as associações representativas de empresas podem interrogar os serviços de informação, os quais recolhem rotineiramente os planos de empresas, telexes, faxes e transcrevem chamadas telefónicas.

O sistema de espionagem electrónica criado pelos Estados Unidos e pela Grã-Bretanha não é uma simples suspeita ou o produto de alguma imaginação prodigiosa. O Echelon existe mesmo e tem capacidade para recolher e filtrar praticamente toda a informação que circula no mundo.

O Echelon terá sido concebido para fins militares no âmbito da confrontação Leste-Oeste, mas hoje, embora alguns o queiram apresentar como um instrumento importante do combate à criminalidade e ao terrorismo, os seus objectivos são bem diferentes. As mais recentes revelações confirmam anteriores suspeitas de que este sistema de interceptação de telecomunicações tem como principal objectivo servir os interesses económicos das empresas norte-americanas e políticos do governo dos EUA. Pelo meio, há histórias de corrupção de empresas fabricantes de aparelhos de cifra e de computadores, com a Microsoft e a Lotus a serem acusadas de colaborarem com a espionagem de dados.

Acusada é ainda a Grã-Bretanha que, como o principal parceiro dos Estados Unidos, tem instalado no seu território grande parte do sistema que vigia a Europa. Dessa colaboração sem escrúpulos os ingleses retiram vantagens evidentes sobre os seus concorrentes da União Europeia. Afinal, nos tempos que correm, a protecção das liberdades individuais e o exercício da livre concorrência não passam de meros chavões para consumo das opiniões públicas, constantemente desmentidos pela política real dos estados imperialistas.

### O «Big Brother» existe

As primeiras revelações sobre espionagem electrónica foram feitas ainda nos anos 70 por investigadores britânicos mas, no contexto da guerra fria, o caso foi rapidamente abafado e os seus autores presos. Entre eles estava precisamente o escocês Duncan Campbell que, em 1976, denunciou a existência de um centro britânico de vigilância electrónica situado em Cheltenham. Tratava-se do General Communications Head Quarters (GCHQ), parceiro inglês da Agência de Segurança Nacional (National Security Agency - NSA), o mais secreto e poderoso dos 13 serviços secretos dos Estados Unidos. Contudo, o assunto só ganha notoriedade em 1998, na sequência de um relatório elaborado pelo eurodeputado trabalhista Glyn Ford para o Parlamento Europeu. O relatório dedicava apenas duas páginas ao «Echelon» descrevendo-o como um programa de espionagem anglo-americano cujo objectivo é interceptar qualquer comunicação de fax, telefones fixos ou móveis, correio electrónico, comunicações via satélite, em especial as comunicações comerciais e políticas do conjunto dos países do continente europeu.

Apesar de ter sido considerado insuficiente, o estudo teve o mérito de ter feito sair o caso «Echelon» do círculo restrito dos especialistas, despertando povos e países para a ameaça real que representa, qual «Big Brother» imaginado por George Orwell no livro «1984».

### Mais provas e detalhes

Mas se dúvidas havia em relação à existência de um sistema de escutas à escala mundial comandado pelos Estados Unidos, elas dissiparam-se com a divulgação do mais recente relatório de Duncan Campbell, que foi apresentado numa audição do Parlamento Europeu sobre a Protecção de Dados, realizada em 22 de Fevereiro passado. Como nunca antes, o autor traz a público os pormenores do sistema de espionagem, recordando que foi criado para combater a União Soviética e todo o bloco socialista, constituído na sequência da derrota do nazi-fascismo.

É neste contexto que, em 1947, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos fazem um acordo secreto para prosseguirem a sua actividade conjunta de vigilância das comunicações. Três outros países anglo-saxónicos, a Austrália, Nova Zelândia e Canadá, aderem a este acordo, designado por UKUSA, cuja existência, negada durante anos a fio pelos respectivos governos, é hoje provada em documentos da NSA entretanto desclassificados. No âmbito desta aliança desenvolve-se o sistema Echelon que, segundo se crê, funciona há mais de 20 anos. A sua necessidade surgiu nos finais dos anos 60 quando a NSA e o GCHQ planearam as estações de interceptação de satélites em Mowenstow, Inglaterra, e em Yakima (EUA), que levariam a um aumento exponencial da quantidade de mensagens interceptada, impossibilitando o seu exame individual.

Começa então a ser concebida a primeira geração de computadores Echelon com o objectivo de processar automaticamente as informações recolhidas. Entre 1975 e 1995, o sistema foi significativamente alargado, sobretudo a partir de meados dos anos 80, com a implantação do Project P-415 que irá completar a automatização da recolha, triagem e envio das informações.

### Computadores «dicionários»

Construído como uma rede global de comunicações semelhante à Internet, capaz de ser comandado à distância, o

componente principal do Project P-415/Echelon são os computadores «dicionários» que conseguem armazenar e analisar enormes volumes de informação em busca de assuntos específicos, incluindo nomes, tópicos de interesse, moradas, números de telefone e outros critérios de selecção. Se alguns destes é detectado, a mensagem é automaticamente enviada para o centro da NSA nos Estados Unidos. O funcionamento destes «dicionários» pode ser comparado ao dos chamados «motores de busca» bem conhecidos dos utilizadores da Internet, que seleccionam páginas electrónicas consoante a palavra-chave introduzida.

Actualmente, segundo Campbell, este sofisticado dispositivo utiliza uma rede de 120 satélites geoestacionários, bases terrestres nos cinco países da aliança UKUSA com poderosas antenas, aparelhos de escuta de cabos submarinos e vários pontos de interceptação de todas as transmissões via Internet. Assinale-se a propósito que, segundo o investigador, o incrível fluxo de informação que a Net comporta não é superior às capacidades de interceptação dos espiões anglofonos.

Em pelo menos nove pontos centrais de comunicações Internet (os chamados portais) a NSA colocou programas extremamente evoluídos (N-gram analysis) capazes de fazer a triagem de informação por tópicos e não como até aqui por palavras-chave. Os resultados práticos são alucinantes. Como explicou o anterior director da NSA, William Studeman, em 1992, «em cada meia hora, um sistema de interceptação de informações pode gravar um milhão de mensagens; depois da triagem restam 6500 e destas apenas mil respondem aos critérios de busca. No final, dez mensagens são seleccionadas por analistas que normalmente apenas comunicam uma delas. Estes são dados estatísticos de rotina», afirma Studeman citado por Campbell.

### Cifragem viciada

Um dos maiores problemas na interceptação de telecomunicações é a codificação de mensagens. Para o resolver, os americanos têm usado vários expedientes, como por exemplo a sabotagem de aparelhos de cifra. O caso da Crypto AG mostra como a NSA conseguiu que aquela empresa suíça, fornecedora de máquinas de encriptação a militares e diplomatas de mais de 130 países, viciasse o material de modo a que a mensagem pudesse ser interceptada e lida. O processo, relatado por Campbell, remonta a 1975 quando a NSA concebe

um novo aparelho para a Crypto AG que emite cada vez que é usado a chave da cifra que foi usada. Contudo, de modo a prevenir que seja captada por outras escutas, a chave é também ela encriptada de forma a que apenas a NSA a possa ler. Técnicas semelhantes foram usadas com a Microsoft, Netscape e Lotus. Estas companhias concordaram em reduzir os níveis de segurança do software vendido a países estrangeiros. A Lotus Notes incluía um sistema médio de segurança de e-mail com uma chave encriptada de 64 bit. Pressionada pela NSA, que precisaria de meses ou mesmo anos para quebrar o código, a empresa aceitou instalar um dispositivo (chamado *workfactor reduction field - WRF*) nas versões vendidas para fora dos Estados Unidos. Este WRF transmite os primeiros 24 dos 64 bits do código usado em cada comunicação, numa cifra que só a NSA tem acesso e que lhe permitem facilmente ter acesso a qualquer mensagem encriptada.

### O ILETS

Todavia, a tecnologia não pára de evoluir. Os EUA sabem-no e por isso nos últimos anos desencadearam uma ofensiva diplomática para convencerem os países da União Europeia da necessidade de equiparem todos os sistemas informáticos com «chaves de cobertura» permitindo a interceptação «legal» das mensagens codificadas.

## O poder da NSA

A Agência Nacional de Segurança (National Security Agency - NSA) é uma organização americana de informações que emprega pelo menos cem mil pessoas em todo o mundo. Muito mais poderosa que a famigerada CIA, possui recursos que representam um terço de todo o orçamento americano de espionagem. Através do Echelon, sistema concebido e coordenado pela NSA, 95 por cento das comunicações mundiais passam pelos seus computadores. Os meios empregues são gigantescos, já que três horas de dados analisados equivalem a toda a informação contida na biblioteca do Congresso, considerada a maior do mundo.

A fundamentação ideológica de todo este poder é feita na página da Internet pelo próprio director da

Pela primeira vez o Relatório Campbell refere a existência de uma organização até aqui desconhecida ILETS - International Law Enforcement Telecommunications Seminar (que pode ser traduzido como seminário internacional sobre telecomunicações para o combate à criminalidade). Criado pelo FBI, este seminário reuniu pelo menos quatro vezes entre 1993 e 1997. Em duas reuniões (Bona, na Alemanha, em 1994, e Dublin, Irlanda, em 1997), Portugal esteve entre os países participantes. À revelia dos parlamentos nacionais, este fórum tem como objectivo, segundo Campbell, concretizar os controversos planos de exigir que os fabricantes e operadores dos novos sistemas de comunicações incluam nestes a possibilidade de serem usados pelos serviços nacionais de segurança ou pelas chamadas Law Enforcement Agencies. A este propósito, convém recordar que já em 1998, o PCP requereu uma audição parlamentar para que, entre outros, o Governo falasse do teor de um memorando sobre vigilância de telecomunicações (*Memorandum of understanding*), assinado em 1995, mas que ainda hoje se mantém secreto. Os novos dados agora divulgados que implicam Portugal na reuniões do ILETS voltam a colocar esta questão na ordem do dia - é urgente que o Governo se pronuncie sobre a matéria e revele que tipo de compromissos foram ou estão a ser assumidos nesta teia gigantesca chamada Echelon.



**Orwell apenas se enganou na data. Há mais de vinte anos que o planeta está a ser espionado de forma sistemática**

organização, general Kenneth A. Minihan. Numa atitude imperial declara que «o controlo das tecnologias da informação será a chave do poder no século XXI», tal como «o controlo da tecnologia industrial foi a chave do poder militar e económico nos últimos dois séculos». O general considera que «a era do pós-guerra fria se caracteriza pela dispersão do poder, instabilidade geopolítica, e evolução tecnológica» sublinhando que «a revolução da informação que varre o mundo está a provocar uma transformação tão radical como a que resultou da invenção da bomba atómica». Por isso, conclui que a sua nação passa por «um ponto crítico

de viragem na história», «não distinto daquele que imediatamente se seguiu à 2.ª Guerra Mundial». E explica que os «enormes desafios e oportunidades», que a «idade da informação» apresenta, obrigam a rever a abordagem tradicional dos serviços de informação e dos sistemas de segurança de forma a atingir o objectivo de conseguir a «superioridade informativa para a América». E mais adiante este conceito de «superioridade informativa» é definido como «a capacidade de recolher, processar e disseminar um fluxo ininterrupto de informação enquanto se investiga ou se impede que o adversário possa fazer o mesmo».

# O lapso do senhor Inspector

• Odete Santos

**N**um recente debate televisivo, uma mulher deu público testemunho de uma das variadas práticas discriminatórias de que são vítimas as mulheres neste final de milénio. Foi apenas uma voz entre muitas. Aquela mulher, aquela mulher jovem, estava grávida, e por estar grávida foi despedida do emprego. Recebeu da Inspeção do Trabalho, o organismo que existe para fiscalizar o cumprimento das leis laborais, uma

qualquer prática discriminatória em função do sexo, directa ou indirecta. Estabelecendo ainda no artigo 12.º que compete à Inspeção do Trabalho o levantamento dos respectivos autos. Na legislatura finda, depois de o PCP ter apresentado um Projecto de Lei agravando as coimas relativamente às violações das normas laborais, o Governo do Partido Socialista apresentou também uma proposta de lei no sentido do agravamento das sanções. E, segundo o diploma nascido daquelas duas iniciativas legislativas (a lei 118/99, as práticas discriminatórias em função do sexo passaram a ser punidas como contraordenações graves (ver quadro). Cabendo à Inspeção do Trabalho o levantamento dos respectivos autos.

Depois da inesperada « confissão » do Inspector geral do Trabalho, compreende-se por que é que as entidades patronais (ressalvando-se, claro, as cumpridoras) continuam a privar os trabalhadores, e em especial as mulheres trabalhadoras, da protecção das normas laborais. E compreende-se o alastramento da cultura de impunidade. Hoje as mulheres sofrem as mais variadas formas de discriminação. Continuam, de uma maneira geral, a ganhar menos do que os homens. Quando é que a Inspeção do Trabalho faz cumprir a norma constitucional « a trabalho igual, salário igual »?

As mulheres são privadas de prémios de assiduidade e de produtividade por causa das licenças de parto. As mulheres temem usar do direito à assistência a membros do agregado familiar, porque sofrem na redução do salário, o uso daquele direito. Quando é que a Inspeção do Trabalho põe fim a tantas práticas discriminatórias?

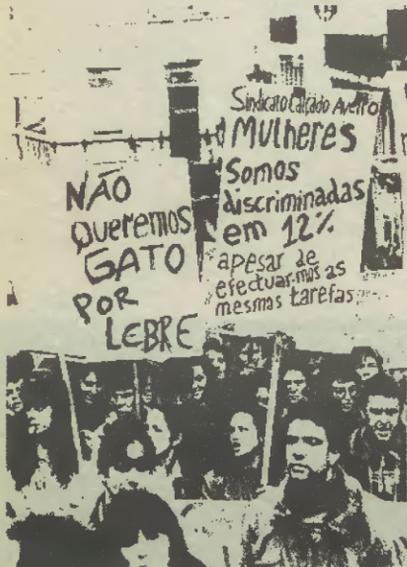
Mas as perguntas não terminam aqui, nem na figura do Senhor Inspector Geral do Trabalho. Porque não é nele que reside o cerne da questão.

É o Governo socialista que deve condenar-se pela impunidade que se respira nas grandes centrais patronais. Foi o Governo Socialista que interpretou a lei da Flexibilidade no sentido de que as pausas no horário de trabalho não contavam para as 40 horas, adoptando a interpretação daquelas centrais. Interpretação que os Tribunais do trabalho começaram a negar.

O Governo socialista é, de facto, o executor da política neoliberal que interessa ao capital. Dessa política está ausente a efectivação dos direitos económicos e sociais das mulheres, dos trabalhadores, dos jovens e das crianças.

De todos os que sofrem da ausência de direitos em resultado das exigências do capital.

E é com eles que estão os comunistas.



recusa de intervenção, porque, alegadamente, a lei não autorizaria a Inspeção a intervir.

Esperava-se que confrontado com o facto, o senhor Inspector Geral do Trabalho, presente no programa televisivo, verberasse energicamente a actuação da Inspeção. Ou então, aliás como já vem sendo hábito, encetasse um largo rol de explicações sobre a falta de meios da Inspeção.

Mas não. O senhor Inspector foi peremptório. A Inspeção, disse, nada poderia fazer.

Remetendo-se depois a um teimoso silêncio quando confrontado com a enormidade da sua afirmação.

A atitude do Inspector Geral do Trabalho, ignorando a legislação contra as práticas discriminatórias, mostra bem o laxismo que impera neste país, em relação ao cumprimento das leis laborais. Existe uma cultura de impunidade entre entidades patronais que desafiam os direitos conquistados pelos trabalhadores.

A prática discriminatória, de que foi vítima a mulher que testemunhava, é claramente uma discriminação em função do sexo.

Em 1997, a Assembleia da República aprovou o Projecto de Lei do PCP, que ficou conhecido como o Projecto do BCP, porque nascido das discriminações das mulheres praticadas pelo senhor Jardim Gonçalves, daquele Banco. Projecto que é hoje a lei 105/97, de 13 de Setembro.

Segundo o artigo 8.º dessa lei, é punível com uma coima graduada entre 5 e 10 vezes a remuneração mínima mensal,



A privatização está rodeada de factos obscuros que carecem de explicação

Inquérito parlamentar à TAP

## Clarificar o processo

As decisões do Governo sobre o processo que envolve a privatização da TAP vão ser objecto de inquérito parlamentar. Cumpre-se assim um objectivo desde há muito perseguido pelo PCP.

Na sequência das denúncias formuladas sobretudo pela bancada comunista quanto à forma como o processo tem sido conduzido, em que relevam os aspectos obscuros, com graves prejuízos para os interesses nacionais, aberta fica agora a possibilidade de fazer alguma luz sobre o assunto. Nesse sentido apontavam os três pedidos de inquérito formalizados pelo PCP, PSD e PP, em debate faz hoje oito dias. Gorada que foi a tentativa de os unificar num único texto, prevaleceu o pedido feito pelo PSD, que procedera ao seu agendamento potestativo, ao abrigo do regimento, recolhendo para o efeito as assinaturas necessárias. O PCP acabou por não submeter o seu pedido de inquérito à votação, enquanto o PP optou pela solução contrária, vendo assim o seu pedido rejeitado.

Em causa estão, designadamente, para além do processo de privatização, as alianças estratégicas firmadas pela TAP com outras companhias, bem como as razões invocadas pelo Governo para a segmentação e

desmantelamento da empresa. A ausência de respostas claras em qualquer destas questões, como sublinhou no debate o deputado comunista Lino de Carvalho, ampliou as « perplexidades » e as « interrogações ».

E são muitas. Desde logo a questão das alianças estratégicas, em relação às quais sempre foi dito que implicariam a abertura do capital da TAP com a sua privatização. Uma premissa que factos ulteriores vieram desmentir, uma vez que, como observou Lino de Carvalho, havia afinal parceiros dispostos a realizar essas alianças estratégicas sem a exigência de qualquer participação no capital, como vieram a revelar altos responsáveis da TAP.

Por esclarecer estão também as razões que levaram o Governo a optar por vender 34 por cento do capital da empresa a um operador estrangeiro, conferindo-lhe um poder susceptível de bloquear qualquer decisão em matérias estratégicas.

Igualmente por explicar, na perspectiva da bancada comu-

nista, estão as oscilações nos valores de venda do património da TAP, com diferenciais a situar-se entre um mínimo de 65 milhões de contos e um valor máximo de 104 milhões de contos, ao sabor das exigências e interesses dos potenciais compradores.

A escolha da Swissair como parceiro, no âmbito da Qualifyer, contrariando todos os estudos económicos, incluindo da própria empresa (que apontavam para outras soluções mais vantajosas), constitui outro dos mistérios por deslindar. Grave, neste caso, é ainda o facto de estar em causa a identidade da TAP no futuro, face aos objectivos enunciados pela Qualifyer de absorver todas as suas companhias numa única empresa.

Para a bancada comunista importa ainda clarificar por que é que depois de o Governo ter dito que a solução salvadora da TAP estava no acordo com a Qualifyer vem agora afirmar que a forma precipitada como o mesmo foi negociado e incrementado é que está na origem dos recentes elevados prejuízos da transportadora aérea nacional.

A carecer de explicações está ainda a decisão quanto ao desmantelamento e segmentação da TAP em três empresas, que se vai traduzir na sua fragilização, bem como o futuro dos seus 8600 trabalhadores, em relação ao qual continuam a pairar as maiores incertezas.

## Solidariedade com Moçambique

A Assembleia da República aprovou, por unanimidade, um voto de solidariedade com as vítimas das inundações que assolam Moçambique.

Apresentado pelo presidente em exercício da AR, o voto foi subscrito por representantes de todas as bancadas parlamentares.

As bancadas do PCP, PSD e BE anunciaram, enretanto, a intenção de ver incluídas no Orçamento de Estado (OE) deste ano verbas para ajudar a minorar os efeitos da catástrofe natural que se abateu sobre Moçambique.

O voto salienta que « a perda da vidas humanas, a destruição de bens essenciais, das colheitas agrícolas e de todas

as infra-estruturas básicas dão já uma pálida dimensão desta catástrofe ».

Depois de expressar a sua disponibilidade para se associar « a todas as formas de cooperação internacional que visem minorar o sofrimento e restaurar a esperança do povo moçambicano num futuro de paz e de bem-estar económico e social », o Parlamento « recomenda ao governo português que mobilize todos os meios ao seu alcance », apelando simultaneamente aos « Estados da União Europeia, países da Comunidade de Língua Portuguesa e comunidade internacional no sentido de prestarem um apoio urgente ao povo de Moçambique ».

Os 230 deputados da Assembleia da República decidiram ainda descontar um dia do seu salário em solidariedade com o povo de Moçambique afectado pelas destruições resultantes das cheias e dos ventos ciclónicos.

A decisão foi tomada em plenário, após o presidente do Grupo Parlamentar do PCP, Octávio Teixeira, ter sugerido a possibilidade de os deputados terem uma iniciativa simbólica a favor do povo moçambicano.

Em reunião informal entre representantes dos diversos grupos parlamentares, acordou-se pela doação de um dia de salário de cada deputado para ajudar a socorrer as vítimas.

### Contra-ordenações por práticas discriminatórias

	Dolo	Negligência
Grandes empresas	415 000\$00 a 1 450 000\$00	225 000\$00 a 800 000\$00
Médias empresas	330 000\$00 a 930 000\$00	130 000\$00 a 360 000\$00
Pequena empresa	220 000\$00 a 600 000\$00	100 000\$00 a 275 000\$00
Microempresa	160 000\$00 a 400 000\$00	80 000\$00 a 200 000\$00

## Reestruturação da RTP

## Estratégia votada ao fracasso

Com o objectivo de reestruturar a RTP, o Governo criou a «Portugal Global». Para o PCP este é mais um sinal de desorientação do Executivo a quem faltam ideias sobre o que é o serviço público de televisão.

Na perspectiva do deputado comunista António Filipe, que levantou o assunto numa das sessões plenárias da semana transacta, a anunciada reestruturação mais não é do que uma operação de «engenharia financeira» que, não resolvendo a questão do serviço público de televisão, em processo de destruição, procura resolver o passivo da RTP à custa da saúde financeira da agência Lusa e da RDP.

Analisando a opção governativa agora adoptada, o deputado do PCP critica sobretudo o que considera ser a ausência de uma política que valorize o serviço público. Vai mesmo mais longe e acusa o Governo de não ter a este respeito «uma única ideia coerente» quanto ao futuro, ou seja, não ter qualquer estratégia, para além das intenções da privatização de segmentos de negócio.

António Filipe disse estar a assistir-se, reportando-se às justificações dadas pelo ministro Adjunto do primei-

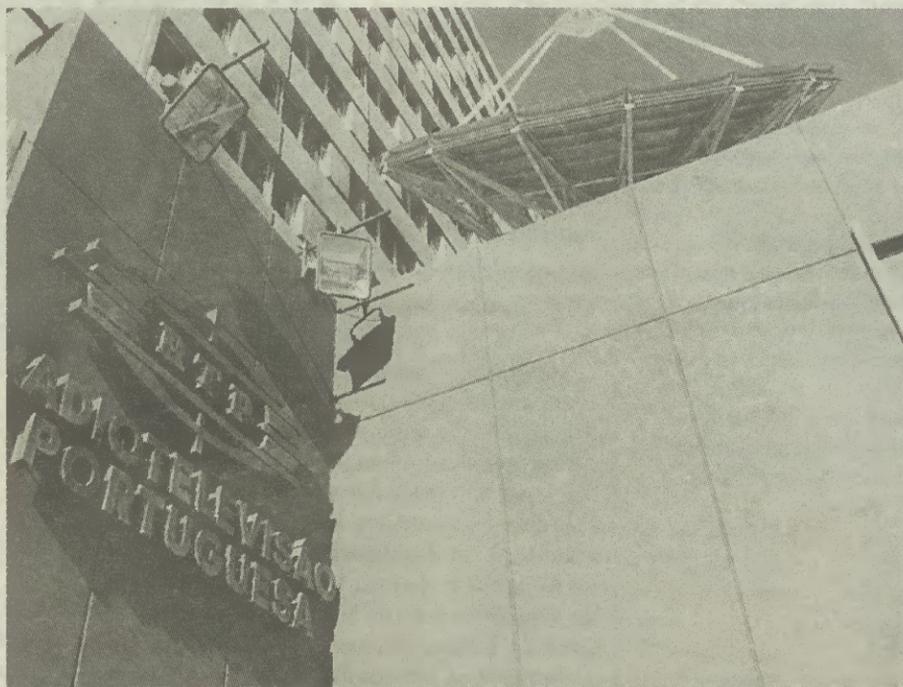
ro-ministro, Armando Vara, a um «discurso patético» sobre alegadas «sinergias» entre a RTP, a RDP e a agência Lusa para justificar a constituição da holding «Portugal Global».

**Em matéria de serviço público de televisão a estratégia do Governo é igual a zero**

«Varrer o passivo financeiro da RTP para debaixo da holding, em vez de um investimento que possa viabilizar uma verdadeira programação de serviço público e de uma política de apoio à produção audiovisual» é, na perspectiva de António Filipe, o grande objectivo da reestruturação agora promovida pelo Governo na comunicação social onde o Estado é maioritário em termos de capital.

**Contradições insanáveis**

Um objectivo que, pelos vistos, não reúne consenso no próprio seio do Executivo. Como evidenciou António Filipe ao chamar a atenção para as contradições



O Governo mantém as indefinições quanto ao futuro da RTP

existentes entre membros do Governo e que separam, por exemplo, o ministro da Cultura do ministro Adjunto do Primeiro-Ministro. Por si recordado foi concretamente o texto publicado num semanário por Maria Carriho, no qual este critica o «mimetismo programático» em relação às televisões privadas, fazendo simultaneamente apelo à qualidade e ao pluralismo, com recusa de uma visão mercantilista do serviço público.

Tal artigo, segundo António Filipe, vem dizer que o problema da RTP não é

empresarial - ao contrário do que afirma Armando Vara, que reduz a questão a essa dimensão empresarial -, demonstrando ao mesmo tempo a «inconsistência estratégica» da política governamental em matéria de serviço público televisivo.

Verberado pela bancada comunista no processo de constituição da holding foi ainda o facto de o Governo «não ter ouvido os trabalhadores» sobre essa decisão - «longe vai o Governo do diálogo, quando nem já os ministros dialogam entre si»,

comentou -, e que terá «apanhado de surpresa as próprias administrações envolvidas».

Acresce à «possibilidade de serem dispensados 500 trabalhadores na RTP», segundo rumores que circulam, o que somado à desorientação do Governo e à falta de clareza dos objectivos da holding justifica, na opinião de António Filipe, «fundados receios de que esta opção possa ser mais uma das muitas achas que nos últimos tempos têm ateadado a fogueira em que a RTP se vem consumindo».

## Professores desempregados

A Assembleia da República aprovou, na generalidade, o projecto de lei do PCP que atribui o direito a subsídio de desemprego aos docentes contratados dos estabelecimentos de educação e ensino públicos. O diploma acolheu os votos favoráveis do PSD, PCP, CDS/PP, PEV e BE e a abstenção da deputada socialista Jovita Matias, ela própria professora. Os restantes 114 deputados do PS votaram contra. Com esta iniciativa legislativa, que baixou à comissão para debate na especialidade, os docentes vêem finalmente concretizado um regime pelo qual desde há muito lutavam. No que se refere aos prazos de garantia, com efeito, de acordo com o diploma, trata-se de um regime mais favorável, ao estabelecer 180 dias de trabalho no período de 24 meses imediatamente anterior à data de desemprego. Ao contrário do acordo estabelecido dias antes entre o Ministério da Educação e a Federação Nacional do Ensino, agora claramente desvalorizado, o diploma abrange também os professores do ensino superior.

## Ilegalidades da ABB/ALSTOM

O deputado comunista Vicente Merendas inquiriu o Governo sobre as medidas a adoptar para impedir que a multinacional ABB/ALSTOM utilize fundos comunitários para levar a cabo uma política de liquidação de postos de trabalho e de incremento de trabalho pago à hora. Em requerimento dirigido ao Governo, o parlamentar do PCP questiona ainda a intervenção do Instituto do Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho (IDICT), face ao que afirma serem as ilegalidades e atropelos à legislação portuguesa cometidos por aquela multinacional. Actualmente com um papel preponderante na metalomecânica pesada, a história daquela empresa, desde que em 1989 entrou no mercado nacional, está recheada de ilegalidades. Um dos casos mais recentes, depois de um processo concentracionário em que absorveu grandes empresas como a Mague, marcado ainda pela liquidação de milhares de postos de trabalho, reporta-se à inauguração em Setúbal, em 1998, de novas instalações só para trabalhadores à hora, investimento para o qual contou com fundos comunitários. Em 1999, uma nova empresa foi criada pelos grupos ABB e ALSTOM, na área dos equipamentos para produção de energia, onde campeia a ilegalidade, perante a inércia da Inspeção Geral do Trabalho, não obstante as denúncias do Sindicato dos Metalúrgicos do Sul.

## Comunistas preconizam

## Medidas de apoio às freguesias

Reforçar as competências e as possibilidades de intervenção das freguesias, impondo para o efeito novos instrumentos e reajustamento da legislação que lhes é aplicável, tais são, em traços gerais, os objectivos visados em três projectos de lei subscritos pelo Grupo Parlamentar do PCP. Incidindo sobretudo no estatuto das freguesias e dos seus eleitos, estes diplomas vêm na sequência da contínua acção do PCP no sentido de afirmar a importância das freguesias no quadro do poder local, dotando-as dos meios e condições de

funcionamento indispensáveis à sua actividade.

Trata-se, no fundo, como é salientado na nota preambular do diploma, de prosseguir a linha de rumo que tem caracterizado a intervenção do Grupo comunista nesta matéria, ou seja, dar novos passos que respondam às aspirações e lutas das freguesias.

E a verdade é que progressos têm sido dados, ainda que com limitações e insuficiências, como testemunham a conquista do regime de permanência, a transferência directa de verbas do Orça-

mento de Estado para as freguesias ou a delimitação de competências.

Estabelecido num dos projectos de lei é a igualdade de condições de financiamento a todas as freguesias abrangidas pelo regime de permanência. Com isso pretende a bancada comunista alterar os critérios definidos na lei vigente, nomeadamente com a divisão em dois grupos de freguesias (as que preenchem determinados requisitos para verem o encargo da permanência suportado pelo OE e as restantes), o que, na prática, tem significado a inviabi-

lização do direito que a lei diz conceder.

Isentar as juntas de freguesia das regras impostas pela legislação em vigor sobre o regime de carreiras, categorias e formas de provimento do pessoal da administração local, constitui, por sua vez, o objectivo do segundo projecto de lei agora apresentado pelo PCP. Face à necessidade que as juntas de freguesia têm de admitir trabalhadores especializados, para responder à sua intervenção em áreas diversificadas, o que se pretende é aplicar o regime já em vigor para a administra-

ção pública, possibilitando que trabalhadores qualificados e afins possam exercer funções de chefia.

Por último, de acordo com o terceiro projecto de lei, adoptadas são medidas de apoio à instalação de novas freguesias que, logo após a sua criação, deparam com dificuldades que entravam o normal funcionamento. Trata-se, pois, basicamente, de conceder apoio financeiro para as despesas correntes das respectivas comissões instaladoras e de apoio à construção ou aquisição de sedes.

## Em projecto de lei do PCP

## Protecção das uniões de facto

O Grupo Parlamentar do PCP entregou na mesa da Assembleia da República um projecto de lei que adopta um conjunto de medidas de protecção das uniões de facto. Perante uma realidade social cada vez mais frequente, merecedora de respeito, o diploma visa dar resposta à necessidade de regulamentar juridicamente relações pessoais e patrimoniais.

O diploma regula assim a situação jurídica de duas pessoas, independentemente do sexo, que vivam em união de facto há mais de dois anos, pretendendo evitar situações «discriminatórias, sem prejuízo de direitos e deveres que decorram do instituto casamento», embora continue a vedar às uniões de homossexuais a possibilidade de adoptarem crianças.

As normas jurídicas propostas pelo PCP conferem benefícios como o regime jurídico de férias, feriados e faltas aplicado aos casais tradicionais, ou através da aplicação do IRS nas mesmas condições dos sujeitos passivos casados, e não separados judicialmente de pessoas e bens.

Os benefícios estendem-se ainda à protecção de eventualidade de morte de um dos

beneficiários, e «pensões de preço de sangue» e «por serviços excepcionais e relevantes prestados ao país».

As pessoas em união de facto têm ainda direito a protecção da casa de morada de família, prevendo-se nesta situação que em caso de morte do membro proprietário da residência do casal, o membro sobrevivente tem direito real de habitação sobre a mesma e direito de

preferência na sua venda ou arrendamento.

Excluídos dos efeitos jurídicos previstos no diploma são as uniões de facto de menores de 16 anos, bem como os casos em que um dos elementos sofre de «demência notória», ou sempre que exista um casamento anterior não dissolvido, salvo se tiver sido decretada separação judicial de pessoas e bens.

## Movimento Pró Quatro Faixas Em defesa do IP6

O Movimento Pró Quatro Faixas, que envolve autarcas de oito freguesias dos concelhos de Peniche, Óbidos e Bombarral e dos mais diversos partidos políticos (PS, PSD e CDU), entregou na Assembleia da República uma petição com mais de 3600 assinaturas, exigindo a implementação do IP6 com quatro faixas.

O Movimento Pró Quatro Faixas refere a elevada densidade populacional destes concelhos, com uma população residente estimada em cerca de 55 000 habitantes, que quase chega a duplicar nos meses de Verão.

É igualmente valorizada a importância das actividades económicas dominantes na zona - turismo, pescas, agricultura e indústrias agro-alimentares - no quadro da economia nacional e a necessidade, para o desenvolvimento destas potencialidades, de «melhores e bem dimensionadas vias de acesso».

O documento defende, por outro lado, que o IP6 «só deverá ser implementado depois dos estudos de impacto ambiental estarem concluídos e postos à discussão nas respectivas freguesias».

## Agricultores da Guarda Batata a apodrecer

Os agricultores de Trancoso concentraram-se, sexta-feira passada, no mercado, para reclamar a intervenção do governo, atribuindo um preço por quilo de batata não inferior a 30 escudos, tal como faz o governo espanhol, e coordenando com as cooperativas e as grandes superfícies comerciais o escoamento da batata.

Milhares de toneladas de batata correm o risco de apodrecer em casa dos agricultores de Trancoso e de outros concelhos do Distrito, enquanto a batata espanhola entra no nosso país sem qualquer controlo.

O mesmo se passa com o centeio, pois com o encerramento dos celeiros da EPAC os agricultores não têm onde entregar o cereal, pelo que exigem também medidas para a sua recolha e entrepostos que substituam os da EPAC.

Os agricultores reclamam ainda que as contribuições para a segurança social diminuam e que correspondam aos rendimentos reais.

## Aterro intermunicipal Visita de duas mil crianças

Cerca de duas mil crianças estrearam, no passado dia 1 de Março, o novo aterro intermunicipal que passará a servir os concelhos de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém, Sines, Odemira, Aljustrel e Ferreira do Alentejo.

Uma iniciativa da AMAGRA, empresa criada especificamente para gerir todo o sistema de transferência e tratamento de resíduos sólidos urbanos dos municípios referidos, que reuniu crianças das escolas dos sete concelhos envolvidos e teve como objectivo uma grande campanha de sensibilização ambiental.

A inauguração oficial do novo aterro está prevista para daqui a cerca de 3 meses, quando estiver construída a ETAR. Já se encontram construídas as estações de transferência de lixo, ponto de passagem e de compactação de resíduos.

A segunda fase de todo o sistema - recolha selectiva de vidro, papel-cartão e outras embalagens - envolverá a construção de um centro de triagem e a colocação de 271 ecopontos e 7 ecocentros.

## Amadora Protesto contra rendas sociais

Antigos moradores na Rua de Alfolhos, Amadora, realojados na Brandoa, manifestaram a sua revolta, domingo passado, numa visita de eleitos da CDU, por pagarem rendas sociais que, em certos casos, rondam os 60 contos.

Acresce que as casas novas, ocupadas há apenas seis meses, já têm as paredes negras de humidade, tacos desconjuntados e campanhas que não tocam, são alguns dos exemplos da sua má qualidade.

Cerca de 60 famílias foram realojadas em Agosto passado na freguesia da Brandoa. Em Novembro, durante uma sessão da Assembleia Municipal, os moradores expuseram o seu descontentamento aos responsáveis camarários, que admitiram poder tratar-se de um enganô da divisão de habitação social. O vereador comunista João Bernardino, que participou na visita ao local, disse que «o realojamento está a ser feito de forma muito precipitada. A começar pelo facto de o valor das rendas não estar previsto nos contratos de arrendamento, o que é claramente ilegal».

Os que ainda moram na Rua de Alfolhos têm igualmente razões de queixa, pois há casas abandonadas e o entulho das que foram deitadas abaixo continua por retirar. Isabel Rosa, eleita da CDU na Junta de Freguesia de Alfolhos, vai requerer uma sessão extraordinária da Assembleia de Freguesia para debater estes problemas.

Fenprof toma posição sobre lei de enquadramento do Sistema de Ensino Superior

# Um sistema único é mais qualidade

**A insistência no sistema binário universidade/politécnico, é a principal crítica da Fenprof ao anteprojecto de Proposta de Lei da Organização e Ordenamento do Ensino Superior.**

Numa primeira avaliação deste anteprojecto de Lei, divulgada em comunicado de imprensa, a Federação Nacional dos Professores sublinha a importância da aprovação, na Assembleia da República, de uma lei de enquadramento do Sistema de Ensino Superior «adequada às necessidades do seu desenvolvimento e à correcção dos erros e omissões entretanto verificados, resultantes da continuada desresponsabilização do Estado e da cedência a interesses particulares em detrimento do interesse público».

Registando como muito positivas as intenções «e aplicação do conceito de rede pública do ensino superior, de preocupação com a promoção de mobilidade e de permeabilidade, e de fixação de um quadro bastante abrangente de exigências de qualidade», a Fenprof critica entretanto o facto de a concretização de orientações essenciais ser remetida para instrumentos legislativos a aprovar mais tarde. O que, como a experiência indica, levanta dúvidas quanto à sua concretização de facto.

**Contra um sistema binário**

A insistência num sistema binário universidade/politécnico é particularmente criticada pela Federação dos professores.

A Fenprof concorda com a necessidade de diversificação da oferta de formação inicial de qualidade no ensino superior, que tenha nomeadamente em consideração as exigências do mercado de trabalho. Mas considera que tal diversificação não implica a existência de um sistema binário, «que se vem tra-

duzindo numa clara diferenciação social, em que o politécnico surge como um ensino barato, de segunda escolha por parte dos estudantes

e em cujas instituições são raríssimos os casos em que se pratica investigação».

O professores defendem uma aproximação e mesmo uma integração dos dois subsistemas e consideram que «se forem respeitadas a identidade, os objectivos e as capacidades

de cada instituição inserida num mesmo sistema, mais facilmente se reforçarão a sua qualidade e a sua diferenciação».

A institucionalização de um sistema organizativo único, facilitaria a concretização de «uma rede de ensino superior equilibrada e de qualidade, com elevadas sinergias entre as várias instituições que a compõem, sem que umas se encontrem desvalorizadas ou subordinadas a outras», sublinha a Fenprof.

Por outro lado, defende a Federação, a partir do momento em que os politécnicos puderem atribuir mestrados e doutoramentos, não sendo discriminados em apoios do Estado, a «ambição de ser universidade» e os «movimentos de criação de novas universidades» tenderiam a reduzir-se.

**O sistema binário vem-se traduzindo numa clara diferenciação social, em que o politécnico surge como um ensino barato, de segunda escolha**



A luta por um ensino de qualidade tem mobilizado milhares de estudantes

## Correr com o racismo

A Interjovem/Lisboa (organização de jovens da CGTP-IN), juntamente com cerca de 80 organizações juvenis, vai promover, uma vez mais, a Corrida da Tolerância - «Correr com o Racismo».

Esta iniciativa, que conta com a participação, entre outras, da Federação Portuguesa das Colectividades, Frente Anti-Racista, JOC, associações de estudantes, terá lugar este ano dia 27 de Maio, em Lisboa.

Pretende-se organizar uma grande festa desportiva onde os valores da solidariedade, justiça e respeito pelas diferenças, sejam o mote para esta grande corrida não competitiva, procurando desta forma sensibilizar tudo e todos para as questões da violência, da dis-

criminação racial e da exclusão social.

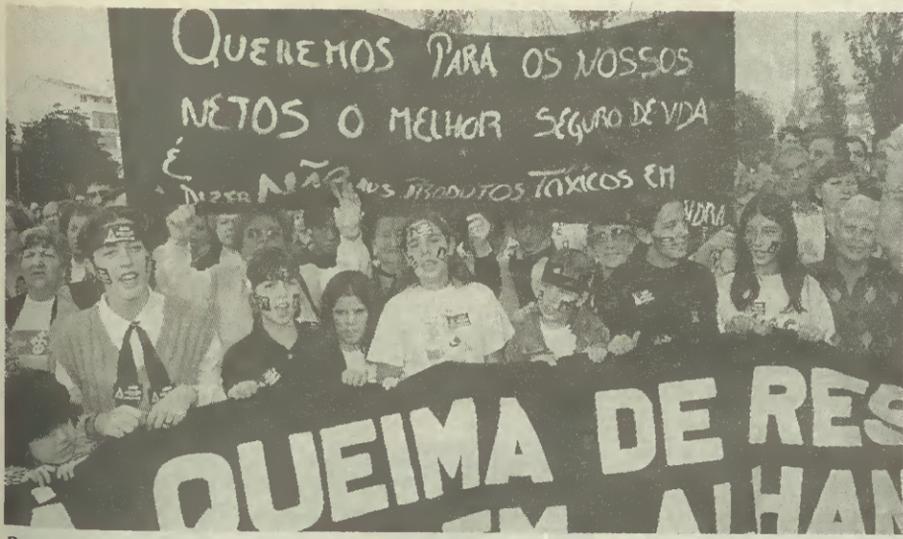
O ano passado participaram cerca de 3000 atletas

e diversas personalidades oriundas das mais variadas áreas da nossa sociedade, do desporto à cultura, da

área sindical à política, afirmando assim o seu repúdio de quaisquer actos discriminatórios.



«Correr com o racismo» reuniu o ano passado cerca de 3000 atletas



Protestos populares contra a co-incineração

## Co-incineração na ordem do dia Os porquês do não

A questão da co-incineração ressurgiu nestes dias nos *media*, na sua dimensão política, que passa pela fractura no seio do PS, envolvendo quebras de compromissos eleitorais, aliás, bem longe de serem inéditas. Razão para aqui retomarmos um tema que mobilizou populações, de Souza ao Barreiro.

O primeiro levantamento feito no nosso país da quantidade de resíduos industriais produzidos - com base em dados estatísticos de produção industrial e inquéritos a grandes empresas - data de 1986. Desse levantamento resultou um plano de gestão de resíduos que se resumia à instalação de dois aterros industriais, uma central de tratamento físico-químico e uma central de incineração. Uma proposta que deveria estar implementada em 1993, mas que só em 1994 vem a discussão pública.

O processo, já então alvo de grande contestação, acabaria por ficar suspenso até 1997. A indústria cimenteira (Secil e Cimpor) apresenta então uma proposta para incineração de resíduos nas suas instalações. Opção que viria a gerar uma mobilização e protesto popular impossíveis de ignorar.

Todos estes planos e negócios avançam, entretanto, sem que seja conhecida de facto a situação dos resíduos industri-

ais. Os números apontados pelo Plano Estratégico de Redução de Resíduos Industriais (Pegri), apresentado em Junho do ano passado na Assembleia da República, não correspondem à realidade (apenas 1,3 por cento das indústrias declararam o montante de resíduos produzidos).

**A co-incineração é apresentada pelo sector cimenteiro, e justamente, como um negócio interessante**

**O negócio e a fraude**

A co-incineração é apresentada pelo sector

cimenteiro, e justamente, como um *negócio interessante*. Na verdade, o Ministério do Ambiente prontificou-se a dar 1,5 milhões de contos dos dinheiros públicos à Secil e Cimpor para a colocação de filtros de mangas nas suas chaminés, o que seria exigível por força da actividade entretanto desenvolvida de produção de cimento.

Assim os dinheiros públicos irão pagar um investimento ambiental que caberia às cimenteiras fazer. Por acréscimo, os filtros de mangas melhoram, quando muito, a questão

das poeiras, e esse não é certamente o maior problema da co-incineração.

As ligações entre políticas oficiais e negócios ressaltam do facto de o Governo, após ter aguardado dois anos para aprovar uma «Estratégia Nacional para os Resíduos Industriais», de duvidosa qualidade, o ter feito imediatamente, em 1998, um mês após as cimenteiras terem proposto este negócio.

E este negócio resolve, apesar de tudo, o problema dos resíduos industriais no nosso país?

Tudo indica que não.

Em documento do Partido Ecologista «Os Verdes», a co-incineração é denunciada como uma *fraude*, em dois sentidos.

Antes do mais, pela sua duvidosa eficácia enquanto método de tratamento de resíduos, pois não resolve o problema dos inúmeros locais contaminados (solos e água) e cria outros problemas, tão ou mais graves, como o lançamento para a atmosfera de dioxinas, furanos e metais pesados.

Por outro lado porque, mesmo utilizando números do Ministério do Ambiente, para a co-incineração iriam seguir 5% dos resíduos industriais produzidos anualmente, incluindo 12% dos resíduos tóxico-perigosos. Assim o problema fica por resolver e são ignoradas e/ou inviabilizadas outras soluções, da redução à reciclagem, à reutilização, ao tratamento físico-químico, até ao acondicionamento seguro.

**As propostas dos «Verdes»**

Neste quadro, «Os Verdes» defendem, como ponto de partida para a definição de respostas ao problema dos resíduos, por um lado, o privilegiar «o interesse das pessoas, da sua saúde, da sua qualidade de vida e não interesses economicistas», por outro, a sua sustentação «em dados fiáveis, estudos credíveis, e no conhecimento rigoroso das diferentes alternativas e suas consequências».

O Partido Ecologista considera essencial a elaboração de um inventário nacional de todos os resíduos produzidos, uma Estratégia Nacional para os Resíduos Industriais, que contenha planos sectoriais de redução, reutilização e reciclagem e a promoção de um amplo debate público.

## Um acto de vassalagem?!!

• José Brinquete

Quero esclarecer que hesitei no substantivo do título desta crónica, se «gesto» (s.m. momice), se «acto» (s.m. acção). O substantivo «gesto» seria insuficiente pois trata-se de uma «atitude» (s.m. modo de proceder). Talvez, o mais correcto seja chamar-lhe «acto».

Optei pelo «acto» dado tratar-se de 12 Presidentes de Câmara (7 do PS e 5 do PSD), eleitos democraticamente pelas populações, que no passado dia 8/02/00, se deslocaram a Lisboa (cerca de 1100 Km, ida e volta) acompanhados do Governador Civil, Dr. Júlio Meirinhos, para participar num encontro-jantar com o ministro Adjunto, Armando Vara.

A nível regional, o PS fez passar a mensagem de que esta é uma nova forma de trabalhar, que pode trazer

cada acto do seu mandato, também, tem uma leitura política.

As eventuais vantagens de encontros-jantares deste tipo dependem muito dos resultados práticos que obtiverem.

**Utilidade e oportunidade**

No caso em análise e para avaliar da sua utilidade e oportunidade, torna-se necessário considerar dois aspectos: na altura que se realizou, acabava de ser conhecida a proposta do PIDDAC do Governo (que é uma fraude para o Distrito); por outro lado, o ministro Adjunto, Armando Vara, só tem as pastas da comunicação social, da juventude e da defesa do consumidor. Ora, vamos ser claros e objectivos: qual o critério de marcar um encontro-jantar com este ministro e

não com outro ou outros, conforme as matérias de interesse para os ditos autarcas? Coloca-se, portanto, uma questão de método. E, temos de ser francos, como método de trabalho entre autarcas e a administração central, esta reunião não faz sentido. Pelo contrário, até pode introduzir vícios altamente perniciosos para a defesa dos interesses dos concelhos e da região.



grandes vantagens para a região, dado Armando Vara ter grande espaço de manobra e influência nos bastidores do poder.

A não ser o Presidente da Câmara de Freixo de Espada à Cinta, que em declarações a uma rádio regional disse que foi tudo muito simpático mas, para já, ainda não temos resultados concretos, do que aí se tratou pouco se sabe.

**Ingenuidade?**

Às vezes até parece que somos todos ingénuos e/ou de memória curta.

Duarte Lima fez escola com estes métodos de trabalho. Quantas vezes não tivemos que «grammar», em plena Assembleia Municipal de Bragança, com os «elogios» do Presidente da Câmara do PS, Luís Mina, agradecendo os «favores magnânicos» do deputado do PSD-Duarte Lima, para com o Nordeste Transmontano.

Infelizmente, parece haver, ainda, quem acredite em «Padrinhos». Aos senhores Presidentes das Câmaras Municipais do Distrito de Bragança - a maioria os mesmos que há três anos foram em «romaria» a Macau e Hong Kong, à procura de investidores para o Nordeste Transmontano, pela mão do então Presidente da Câmara de Miranda do Douro, Dr. Júlio Meirinhos - gostaríamos de lhes recordar que o Poder Local Democrático tem a sua dignidade.

Claro que os Presidentes das Câmaras, têm toda a liberdade de jantar com quem quiserem, e de irem em viagem onde entenderem, mas

Será que os autarcas de Bragança reflectiram, bem, sobre o efeito prático deste encontro-jantar, e da sua utilidade para o exercício da sua actividade, em defesa das populações que os elegeram?

Tudo indica que não. Aliás, só para A.V. um encontro deste tipo pode ser útil. O ministro Adjunto, sempre poderá jogar o trunfo junto dos seus pares, recordando, quando for necessário, que até consegue trazer a Lisboa 12 Presidentes de Câmara.

**O Padrinho**

Por outro lado, pergunta-se: um encontro desta natureza, a realizar-se, por que não no Distrito? O ministro até esteve dois dias antes no encerramento da Feira do Fumeiro em Vinhais, e voltou seis dias depois a Bragança, para lançar um programa escolar «jogo e cidadania»! Qual o porquê de ir ao «beija-mão», precisamente ao «terreiro do paço»?

Enquanto os 12 Presidentes de Câmara não se entenderem sobre as grandes linhas de desenvolvimento para o Nordeste Transmontano (Plano de Desenvolvimento Estratégico para a Região), de nada vale ir a Macau ou a Lisboa.

Recomendamos aos Senhores Presidentes das 12 Câmaras Municipais do Distrito de Bragança que vejam ou revejam, logo que lhes seja possível, o filme «o Padrinho». Com este filme, estamos perante uma grande obra da sétima arte e um excelente manual de relações perniciosas. Vale a pena defender o Poder Local Democrático.

## Os riscos das dioxinas

A opção pela co-incineração representa «lançar para a atmosfera perigosas substâncias como dioxinas, furanos e metais pesados, não é alternativa aceitável», dizem «Os Verdes».

Os perigos são múltiplos:

- Estas substâncias estão comprovadamente associadas à origem de problemas cancerígenos e malformações genéticas;
- Muitas outras substâncias resultantes destes processos são desconhecidas assim como os seus efeitos no ambiente e saúde pública, e o seu efectivo conhecimento será sempre tardio depois de tomadas decisões neste sentido;

- Não há uma segurança a 100% de que a incorporação de substâncias desta natureza no cimento não possa trazer consequências;

- Não há certezas de que não haja lixiviação de metais pesados contidos no cimento;

- O cimento, com o tempo, envelhece, perde qualidades e consistência, e virá a constituir, certamente, um resíduo perigoso;

- Contribui para hipotecar o futuro da salubridade do ambiente e da qualidade de vida;

- Este processo é extremamente desincentivador de qualquer programa de redução e reaproveitamento de resíduos.

## Alemanha recupera

A economia alemã cresceu mais do que inicialmente previsto: no último trimestre de 1999, o Produto Interno Bruto (PIB) aumentou 2,3 por cento, pelo que a taxa média de crescimento passou do previsto 1,4 por cento para 1,5 por cento. Para este ano, tanto o governo como os organismos especializados calculam que o PIB alemão crescerá entre 2,4 e 2,5 por cento. Os cálculos do Deutsche Bank são ainda mais optimistas, admitindo um crescimento de 3 por cento. Quanto ao emprego, o governo admite igualmente para este ano um aumento dos postos de trabalho.

## Mais petróleo

A subida desenfadada do preço do petróleo levou os ministros da Energia da Venezuela, México e Arábia Saudita, reunidos sexta-feira em Londres, a equacionar um aumento da produção. Uma decisão final sobre a matéria poderá ser tomada no próximo dia 27, data em que se reúnem em Viena os membros da Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP). O preço do petróleo disparou desde que os países da OPEP decidiram, em Abril do ano passado, reduzir as suas exportações de crude em 5,2 milhões de barris diários, tendo chegado o mês passado quase aos 30 dólares por barril, quando no início do ano o preço se situava abaixo dos 10 dólares. A OPEP produz actualmente 26 milhões de barris diários, num total mundial de 75 milhões de barris.

## Diplomata cubano regressou ao país

O diplomata cubano José Imperatori, expulso sábado dos Estados Unidos por alegada espionagem, regressou no passado dia 2 a Cuba onde foi recebido pelo presidente Fidel Castro. O diplomata foi acusado há uma semana pelas autoridades de Washington de estar ligado a Mariano Faget, um norte-americano de origem cubana funcionário do Serviço de Imigração americano (INS), detido sob a acusação de espionar para Cuba. Um comunicado oficial cubano divulgado antes da chegada do diplomata precisou que um «acordo razoável e satisfatório foi atingido preservando a honra e a dignidade do diplomata». «Ao contribuir de maneira decisiva para desmascarar a manobra pífida destinada a destruir a credibilidade do INS, José Imperatori, correndo graves riscos (...), trouxe à luta para a libertação de Elian serviços inestimáveis», acrescenta o comunicado. O caso do pequeno Elian Gonzalez vai ser hoje examinado por um tribunal federal.

Uma reflexão sobre a esquerda no limiar do século XXI e o seu papel na transformação da sociedade

# Tornar possível o impossível

«Considero que a esquerda, para o ser, não pode instalar-se no que está instituído como se as correlações de forças e as regras do jogo fossem imutáveis.»

As palavras são de Marta Harnecker, escritora e socióloga chilena, cujo último livro, «A Esquerda no Limiar do Século XXI - Tornar possível o impossível», será lançado em Portugal na próxima semana.

Para esta grande divulgadora do marxismo na América Latina, a esquerda «não pode conceber a política como a arte do possível», antes deve dirigir toda a sua actividade «justamente para modificar esta situação». Mas à concepção da política como a arte do possível não deve opor-se uma política voluntarista, que ignore as circunstâncias concretas em que há que actuar, que pretenda não ter a ver com nada, alerta Marta Harnecker. «A esquerda deve partir da realidade efectiva, mas ao mesmo

tempo deve aplicar a sua vontade na criação de uma nova correlação de forças partindo do que nessa realidade há de

**Os sectores populares e as suas lutas são os grandes ignorados**

progressista para o reforçar», defende. «Trata-se de partir da realidade efectiva - sublinha a socióloga - não para se submeter a ela, como o faz a esquerda "diplomática", mas para elaborar uma estratégia que lhe permita dominá-la e superá-la ou pelo menos contribuir para isso.»

Marta Harnecker defende que «para a esquerda consequente a política deve consistir na arte de descobrir as potencialidades que existem na situação concreta de hoje para tornar possível amanhã o que no presente parece impossível».

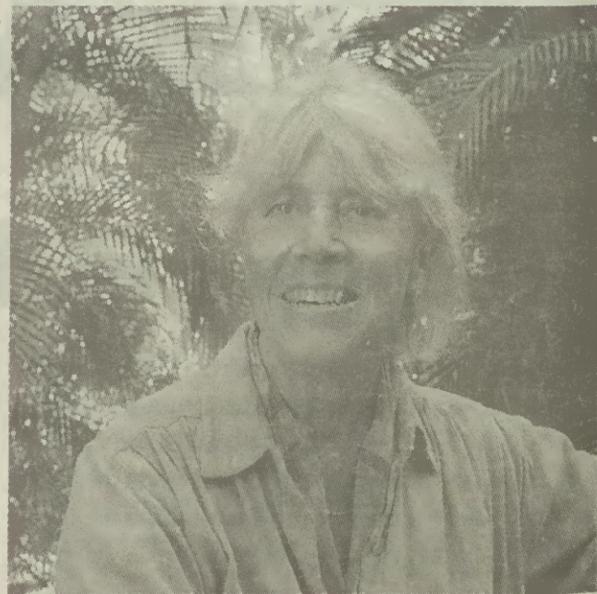
Conceber a política como uma construção de forças

implica, segundo a intelectual chilena, «abandonar a visão tradicional da política que tende a reduzi-la exclusivamente ao relacionamento com as instituições jurídico-políticas e a exagerar o papel do Estado». Nesta visão, afirma, «caem tanto os sectores mais radicais da esquerda, como os mais moderados: os primeiros centram toda a acção política na tomada do poder político e na destruição do Estado, e os mais reformistas na administração do poder político ou no exercício do governo. Tudo se centra nos partidos políticos e na disputa em torno do controlo e da orientação dos instrumentos formais de poder; os sectores populares e as suas lutas são os grandes ignorados».

Segundo a autora, o que se verifica actualmente é que uma parte da esquerda, e nalguns países, lamentavelmente, uma maioria, ao constatar a impossibilidade imediata de mudar as coisas devido à desfavorável correlação de forças existente no seu próprio país e no mundo,

«considera que não resta outro caminho do que ser realista, reconhecer essa impossibilidade e limitar-se a adaptar-se oportunisticamente à situação existente».

A política assim concebida, diz Marta Harnecker, «exclui, de facto, qualquer tentativa para levar por diante uma alternativa ao capitalismo neoliberal».



Notas sobre

## Marta Harnecker

Escritora, socióloga e pedagoga chilena.

Autora de mais de quarenta livros, publicados em vários idiomas. Um deles, «Conceitos elementares do materialismo histórico», editado pela Siglo XXI (1970), vendeu em língua espanhola mais de um milhão de exemplares.

Discípula do filósofo francês Althusser, foi a grande divulgadora do marxismo na América Latina. Durante o governo da Unidade Popular, dirigiu em Santiago o semanário «Chile Hoy», posteriormente fechado pela ditadura de Pinochet.

Actualmente dirige em Havana uma ONG, MEPLA (Memória Popular Latino-Americana), que tem editado números livros e vídeos orientados para a recuperação da memória do Continente (entrevistas com comandantes

de movimentos guerrilheiros, trabalhos sobre governos locais que desenvolveram políticas de democracia participativa e sobre experiências de base comunitária, etc.).

O seu último livro - A Esquerda no Limiar do Século XXI - Tornar possível o impossível - com prefácio de Miguel Urbano Rodrigues, será lançado em Portugal, pela Campo das Letras, no Porto, a 13 de Março, às 21.30h na Cooperativa Árvore, em Lisboa, a 15 de Março, às 18.30h, na Sociedade Portuguesa de Autores, e em Évora, a 17 de Março, às 18.00h, no Palácio D. Manuel. No dia 16 de Março, às 18.30, a escritora fará uma palestra na Associação de Amizade Portugal-Cuba, em Lisboa, e no dia 21, às 15.00h, fará uma conferência na Faculdade de Letras de Lisboa sobre o tema «Delegando poder nas pessoas».

## Pinochet no Chile

Condenado internacionalmente mas libertado por Londres por «razões humanitárias», o ditador Augusto Pinochet voltou a semana passada ao Chile sem honra nem glória. A esperá-lo encontrou 60 processos criminais que visam todos o seu julgamento por crimes graves cometidos durante a ditadura, e 54 dos seus homens de mão - militares retirados e no activo, entre os quais cinco generais - processados pela justiça civil por violação de direitos humanos.

Vinte e seis anos depois do golpe militar que levou Pinochet ao Poder, as vozes que se fazem ouvir no Chile exigindo saber a verdade sobre os desaparecidos e que se faça justiça para condenar os responsáveis pelos anos de terror soam cada vez mais alto. Resta saber se a sua força é bastanta para fazer funcionar as instituições de um país que se diz democrático mas que ainda não soube, ou não quis, cortar todas as amarras com o passado. No sábado, quando o novo presidente, Ricardo Lagos, assumir o seu lugar no palácio de La Moneda, os chilenos vão exigir que cumpra a promessa feita de deixar o caminho livre aos tribunais para que cumpram o seu papel. Como afirmou um dos advogados que processa Pinochet, «chegou a hora da verdade». A imunidade parlamentar de Pinochet terá de ser levantada para que possa responder em tribunal. Cabe ao juiz Juan Guzmán levar essa petição perante os 25 magistrados do Tribunal de

Apelações de Santiago, para que se pronunciem. Consciente de que assumiu uma grande responsabilidade, «já que o mundo terá os olhos postos no Chile», o magistrado garante não ter recebido pressões de qualquer tipo. O mesmo afirma o presidente do Supremo Tribunal, Hernán Álvarez, assegurando que os chilenos estão em condições de assumir as suas próprias responsabilidades.

Para a coligação governamental (aliança de socialistas e democrata-cristãos), o regresso de Pinochet ao Chile é visto como positivo. Dife-

rente é a opinião da presidente do Partido Comunista, Gladys Marín, para quem a libertação do ditador é fruto da «grande cruzada para conseguir o seu regresso».

Recorda-se que Pinochet esteve sob prisão domiciliária em Londres durante 503 dias, na sequência de um pedido de extradição apresentado em 1998 pela justiça espanhola, sendo libertado por decisão do ministro do Interior britânico, Jack Straw. A decisão, política, baseou-se na convicção de Straw de que o ditador «está incapacitado para ser submetido a julgamento».

Tensão no Equador

## Dolarização da economia

O Congresso do Equador aprovou quinta-feira passada a Lei de Transformação Económica que consagra a dolarização de economia nacional. Um dia depois, a Coordenadora de Movimentos Sociais, organismo que integra sindicatos e organizações de massas, apelou à «desobediência civil» e marcou para 21 de Março uma jornada de protesto nacional.

A controversa legislação estabelece a progressiva substituição do sucre, moeda nacional, em todas as transações até à sua substituição total pela moeda norte-americana. Aprovada por 63 dos 123 deputados, a lei reforma igualmente os critérios das privatizações, o sistema financeiro e as normas de contratação laboral, entre outros aspectos.

O presidente equatoriano, Gustavo Noboa, dispõe de um prazo de dez dias, a contar da aprovação no Parlamento, para aprovar ou vetar as reformas, total ou parcialmente.

A nova lei é contestada pela Esquerda Democrática (social-democrata), pelo Partido Roldosista Equatoriano (PRE), pelo Movimento Popular Democrático (MPD, de esquerda) e pelo Movimento Pachakutic (representante das organizações indígenas), que se opõem à dolarização da economia e exigem um referendo sobre a matéria.

Anunciada em 9 de Janeiro pelo então presidente Jamil Mahuad, a dolarização foi a gota de água que fez transbor-

dar a taça da revolta da população equatoriana, cansada dos sucessivos escândalos de corrupção das autoridades do país, e cada vez mais empobrecida, obrigada a sobreviver com um salário mínimo de fome que não vai além dos 40 dólares por mês. A revolta fez cair Jamil Mahuad, mas as esperanças de mudança foram de pouca duração.

Ao levar para a frente o processo do seu antecessor, numa tentativa de reduzir as tensões inflacionistas, Gustavo Noboa abre caminho a novas tensões sociais, uma vez que o país fica condicionado às decisões da Reserva Federal norte-americana e obrigada a levar a cabo drásticas mudanças nas relações de trabalho e a abrir totalmente a porta às privatizações. Com uma dívida externa de 13 752 milhões de dólares no sector público, ou seja, 14 por cento do Produto Interno Bruto, o Equador volta-se para as tradicionais receitas do FMI e do Banco Mundial para sanear a sua economia, sem pôr em causa os privilégios de uma camada cada vez mais reduzida e cada vez mais rica da população. Os indígenas, mais de dois milhões numa população total de doze milhões, prometem não baixar os braços: «O presidente Noboa cometeu um erro, e se assinar a lei terá de se haver com as consequências», avisou Salvador Quispe, dirigente índio.

# Kofi Annan apela à solidariedade Ajuda a Moçambique é insuficiente

As inundações provocaram já pelo menos 200 mortos e afectaram mais de um milhão e meio de moçambicanos.

As inundações que estão a devastar Moçambique e outros países da região provocaram uma situação de catástrofe internacionalmente reconhecida, no entanto as ajudas estão longe de corresponder às necessidades. O próprio secretário-geral da ONU o reconheceu em Nova Iorque, na semana passada, ao afirmar que apesar de ter sido mobilizado «o sistema das Nações Unidas» e de se ter começado «a receber dinheiro», a reacção da comunidade internacional «podia ter sido melhor».

Alarmada com a situação, a ONU promoveu na sexta-feira uma reunião em Pretória com participantes de Moçambique, África do Sul, Botswana e Zimbabwe, para tentar encontrar uma estratégia regional para esta crise. Entretanto, segundo a agência Lusa, a União Europeia

(UE) anunciou uma ajuda europeia de 4,8 milhões de dólares (960 mil contos) para Moçambique, rejeitando as críticas sobre a lentidão da resposta da UE face à catástrofe moçambicana. O embaixador da UE na África do Sul, Michael Laidler, recordou que já tinha sido dada àquele país uma ajuda de emergência de 800 mil dólares. Também a França anunciou quinta-feira que vai enviar novamente para Moçambique um avião de transporte Transaal para ajudar no transporte de víveres às regiões sinistradas, quando chegavam à África do sul, num avião militar norte-americano, 45 toneladas de ajuda dos Estados Unidos. Por seu turno, em Itália, 250 deputados lançaram um apelo para o envio para Moçambique de uma força de intervenção capaz de agir

para salvar as populações isoladas pela água em grande parte do território moçambicano.

No mesmo dia, em Portugal, o ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, anunciava o «perdão» de metade da dívida directa de Moçambique a Portugal, no montante de 30 milhões de contos, como mais uma forma de apoiar o processo de reconstrução moçambicano. Jaime Gama exortou outros países doadores a seguirem o exemplo de Lisboa, e deu a conhecer um programa de acção de emergência de apoio a Moçambique que prevê, entre outros apoios, a disponibilização de um montante até cinco milhões de dólares (cerca de um milhão de contos), dos quais 1.150 milhões de dólares (cerca de 230 mil contos) já foram transferidos para Maputo de forma a garantir o aluguer e fretamento de helicópteros na região para as operações de salvamento.



Centenas de mortos é o pesado saldo das inundações

## Nota do PCP

A propósito da situação de Moçambique, o Secretariado do Comité Central do PCP divulgou no passado dia 1 de Março a nota que a seguir se transcreve:

1. Perante a trágica dimensão da situação criada pelas intempéries que nos últimos dias assolaram Moçambique, o PCP considera imperioso atender os apelos do governo moçambicano para o fornecimento urgente de meios - helicópteros, barcos, alojamentos provisórios, alimentos, etc. - que possibilitem o pronto socorro das populações sinistradas. Qualquer atraso na resposta a estes apelos tornará a tragédia ainda maior.

2. O PCP considera que perante tão dramática situação, Portugal não pode faltar com a sua activa, pronta e

desinteressada solidariedade, competindo ao governo português, que tem revelado nesta emergência grande lentidão, disponibilizar todos os meios e recursos ao seu alcance. Considera ainda que a diplomacia portuguesa se deve empenhar junto da União Europeia - de que detém a Presidência - e outras organizações internacionais, para que seja urgentemente canalizada para Moçambique a ajuda de emergência indispensável e adoptadas iniciativas no plano económico e financeiro (em relação à dívida externa, nomeadamente) que contribuam para a necessária reconstrução das regiões afectadas e a recuperação da economia moçambicana tão duramente atingida.

3. O PCP fará o que estiver ao seu alcance para estimular a solidariedade com o povo

irmão moçambicano, nomeadamente através dos seus eleitos nas autarquias locais, Grupo Parlamentar na Assembleia da República e deputados no Parlamento Europeu.

4. O PCP chama a atenção para a chocante lentidão e exiguidade dos meios (nomeadamente helicópteros) até agora disponibilizados no plano internacional para a ajuda a Moçambique. É urgente a criação de estruturas e mecanismos de cooperação internacional que possibilitem o pronto socorro de populações sinistradas. É necessário que os extraordinários recursos técnicos de que dispõem as grandes potências sejam mobilizados para fins efectivamente humanitários e não para prosseguir objectivos armamentistas e intervencionistas.

# «Medicina preventiva» à americana

• Pina Gonçalves

O capitalismo mundial sob a liderança norte-americana atribui-se a si próprio o direito supremo de julgar os outros e de reprimir qualquer atitude de maior independência face à sua política.

Prosseguindo com a sua prática de «direito de ingerência», o governo dos EUA decidiu dar início a uma política de implementação de sistemas judiciais que, com as devidas adaptações, lhe sirvam os seus interesses.

Em Fevereiro deste ano o Departamento de Estado dos EUA anunciou a tomada de iniciativas que conduzam à adopção de uma política mundial que leve à implementação ou reconstrução de sistemas judiciais nos países onde se realizem operações de paz a partir da experiência adquirida em Granada, Panamá, Bósnia, Kosovo e Somália entre outros países.



Esta directiva aponta para o «fortalecimento dos sistemas de justiça criminal em apoio a operações de paz». Os campeões da democracia escamoteiam o facto de que detém o recorde mundial de apoio tácito ou efectivo a todas as ditaduras fascistas desde o pós-guerra, com destaque para a América Latina.

Sabendo muito bem o que quer, o império norte-americano afirma sem problemas: «Promover a segurança pública a curto prazo e desenvolver instituições de justiça criminal com capacidade de resposta a longo prazo pode apoiar com sucesso e economicamente os interesses americanos.» Mas, sabendo a opinião pública mundial que os EUA são o país do mundo com mais criminalidade violenta, incluindo entre crianças e que muita desta criminalidade tem na sua génese o tráfico de droga e de armas, só pode desconfiar dos verdadeiros objectivos desta suspeita preocupação com a ordem pública e ter acrescidas razões de preocupação.

Explicando que, «num mundo cada vez mais global, a segurança nacional dos EUA e outros seus interesses estão inelutavelmente ligados à eficácia dos sistemas estrangeiros de justiça criminal...», o governo dos EUA determina a criação de um gabinete ou agência nacional para administrar esta política e promover a cooperação interdepartamental dos departamentos de Justiça, Estado, Defesa, Tesouro,

Transportes, Agricultura e Interior, sem esquecer a participação dos serviços secretos.

Prevendo operações em que a presença norte-americana não seja a principal, Clinton recomenda ao seu governo iniciativas que garantam uma presença no respectivo quartel-general, de pessoal norte-americano qualificado ao nível da planificação e coordenação, para partilhar informação e para prestar apoio ao que designa «operações psicológicas» e de «informação militar».

Nesta directiva defende-se que deve ser a NATO a definir os standards e exigências de qualificação gerais para os vários especialistas que sejam requeridos para cada operação.

Quanto às tarefas principais das forças internacionais, os EUA definem já o que pretendem: regulação dos movimentos das populações, intervenção para travar a violência civil, impedir os saques e o vandalismo, impedir insurreições ou outras acções de massas, dispersão de manifestações ilegais ou violentas e de distúrbios civis.

Do ponto de vista operacional os norte-americanos advogam a intervenção de forças especializadas em controlo de multidões, podendo ter mandato para o uso de força letal.

A tomada de iniciativas que influenciem países e organizações mundiais e regionais para esta política é uma das orientações gerais desta directiva.

O medo que o capital nutre pelas massas organizadas, pela revolução e pelos revolucionários não é novo, nem se desvaneceu com o fim da guerra fria. No final do século XX, em Seattle, reprimiu com violência as manifestações contra a sua globalização.

No início deste século ajudou o regime «amigo» do Equador contra as justas exigências da população índia.

E há 33 anos, anunciando o assassinato de Che Guevara ao Presidente Lyndon Johnson, o seu conselheiro Walt Rostow escreveu:

«A morte de Guevara acarreta estas implicações relevantes:

marca a passagem de mais um dos revolucionários agressivos e românticos como Sukarno, Nkrumah, Ben Bella - e reforça esta tendência.

No contexto Latino-Americano terá um forte impacto no desencorajar de eventuais guerrilhas.

Mostra a solidez da nossa «medicina preventiva» assistência a países enfrentando insurreições incipientes - foi o 2.º Batalhão Ranger Boliviano, treinado pelos nossos Boas Verdes entre Junho-Setembro deste ano, que o encurralou e apanhou.

Nós fizemos passar estes pontos através de vários jornalistas.»

Para além de ser uma grave perturbação da ordem pública, naquele tempo também era crime punível com a morte tentar fazer a revolução.

É contra esta tendência que os revolucionários de hoje continuam a lutar com determinação, coragem e imaginação um pouco por todo o mundo, mantendo vivos os seus ideais e enfrentando novas lutas, porque os projectos de vida da humanidade não coincidem com os do capitalismo.

# O calibre da mentira 5.56 mm. NATO

*O tempo escoá-se das mãos  
sem tempo dos homens.*

*Anima a sua história, contradi-la,  
confunde-a ou liberta-a.*

José Revueltas

**O** texto que se segue é uma carta do subcomandante Marcos, do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), ao poeta e jornalista argentino Juan Gelman que há anos procura o(a) neto(a) desaparecido(a) durante a ditadura na Argentina. Reflexão sobre a hipocrisia da sociedade dominada pelo imperialismo norte-americano, a carta de Marcos é simultaneamente um grito de combate pela justiça e pela liberdade. (\*)

Há dias que esta carta me anda fazendo cócegas nas mãos. Um ou outro vento a levou, mas não a levou para muito longe. Hoje parece que finalmente se deixa escrever, e assim, tal como a sua empenhada luta, com raiva e digno empenhamento, começam a sair as letras, as palavras, os sentimentos. Talvez se lembre de mim: o senhor entrevistou-me naquela altura do Encontro Intercontinental e fez-me falar de poesia e de outras anacronias. A si conheci-o através dos seus poemas, num desses livros que carregávamos nos primeiros anos solidários da guerrilha que depois o mundo viria a conhecer como Exército Zapatista de Libertação Nacional.

Sei bem que o título pode soar estranho para muitos, mas não para si, habituado como foi e está ao longo das suas andanças a construir essas recordações e memórias a que alguns chamam *notícias*. Seja como for, parece excêntrico intitular uma carta com a medida de uma bala: «5.56 mm. NATO». Permita-me por isso alongar-me um pouco sobre o tema, afinal de contas não sou mais do que um soldado, um soldado *muito diferente*, mas um soldado ao fim e ao cabo.

«5.56 mm. NATO» é a designação militar para referir a bala usada, entre outras, pela espingarda M-16 (e as suas variantes A-1 e A-2) e pela AR-15 - ambas de fabrico norte-americano -, da Galil israelita, da Steyr Aug austríaca e de outras armas. A referência *comercial* é «calibre .223». Sim, é a mesma bala, mas uma é de uso militar, muito vulgar nos exércitos da América Latina, e a outra é para *caça*.

A história desta bala é a história de uma mentira. Quando as grandes potências militares incorreram no despropósito de *humanizar* a guerra (primeiro nas convenções de Haia, depois na de Genebra), acordou-se na proibição das balas expansivas ou *dum-dum*. A argumentação foi *impecável*: o objectivo numa guerra é causar baixas ao inimigo, e por baixas entende-se mortos, feridos, desaparecidos e prisioneiros.

*Ergo*, para *humanizar* a guerra o que há que fazer é reduzir o número de mortos aumentando o número de feridos. Por isso se pronunciaram pelo uso de «balas duras», que apenas perfuram a carne humana mas, se não atingirem nenhum órgão vital, não provocam a morte, e se a provocam não causam «excessiva dor». Daí que se tenham proibido as balas expansivas que, ao perfurar o corpo se *abrem* ou se fragmentam, quer dizer, «se expandem», e o estrago que provocam é maior do que o das balas simples, pois não só afectam no local onde penetram, mas também numa área maior.

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO, na sua sigla em inglês), encabeçada pelos Estados Unidos, adoptou a bala de calibre 7.62 mm., que foi conhecida desde então como «7.62 NATO». O Pacto de Varsóvia, encabeçado pela então URSS, adoptou o mesmo calibre, 7.62 mm., mas com um cartucho mais curto do que o da 7.62 NATO (51 mm. o da NATO e 39 mm. o soviético). A arma básica de infantaria usada pelo Pacto de Varsóvia foi a espingarda automática Kalashnikov (AK) cujo último modelo, o AK-47, prolifera no *mercado negro*. Por seu lado, a NATO (e os países periféricos) adoptou diversas armas para o calibre 7.62 mm x 55 mm. ou 7.62 NATO. Entre elas esteve a Espingarda Automática Ligeira (EAL), de fabrico belga, e mais recentemente a G-3, de

patente alemã. O Exército mexicano substituiu a EAL pela G-3 e chegou a fabricá-la depois de adquirir os direitos.

## Cenários de guerra

No auge da *Terceira Guerra Mundial* (como lhe chamamos nós, os zapatistas) ou *guerra fria* (como é conhecida na história actual), os norte-americanos procuraram uma forma de tornar mais letais as suas armas, ao mesmo tempo que ludibriavam os tratados que eles próprios assinaram. Foi assim que nasceu, entre os anos 1957-1959 e a *pedido* do Comando da Armada Continental (EUA), a bala de calibre 5.56 mm. (regularizada em 1964). Mais delgada do que a 7.62 e muito mais rápida, a 5.56 mm. não só apresentava vantagens no seu transporte (um soldado de infantaria podia levar o dobro de 5.56 mm. em relação às 7.62, mas com o mesmo peso e num espaço menor), como também representava grandes lucros para as empresas bélicas norte-americanas (tão *inocentes* como a General Motors, a General Electric, a Ford, etc.), porque a sua aprovação implicava a renovação total do armamento da infantaria dos Estados Unidos (formado então pelas carabinas M-1 e M-2, o velho Garand e a Thompson), ou seja, mais vendas.

Uma nova bala significava uma nova arma, e toda a indústria militar se empenhou em demonstrar as *bondades* do novo calibre. Para convencer o Pentágono, apresentaram a melhor *característica* da bala calibre 5.56 mm.: era de *ponta mole*. Que quer dizer isto? Bom, significa que uma bala do tipo da de 5.56mm., com *ponta mole*, se *dobra* ao entrar em contacto com a carne e começa a girar de um lado para o outro dentro do corpo.

Resultado? Mais terrível do que a expansiva, pois se o orifício de entrada da bala era, de facto, de 5.56 mm., o de saída (se existia) era até 10 vezes maior. Se a bala não saía, destruíra ossos, músculos, órgãos. Em conclusão: sem usar balas expansivas, o exército norte-americano começou a utilizar uma bala mais letal, com mais capacidade de matar e que deixava com menos possibilidades de sobrevivência o alvo humano que a recebia (além de que aumentava consideravelmente o sofrimento do ferido).

Estou a falar do auge da *guerra fria*. Nessa altura, os Estados Unidos imaginavam o futuro cenário de guerra mundial em terras europeias e com os exércitos do Pacto de Varsóvia como inimigos. O futuro «teatro de operações» estava perfeitamente situado na larga linha que separava a Europa Ocidental da Europa Oriental: grandes cidades, amplas e rápidas vias de comunicação, muitos espaços abertos, etc. Neste quadro, a lógica do Pacto de Varsóvia era simples: lançar vagas atrás umas das outras de soldados de infantaria e blindados para vencer a resistência inimiga. Por isso os exércitos dos dois pactos (de Varsóvia e da NATO) mudaram as suas armas básicas de infantaria para espingardas de assalto (grande volume de fogo a curta distância, inferior a 500 metros). A Guerra da Coreia havia demonstrado as limitações da M-14 (versão semiautomática do Garand M-1). Foi assim que nasceram os protótipos do que depois viria a cha-



mar-se M-16, fabricada pela Colt em Connecticut, Estados Unidos.

Porém, tanto a nova bala como a espingarda de assalto necessitavam de ser experimentadas «em condições reais». O governo norte-americano decidiu por isso que o seu *pátio das traseiras* incluía o sudeste asiático e interveio militarmente no Vietname. Com as novas M-16 e a sua nova bala calibre 5.56 mm., as tropas dos EUA invadiram o Vietname, e nos combates verificaram que a M-16 e a bala 5.56 mm. não eram tão boas como se dizia. A bala é extremamente veloz e leve, pelo que qualquer toque numa folha ou ramagem mudava radicalmente a sua trajectória (e, como era de se esperar, na floresta asiática abundavam as folhas e as ramagens); além disso, a espingarda era muito afectada pela humidade, um deficiente mecanismo do gatilho fazia-o encravar, com a consequente falha no disparo.

Não foi nada agradável para os soldados norte-americanos verem chegar uma vaga de vietcongs (como chamavam aos guerrilheiros vietnamitas), apontarem-lhes as suas M-16, dispararem e ouvirem só «clac». O Pentágono não se importava grandemente que alguns dos seus rapazes perdessem a vida e os combates nas selvas vietnamitas. Afinal de contas, nem a arma nem a bala tinham como cenário essa guerra, mas sim a futura em território europeu e contra o Pacto de Varsóvia.

À medida que avançou a guerra no Vietname, a espingarda foi sendo modificada: reforçou-se a câmara para resistir à corrosão da pólvora, instalou-se uma patilha extra de segurança do gatilho e ajustou-se a mola recuperadora para reduzir a cadência de tiro. Assim nasceram a M-16 A-1 e a M-16 A-2. Com o calibre 5.56 mm. e a espingarda M-16 como arma básica da sua infantaria, o exército dos Estados Unidos estava pronto para a nova guerra mundial.

### A arma favorita dos opressores

Paralelamente à M-16, desenvolveu-se a AR-15 (versão semiautomática daquela), que logo havia de ser exportada para os países da América Latina, mais concretamente para os seus polícias e esquadrões contra-revolucionários.

No México, a AR-15 é a arma predilecta das polícias de Segurança Pública do Estado. Especialistas em assassinar camponeses e indígenas, a polícia de Segurança Pública de Chiapas experimentava alegremente, nos corpos morenos das suas vítimas, os efeitos do calibre 5.56 mm. Quando descemos das montanhas, a 1 de Janeiro de 1994, encontrámo-nos com muitas AR-15 que os *valentes* polícias deixaram abandonadas na sua aparatosa fuga; mas isso é outra história.

Quando o senhor Zedillo toma o poder no México, antes do assassinato do seu predecessor (Luis Donaldo Colosio), e fracassa a sua ofensiva militar de Fevereiro de 1995, ele e o Exército federal decidem *activar* grupos paramilitares para combater o EZLN «sem o desgaste na opinião pública pela actuação directa de tropas federais»



(Memorando interno da Presidência à Sedena, documento classificado, Março-Abril, 1995). Os *por menores* foram tratados pelo *especialista* em contra-revolução general Mario Renán Castillo, sob a supervisão do seu superior, general Enrique Cervantes Aguirre, pelo então *gobernador* de Chiapas (e hoje adido da embaixada do México em Washington), Ruiz Ferro, e pelo Partido Revolucionário Institucional (PRI). O acordo foi assim: o Exército dava a instrução e a direcção estratégica e táctica, o PRI dava a *tropa* e o governo dava o armamento e o equipamento. Desta forma, com prontidão, os novos grupos paramilitares em Chiapas foram providos com espingardas de assalto AR-15 e AK-47 (conseguidas no *mercado negro* patrocinado pelos militares).

Acteal é a palavra que define cabalmente a estratégia governamental em Chiapas. As balas que destroçaram os 45 homens, mulheres e crianças nessa comunidade, em 22 de Dezembro de 1997, eram, na sua maioria, de calibre 5.56mm., algumas 7.62mm. e uma ou outra de .22. As três crianças que, há uns meses, foram aos Estados Unidos para ser tratadas por cirurgiões especialistas, apresentavam os efeitos do *calibre da mentira*: a 5.56mm.

No dia de hoje, 5 de Janeiro de 2000, 30 indígenas zapatistas do município de Chenalhó, Chiapas, sofreram uma emboscada de polícias de Segurança Pública e de priístas. Foram atacados quando saíam para cortar o seu café. Depois de horas de tortura, o governo libertou 27 deles e manteve os restantes três prisioneiros, acusados, diz, de provocar a matança de Acteal. O ridículo governamental não se detém perante o facto de que é do conhecimento

de todos que foi Zedillo quem provocou a matança de 27 de Dezembro de 1997, nem tão-pouco perante o despropósito de querer responsabilizar os zapatistas, que não são mais do que as vítimas dos paramilitares. Não, vai mais longe porque a prisão dá-se no contexto de uma suposta iniciativa de paz do governo federal que oferece, entre outras coisas, a libertação dos zapatistas presos. E não só não os liberta como aumenta o seu número com os pretextos mais ridículos. Uma mentira faz com que hoje se somem mais três indígenas às centenas de zapatistas presos pelo simples e imperdoável facto de serem isso: zapatistas.

### O efeito 5.56 mm.

Sei que, nesta altura da carta, se interroga por que o tenho a si como destinatário. Bom, acontece que há alguns meses li na revista *Proceso* que o senhor derrubou um general argentino, coisa pouco frequente, e que o fez com palavras (algo inaudito). A causa do seu empenho foi então ofuscada pelo escândalo do *affaire Clinton-Lewinski* (não sei se se diz assim, a literatura *porno* não é a minha especialidade). Mas agora, mais recentemente, é mundialmente reconhecida a sua campanha para encontrar o seu neto(a). Sabe-se agora em todo o mundo que o seu filho e a sua nora foram assassinados pela ditadura militar argentina (talvez com uma bala calibre 5.56 mm.), e que o filho(a) de ambos foi vendido no *mercado negro* dos soldados de infantaria o que, para além da tortura, parece ser a especialidade dos exércitos latino-americanos. E isso da compra e venda de filhos de desapareci-

dos políticos vem a ter o mesmo efeito do 5.56 mm.: não só penetra ferindo, mas também gira dentro do corpo e causa mais e mais estragos. Como se o desaparecido deixasse de herança aos seus filhos a mesma condição. Quer dizer, um crime que sofre a vítima... e os seus descendentes.

Vi a sua carta ao governo do Uruguai e li a sua resposta à resposta desse governo (no *La Jornada*). Li e entendi por que havia caído esse general argentino. Tenho a certeza de que nunca imaginou que um dia iria enfrentar um poeta e, o que é pior, um poeta imprudente. Porque é isso que o senhor é, um poeta (ainda que às vezes se disfarce de jornalista), e é imprudente porque agora, nestes tempos, assim se chama aos que não se rendem nem se conformam.

Finalmente, queria dizer-lhe que nós, os zapatistas, o apoiamos, desejamos que o ou a encontre, que o seu neto ou neta (que já deve ser um homem ou uma mulher feito/a) merece saber que teve os pais que teve e a sua história. E, sobretudo, merece saber que tem um avô que sempre o ou a procurou, que nunca se rendeu, que fez cair um general com palavras e que comoveu o mundo com a sua causa, e que o chá já não é tão amargo se tomado com alguém que amamos, e outras coisas que, certamente, o senhor quererá que ela ou

ele saiba.

E tudo isto do calibre 5.56 mm., de Acteal, dos paramilitares, da sua luta têm a maior actualidade porque, agora que se discute se o segundo milénio já terminou em 1999 ou se termina no final de 2000, há algo que é preciso dizer.

E nós, os zapatistas, dizemos que não, que nem o milénio nem o século terminaram. Não terminarão até que haja justiça e vida e liberdade. Não terminarão até que a justiça se cumpra, se castiguem os verdadeiros culpados e seja assim impossível outro Acteal. Não terminarão até que o senhor encontre o seu neto ou neta. Não, nem o século nem o milénio podem dar-se por terminados com estes casos pendentes. É uma vergonha para a humanidade dizer que já entrou um novo milénio enquanto Acteal continua pendente na memória, e um poeta-avô procura o seu neto desaparecido. Não terminará nada enquanto os *calibres das mentiras* deste século e deste milénio continuem a dar voltas dentro de nós, destroçando-nos, matando-nos.

Assim, don Gelman, esta carta era apenas para lhe dizer que, sinceramente, esperamos poder dizer-lhe algum dia: Feliz século novo! Feliz novo milénio!

Saúde e que o tempo liberte finalmente a nossa história.

PS *armamentista*: Naturalmente, a arma que trago é uma carabina AR-15, calibre 5.56 mm. Pedia emprestada a um polícia no dia 1 de Janeiro de 1994. Claro que corria tão depressa que não cheguei a ouvir a sua resposta. Aqui a tenho, ontem servia para matar indígenas, hoje serve para que não os matem, ou que já não o façam impunemente.

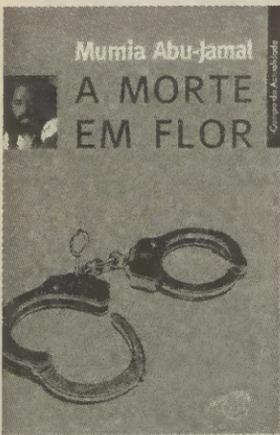
(\*) Tradução e subtítulos da responsabilidade de Anabela Fino.

## Livros



### Memed, Meu Falcão

Não é um livro de hoje, este, da autoria de Yasar Kemal, que alguns leitores portugueses já conheciam de edição mais antiga. Mas o romance agora publicado pela Caminho, na sua prestigiada colecção *Uma Terra Sem Amos*, vem abrir a oportunidade a novos leitores para lançarem o seu olhar sobre uma literatura menos conhecida, embora de grandes tradições na região do mundo onde se produziu e contribuiu para a tomada de consciência, através dos livros, da tirania e da necessidade de lutar contra a opressão. Este romance de aventuras, situado entre o realismo e a epopeia lírica, mergulha nas suas raízes nas sagas das *Mil e Uma Noites* e leva o leitor aos tempos em que foi escrito - meados dos anos 50 - ou aos tempos de hoje que não é preciso deslocalizar para se ver quanto os seus temas são actuais. Yasar Kemal nasceu na Turquia, em 1922 e fez o percurso tão caro então a muitos romancistas antes de publicar obra - foi operário, camponês, funcionário, publicista. E finalmente autor de romances, para alegria de muitos leitores espalhados pelo mundo.



### A Morte em Flor

Uma breve referência a este livro da autoria de Mumia Abu-Jamal, o jornalista negro norte-americano a cujo drama o «Avante!» tem dedicado atenção. Referência pela oportunidade da sua publicação pelo Campo das Letras que assim vem dar aos leitores a possibilidade de um encontro com a escrita de um homem que, desde 1982, persiste em proclamar a sua inocência num processo que o levou à condenação e à angustiada espera da morte, nos meandros da sinistra «justiça» dos Estados Unidos. É neste país que lhe chamam «Voz dos Sem-Voz», pela determinação em escrever, apesar das punições que vem sofrendo ao condenar um sistema desumano e em teimar em defender a vida.

# Crónicas da Idade Média

• Ruben de Carvalho

## Depois do congresso do PSD: Oposição, só à esquerda

Os abundantes comentários de fim-de-semana sobre o Congresso do PSD afirmaram maioritariamente que o conclave não dera resolução a nenhum dos problemas do partido.

Decorrida uma semana, há contudo tons diferentes.

Na maior parte dos casos, sublinha-se que a vitória de Barroso não fez dele o esperado líder que ponha o partido no caminho da governação, daqui resultando prognósticos de carácter instável da vitória. Mas, mesmo cingindo-se a este aspecto, a maioria dos textos sublinha o problema essencial de um congresso - e de um partido - esvaziado de ideias, pura e simples máquina de acesso ao poder.

É aqui que interessa sublinhar uma outra perspectiva: a crise do PSD não será uma situação transitória e circunstancial, passível de ser ultrapassada como outras foram, mas antes o resultado de mutações mais profundas, que alteram o perfil social, político e orgânico do partido e esgotaram as dinâmicas e padrões de identidade que até aqui haviam funcionado.

Um texto interessante é o desabafo de Maria João Avilez no EXPRESSO: «Talvez a conclusão mais óbvia seja esta que parece simples e não é: o PSD não é o mesmo.» As diferenças que a seguir enumera apontam exactamente para o que se referiu: o esvaziamento político e a transformação da máquina partidária num puro aparelho de clientelas.

### Política e ideias

O que se torna deveras interessante neste olhar de alguém que conhece bem o PSD é a tomada de consciência do esvaziamento do jogo político sem referir o esvaziamento ideológico.

Maria João Avilez recorda os tempos passados em que o PSD apresentava uma invejável dinâmica partidária, mas é inteiramente

omissa quanto à identificação do tecido ideológico e programático que a sustentaria e que não seria seguramente a que decorria da designação «Popular» primeiro, Social-Democrata depois...

O PPD/PSD constituiu-se como um partido de centro-direita que arregimentou várias famílias da direita e do centro ao longo de duas décadas em função do quadro político e do equilíbrio de forças do momento. Desde votar a favor das nacionalizações e da Reforma Agrária em 1976 a apresentar um candidato presidencial fascizante como Soares Carneiro, desde fazer governos de «bloco central» a protagonizar a onda neoliberal dos anos 80, tudo coube no PSD.

O PSD foi o partido possível da direita quando o 25 de Abril impôs o processo de transformações que cimentaram o regime democrático. No mesmo EXPRESSO, José António Saraiva recorda que há 25 anos o semanário era caracterizado como sendo «MRPPD», dado o alegre convívio na sua feitura de «maoístas» e «ppdês». «O que unia estes dois grupos - esclarece candidamente - era a oposição ao Partido Comunista. Os militantes do MRPP e do PPD aliam-se para combater o PCP, que nesse época dominava o Estado.»

O anticomunismo puro e simples constituiu de facto o cimento que arregimentou no PSD uma amálgama de áreas da direita convicta com um bem mais vasto eleitorado tocado pela propaganda anticomunista, pelo caciquismo, pela própria frustração que às esperanças de 74/75 contrapôs a política de direita posterior. PS e PPD aliaram-se em diversas circunstâncias e com os mais diversos figurinos, mas essas alianças tiveram sempre um fio condutor: uma política que contrariasse o quadro definido na Constituição de Abril.

Com o cavaquismo, o PSD ganhou a iniciativa face a um Partido Socialista que havia cumprido uma primeira etapa desse percurso e que nele, como não podia deixar de ser, se esgotara; o cavaquismo foi uma

quase passagem de testemunho entre duas formações políticas próximas não por um projecto comum definido pela positiva, mas antes por um comum projecto de liquidação do que o 25 de Abril criara.

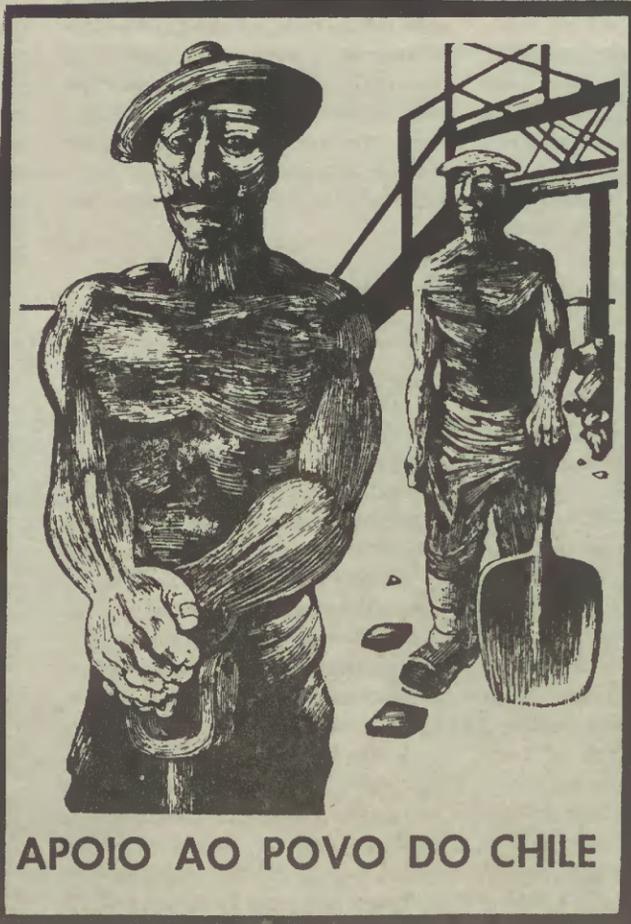
A década de governação cavaquista esgotou-se por duas vias: na oposição popular face ao crescendo de privatizações, submissão ao capital internacional, facilitação de acumulações capitalistas, liquidação de direitos de trabalhadores, etc., mas também pelo falhanço global das teorias económicas do neoliberalismo. Reagan, Thatcher ou Cavaco cumpriram o seu papel na destruição das conquistas sociais do século XX, posto o que foram sumariamente despedidos.

Os dez anos de cavaquismo, de neoliberalismo puro e duro, deram porém ao PS uma oportunidade de recuperação. A componente antifascista que restara e que dera alibi de esquerda ao papel inicial de ponta de lança da recuperação da direita foi sendo progressivamente eliminada, fora pelas leis da vida, fora pela hegemonia ideológica da direita (o sucesso, o enriquecimento, o luxo) que acompanhava o cavaquismo. Contando até com uma substituição dessa presença republicana e socializante mediante uma presença católica com um discurso de solidariedade social, o PS ficou livre para defender e pôr em prática uma política de direita apresentando-a como de esquerda, não porque o fosse, mas porque surgia como «alternativa» ao neo-liberalismo cavaquista.

Ao ganhar as eleições em 1995, o PS aproveitou o desgaste do cavaquismo, mas a política que veio a seguir é a sua pura continuidade, corrigida nos excessos, mas deles também aproveitando na atenuação de conflitualidade social antes enfrentada pelo PSD.

### Da necessidade de um partido

O grande e essencial problema do PSD hoje como partido «possível» da direita é que corre o risco de deixar de ser necessário. No enevoado universo dos interesses económicos e das políticas mais conservadoras, o CDS-PP forma uma barreira à direita; os governos Guterres fazem o mesmo que o PSD faria, com a exclusiva diferença de nas prebendas governativas servirem a sua clientela, deixando a social-democrata tanto mais frustrada quanto, afinal, não discorda da ementa, apenas protesta pelo serviço... A implosão do PSD coloca-se assim como uma perspectiva bem mais plausível do que o surgimento de um messiânico salvador que sente de novo à mesa do orçamento a clientela social-democrata. À primeira vista, poder-se-á dizer que não tem grande importância, é o puro desaparecimento de um instrumento que perdeu funcionalidade. Mas o grande problema é que esta funcionalidade, não correspondendo a uma profunda clivagem ideológica face ao PS, introduzia factores dinamizadores e mesmo contraditórios de que a democracia carece. Dilacerando-se de congresso para congresso, o PSD pode, na sua progressiva perda de força, deixar a política de direita com capacidade de alguma sedução ao centro exclusivamente entregue ao PS. Do ponto de vista da orientação política, nenhum deles foi alternativa ao outro nas últimas duas décadas, mas do ponto de vista da vivência partidária da democracia reflectiram uma conflitualidade que pelo menos impediu a eternização de hegemonias paralisantes do próprio sistema. O fracasso da «oposição» pela direita que o PSD protagoniza torna claro que, por difícil e complexa que seja, a oposição à governação PS tem de ser feita pela esquerda. E não apenas por exigência de uma alternativa política, mas também da viabilidade do próprio regime.



APOIO AO POVO DO CHILE

O termo «grotesco» utilizado para classificar o regresso de Pinochet ao Chile e o aparato militar que o rodeou peca apenas por defeito. Mas o incontornável é que se gerou uma situação melindrosa para o regresso do país de Allende à normalidade democrática. A ditadura foi derrubada no Chile em circunstâncias políticas complexas, nas quais não houve condições para destruir o principal instrumento do golpe de 73: umas Forças Armadas controladas pela direita. Seria bom que os universalmente muito activos e protagonistas magistrados recordassem que é a sociedade que faz as leis e não as leis que fazem as sociedades e que são as massas que transformam a História e as sociedades. E fazem-no estruturadas nas suas organizações, pesando em cada momento o equilíbrio de forças e as possíveis alianças, definindo a sua estratégia de luta e de intervenção - não à luz do parágrafo tantos do artigo tantos da lei tal. Juridicamente, a iniciativa de Baltazar Garzon foi seguramente interessante e mediática; politicamente, o balanço está, no mínimo, por fazer.

## Religiões

• Jorge Messias

## Ética cristã

## e «metodologia franciscana»

Quando recentemente perguntaram a João Alberto Pinto Basto, na sua qualidade de dirigente da organização que dá pelo incrível nome de «Associação Cristã de Empresários e Gestores», se a ética cristã seria compatível com o lucro capitalista, o magnata teve esta resposta lapidar: «Ética dá lucro!» Pinto Basto sabia o que estava a dizer. Aliás, no contexto em que esta afirmação foi proferida, os conceitos de *ética* e de *lucro* têm contornos precisos. *Ética cristã* corresponde à forma como o grande empresário considera o nível moral dos seus próprios comportamentos. *Lucro*, neste caso, é a mais-valia social, o benefício da própria imagem pública de grupo que só as frequentes alusões à ética cristã podem fornecer ao capitalista.

A cobertura que a doutrina da igreja pode, assim, garantir à imagem de marca do grande capital incide, neste caso, no mundo dos negócios.



Mas também nas esferas da política o mesmo acontece. *Ética cristã* é reserva ideológica estável. *Política*, poder actual em mudança. A convergência destes interesses já levou, aliás, observadores interessados, como a eng.<sup>a</sup> Maria de Lurdes Pintasilgo a concluir, em dada altura: «A política é a face moderna do sagrado...» Expressão consideravelmente ambígua mas também síntese

notável de uma certa maneira de estar na vida e na política em geral.

Considerações deste tipo remetem para outras ilustrações, em áreas de acção diferentes. E, entre vários outros exemplos disponíveis, vamos encontrar um depoimento, que interessa destacar, numa notável entrevista do padre franciscano Frei Gianmaria Polidoro, figura grada da diplomacia do Vaticano que, como tantas outras, a igreja remeteu para um prudente semianonimato. No entanto, o padre Polidoro é homem da mais alta confiança da igreja de João Paulo II. Como agente das políticas da Secretaria de Estado, viveu durante anos na URSS, foi amigo de Gorbachov e de Ronald Reagan, esteve em S. Francisco de Assis e no célebre encontro da Biblioteca do Vaticano. Após o desmantelamento dos governos socialistas do Leste da Europa, a Ordem nomeou-o Superior dos Franciscanos albaneses, justamente quando os Balcãs estavam prestes a mergulhar nos conflitos da Bósnia, da Croácia e do Kosovo. Tem o exacto perfil dos membros da «Comunidade de Santo Egídio».

Nessa altura, em 1992, o padre Polidoro falava no âmbito da sua recente intervenção política na URSS. Prudente, no início da entrevista, abriu-se um pouco depois quando, no fio da conversa, surgiu a questão de se saber se existiria, no quadro teórico da intervenção diplomática do Vaticano, uma metodologia própria e comum a outras situações paralelas. Frei Gianmaria confirmou esta suposição e consentiu, mesmo, em

explicar as linhas metodológicas gerais adoptadas pela igreja. Apenas algumas, naturalmente. De forma telegráfica, como este espaço impõe, refere-se em seguida um pouco do essencial por ele divulgado. A síntese mais parece uma receita de culinária... Passe, enfim, a leviandade da ironia, porque o assunto é verdadeiramente grave.

**Primeiro**, instala-se entre os adversários o «pensamento positivo»: nem tudo é mau no inimigo, é preciso olhar para o seu lado bom. **Depois**, convencem-se os oponentes a comparar a sua verdade com a verdade do outro: o discurso político oculta, frequentemente, insuspeitadas afinidades. **Em terceiro lugar**, valoriza-se o papel da economia em detrimento do factor ideológico. Esta é a etapa decisiva que envolve os grandes meios de financiamento alternativo. A luta das massas é dura e desnecessária. Há meios disponíveis para que se atinjam, de outra maneira, os justos



fins sociais em vista. Então, as forças representativas e os líderes do poder oponente surgem na opinião pública como autómatos com um discurso inútil e repetitivo. Como organizações de homens e mulheres, quantas vezes manchados pela corrupção que o poder arrasta, pelos ódios e pela falta de convicções profundas. Então, **quarta e última** etapa, importa *perdoar*, mas com *justiça*. A *luta de classes* dá lugar à *reconciliação*. O Estado *moraliza-se* ao identificar-se com os valores *espirituais e humanitários* de cepa cristã.

Naturalmente que o p. Gianmaria omitiu o facto de que na esteira da igreja caminham, invariavelmente, o FMI, o Banco Mundial, as poderosas transnacionais e todos os Champalimaud, Stanley Ho, Jardim Gonçalves, Melícias, Maias, Seabras e Guterres do mundo capitalista seguidos, entre águas turvas, pela flotilha de submarinos dos herdeiros de Escrivá de Balaguer. À sombra de S. Francisco.

## Pontos Naturais

• Mário Castrim

## Versos políticos

1

A Indonésia pediu desculpas a Timor.  
Está bem.  
O problema é saber se alguém poderá aceitá-las.

2

Pinochet não foi julgado atendendo aos direitos humanos.  
Tempo de Carnaval.  
Confere.

3

Kohl fez um rico negócio com o leilão da RDA.  
Gordo, europeu, sorriu.  
Já manda vir mais uma cerveja.

4

Quando fumares o teu havano dá-te conta do povo que enrolou as folhas no milagre das mãos.

5

Se tu não tens uma ideologia que raio vendes na loja?

6

A esse respeito tenho a dizer o seguinte: a questão é saber quem rouba os pobres.

7

Só vale quando se tem nas mãos a marca dos pregos.  
Viro, reviro as minhas no silêncio, no escuro.

8

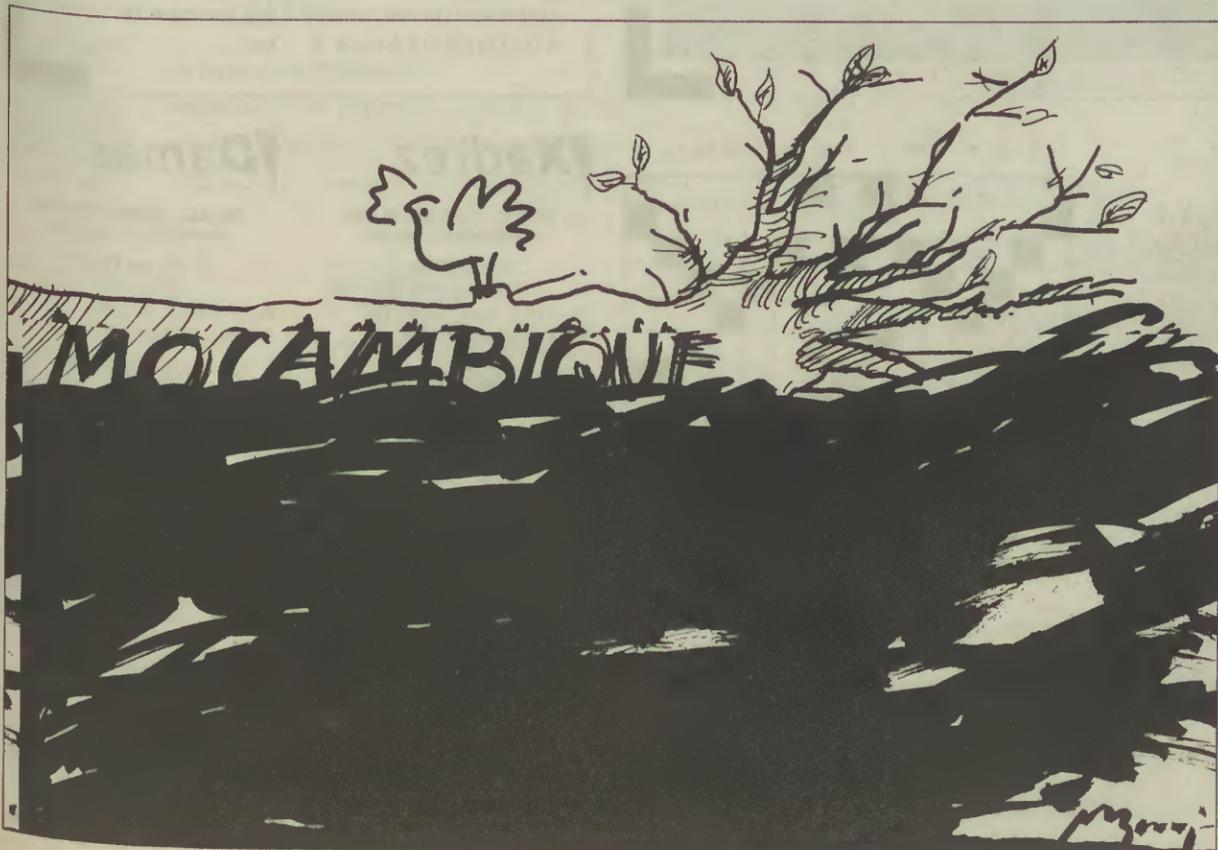
Só o delegado sindical não foi promovido nem deu a administração qualquer explicação.  
«A bom entendedor...» pensou ela.

9

Defender a igualdade das mulheres é muito mais fácil que pagar a diferença.

## Cartoon

• Monginho





**pavilhão Carlos Lopes**  
Sábado 11 Março  
16.30 horas

..... com a presença de **Carlos Carvalhas**

**comício**

espectáculo .....  
com **Manuel Freire**

PCP

## AVEIRO

**Espinho - Debate** sobre «A actualidade do ideal comunista» no CT de Espinho, 16h, e **jantar** no «Casarão do Emigrante» (Praia de Paramos), 20h: sábado, ambos com **Aurélio Santos**

**Ílhavo - Jantar** no Restaurante Carabobo: sábado, 20h, com **João Amaral**; **Bairrada - Almoço** das organizações da Bairrada, na Residencial Estância (**Oliveira do Bairro**): domingo, 13h

## ÉVORA

**Arraiolos - Jantar**: sábado, dia 11, 20h, com **João Saraiva**

**Mora - Almoço**: sábado, com **Lino de Carvalho**

**Redondo - Jantar**: sábado, com **José Sociro**

## COVILHÃ

**Covilhã - Jantar** no Pavilhão do C.C.D. Oriental de S. Martinho: sábado, 11, 20h, com **Jerónimo de Sousa**

**Tortosendo - Almoço** na Escola EB 2/3: domingo, 12, 13h, com **Armando Morais**

## LISBOA

**Sta. Iria de Azóia - Jantar** no Atlético de Via Rara: dia 18, 20h, com **Henrique de Sousa** (Inscrições: Tel. 219590010)

## LISBOA Cidade

**Jantar** no CT Vitória, promovido pelo Sector de Empresas e Serviços: sexta-feira, 10, 20h30, com **Francisco Lopes**

**Almoço** no CT Vitória, promovido pela Zona Centro, seguido de desfile para o Comício no Pavilhão dos Desportos: 12h30

**Olivais - Almoço** promovido pela Org. da Freguesia, no Centro de Trabalho dos Olivais: domingo, 12, 13h (Inscrições até 11/3 - Rui Menezes, Tel. 919633278)

**S. Vicente - Almoço** promovido pela Org. da Freguesia na col. «Grupo dos Nove», seguido de desfile para o comício: sábado, 13h

## PORTALEGRE

**Avis - Convívio** no Centro de Trabalho: sábado, 11, a partir das 16h.

## PORTO

**Amarante - Jantar** com **Ilda Figueiredo** em S. Gonçalo, Restaurante do Sobreiro (frente à Esc. Sec.): sábado, 11, 20h

**Boelhe - Almoço** com **Emídio Ribeiro** no Restaurante Miraval, em Luzim: domingo, 12h

**Felgueiras - Debate** com **José Casanova**: «O Ideal Comunista e o desafio dos novos tempos» - Sexta-feira, 10, 21h30, Auditório da Biblioteca Municipal

**Gondomar - Café-concerto** com música ao vivo na Esc. Sec. de S. Pedro da Cova: sábado,

21h30. **Almoço** na Escola Secundária de Valbom: domingo, 12, às 13h

**Maia - Jantar** no Restaurante Samuel: sexta-feira, 10, 20h30

**Paredes - Jantar** no Restaurante O Verde, em Vilarinho de Baixo, Gandra: dia 18 às 20h30

**Santo Tirso - Festa** com música ao vivo: sábado, 18h45, Esc. N.º 2 de Friães

**Trofa - Festa** no Centro de Trabalho: sábado, 11, 22h

**Vila do Conde - Jantar** com **Agostinho Lopes**, na sede do Rancho das Rendilheiras do Monte: sexta-feira, 10, 20h

## SANTARÉM

**Vila Nova da Barquinha - Jantar** promovido pelas organizações de V.N. Barquinha e Entrocamento, com **Francisco Lopes**: no Restaurante Palmeira, sábado, 11, 20h.

## SETÚBAL

**Alcácer do Sal - Almoço** no Centro Cultural e Soc. do Bairro do Laranjal, com **José Vitoriano**: sábado, dia 18, 13h

**Alcochete - Convívio** no Centro de Trabalho, com **Paulo Deus**: sexta-feira, 10, 20h30

**Almada - Almoço** na Trafaria, com **Manuel Valente**: dia 11, Rest. Verde Mar. **Almoço** na

**Costa de Caparica**, com **Manuel Valente**: dia 12, Centro de Trabalho local. **Almoço** na

**Cova da Piedade**, com **Carlos Aboim Inglês**: dia 12, no Liberdade Futebol Clube (Mutela). **Almoço** no

**Pragal**, com **Américo Leal**: dia 12, Centro de Trabalho local

**Barreiro - Debate** com **Álvaro Cunhal** nos Penicheiros: sexta-feira, 10, 21h30. **Almoço** no

CT de Santo André, com **José Morais**: sábado, 11. **Almoço** no CT do Lavradio, com **Joaquim Matias**: sábado, 11. **Almoço** na Quinta da Areia, em

Coina, com **Blanqui Teixeira**: domingo, dia 12

**Grândola - Almoço** no Pavilhão da Feira, com **Aboim Inglês**: sábado, 11, às 13h

**Moita - Jantar** no Rest. O Quintal, com **Albano Nunes**: sábado, 20h. **Almoço** em **Sarilhos Pequenos**, no Centro de Trabalho, com **José Casanova**: domingo, 12, 13h. **Almoço** em **Alhos Vedros** (Grupo Recr. e Familiar do Bairro Gouveia), com **Vicente Merendas**: sábado, 13h

**Montijo - Almoço** em Afonsos/Pegões (casa da cam. Maria Adélia), com **Virgílio Azevedo**: sábado, 13h

**Palmela - Almoço** em Águas de Moura, nos Bombeiros Voluntários, com **Jorge Pires**: domingo, 12, 13h

**Santiago do Cacém - Almoço** em Ermidas-Sado (Casão do Dimas), com **José Paleta**

**Sesimbra - Almoço** na Quinta do Conde (Centro de Trabalho) com **Álvaro Cunhal**: domingo, dia 12, 13h

## PORTO

Sexta-feira, 10, 20h30 - CT da Boavista

## JANTAR-CONVÍVIO

com a participação de **Carlos Carvalhas**

## COIMBRA

Sábado, 11, 20h - Hotel D. Luís  
**JANTAR COMEMORATIVO**

com a participação de **Carlos Carvalhas**

## REUNIÕES DE ORGANIZAÇÃO

## 5.ª Assembleia da Organização Regional de Braga

Domingo, 12 - Auditório do Instituto da Juventude  
Das 10, às 13 e das 15 às 18 horas

## Assembleia da Organização do Concelho de Coimbra

Sábado, 11 - Hotel D. Luís - 15h  
com a participação de **Sérgio Teixeira**

## Assembleia da Organização Concelhia de Santo Tirso

Sábado, 11 - Escola N.º 2 de Friães - 15h

## Assembleia da Organização Concelhia de Trofa

Sábado, 11 - CT de Trofa - 16h

## Assembleia da Organização Concelhia de Alcanena

Domingo, 12 - CT de Alcanena - 10h  
com a participação de **Albano Nunes**  
Às 13h: **Almoço-convívio** no Rest. O Malgueiro (Minde)

## Assembleia da Organização Concelhia de Santarém

Domingo, 12 - Junta de Freg. da Póvoa de Santarém - 10h  
com a participação de **Jorge Cordeiro**  
Às 13h: **Almoço-convívio** no Rest. Ponto de Encontro

## Melhores Salários

## Emprego com direitos

## Mais valor no trabalho

*Carlos Carvalhas participa e intervém na próxima terça-feira, 14, na sessão de lançamento da campanha nacional do PCP que decorrerá sob o tema em epígrafe. A sessão realiza-se em Lisboa, na Sala Descobrimientos do Hotel Continental, com início às 18 horas.*



## ALCANENA

**Reunião plenária de militantes** sobre a situação política e a próxima Assembleia Regional: domingo, 12, às 10h, no CT.

## ÉVORA

**Plenário de eleitos e activistas da CDU** da freguesia de **Canaviais**: na Casa do Povo, dia 11, às 19h.

## ESTREMOZ

Plenários das organizações das freguesias de **Arcos** (dia 10, 18h), **S. Bento do Cortiço** (dia 10, 18h), **Sta. Vitória do Ameixial** (dia 11, 16h), **S. Lourenço** (dia 13, 18h), **Evoramonte** (dia 14, 18h), **Veiros** (dia 16, 18h), **S. Domingos de Ana Loura** (dia 16, 18) - todos nas sedes das Juntas de Freguesia respectivas.

## LISBOA

**Micro e Pequenos Empresários - Plenário distrital** sobre a situação política, o OE'2000 e as questões da fiscalidade, associativismo no sector, com a participação de **Agostinho Lopes**: segunda-feira, dia 13, às 21h, no CT Vitória.

**Sector da Construção Civil** - reunião de militantes sobre questões da Organização do Partido e preparação do XVI Congresso, entre outras: segunda-feira, 13, às 18h30, no CT Vitória, com a participação de **Júlio Filipe**

**Seguros** - Plenário de militantes sobre a situação sindical e social no Sector e tarefas do Partido: quinta-feira, 16, 18h, CT Vitória.

## ODIVELAS

**Plenários preparatórios da 2.ª Assembleia da Organização Concelhia de Odivelas**:

- **Juventude/JCP** - Sexta-feira, 21h, CT de Odivelas

- **Pontinha** - Sexta-feira, 21h30, CT da Pontinha

- **Ramada** - Sexta-feira, 21h30, antigas instalações da Junta de Freguesia (R. Aura Abranches)

- **Odivelas** - Terça-feira, dia 14, 21h30, CT de Odivelas

- **Famões** - Terça-feira, 21h30, sala da Assembleia de Freguesia

## PALMELA

**Plenário**: sexta-feira, 10, 21h, Centro de Trabalho

## SACAVÉM

**Abertura do «Novo Espaço»** no Centro de Trabalho, com a participação de **Octávio Teixeira**: domingo, 16h, CT de Sacavém

## TORRES NOVAS

**Reunião plenária de militantes** sobre a situação política e a próxima Assembleia Regional, com a participação de **Jorge Cordeiro**: sexta-feira, 10, 21h30, no CT

## SEIXAL

**Corroios - Plenário de militantes** sobre a actividade partidária e nas autarquias na freguesia e no concelho do Seixal, a situação política e a preparação do XVI Congresso: sábado, 11, 15h, no CT.

**Célula dos trabalhadores da CM** - Plenário sobre tarefas em curso e XVI Congresso, com a participação de **Blanqui Teixeira**: terça-feira, 14, 17h30, Auditório do CT.



## GAIA

**A luta das mulheres num mundo dominado pelos homens**  
- debate com **Odete Santos** e **Margarida Botelho**,  
sábado, às 15h, na Junta de Freguesia de Mafamude

## PORTO

**Mulher de hoje, mulher de amanhã**  
- debate com **Odete Santos**  
Terça-feira, 14, às 14h30, no Bar da Fac. Letras

\*

**Conversa com José Casanova sobre o «Avante!»**  
Sábado, 10h, CT da Boavista

## SOLIDARIEDADE com o POVO CUBANO

**Grande espectáculo de solidariedade promovido pela Associação de Amizade Portugal-Cuba**

Filipe Crawford • Janita Salomé • João Afonso • João Paulo • Esteves da Silva • Manuel Freire • Maria do Céu Guerra • Morais e Castro  
Rui Mendes • Septeto Habanero • Vitorino • Xana • Flac

Forum Lisboa - 11 de Março, às 21h - (Reservas: Tel. 213857305)

## Férias em CUBA

Havana-Viñales-Santiago de Cuba - Cayo Coco-Varadero

**8 a 22 de Setembro**

Informações e inscrições:

PCP / Freguesia da Penha de França  
- Camarada Ivone - Tel. 218138119

ATVer

«O Mundo é um Manicómio»,  
de Frank Capra



### Fumo Azul

(Sexta, 23.30, RTP 1)

Na sequência do seu excelente «Fumo», realizado em 94, deliciosa crónica urbana cujas principais personagens eram os frequentadores de uma tabacaria de Brooklyn, o cineasta de Hong-Kong Wayne Wang (hoje radicado nos EUA) reincidiu, em conjunto com Paul Auster, numa nova e irresistível comédia, centrada no mesmo ambiente, e com participações de Harvey Keitel, Roseanne, Michael J. Fox e do realizador Jim Jarmush nos principais papéis. A descobrir.



«O Candidato», com Robert Redford



«É Sempre a Mesma Cantiga», de Alain Resnais

### O Mundo é um Manicómio

(Sexta, 23.30, RTP 2)

Um par de velhinhas decidem cometer uma série de «boa acções»: envenenar cavalheiros de prolecta idade, para que o seu fim não fosse tão dramático e infeliz... Só que outras personagens entram na história e deitam tudo a perder: um sobrinho «louco», que as tenta ajudar no desaparecimento dos cadáveres; um outro sobrinho «normal», que se esforça por corrigir a inconsciência das velhotas; e, ainda, um terceiro sobrinho (este, temível criminoso) ligado a um misterioso cúmplice. Peripécias de uma adaptação divertidíssima de «Arsénico e Rendas Velhas» que Frank Capra transforma num dos seus filmes mais deliciosos. Com Cary Grant.

### O Candidato

(Sábado, 01.15, RTP 2)

Aproveitando-se do facto de seu pai ter sido governador do Estado da Califórnia, Bill McKay propõe-se conquistar um lugar no Senado dos EUA. História linear e simples, cinematograficamente escurra e eficaz, com uma boa interpretação de Robert Redford, inteiramente adequado à personagem de um «inocente idealista», num filme típico do cinema liberal americano habitualmente preocupado com a denúncia, por vezes até satírica e feroz, das vicissitudes e da corrupção do «sistema».

## Cabo e Satélite

### O Século da Mulher



Intitula-se assim a série de programas que o canal «História» apropriadamente está a apresentar neste mês de Março, todos os sábados, pelas 19 horas. Depois de «A Liberalização dos anos 20», os próximos episódios intitulam-se «A Pílula», já depois de amanhã, «Mulheres para o Século XXI» a 18, e «Nascidas para a Escravidão» a 25. (História, sábados, das 19 às 20 horas)

### Mulheres: da realidade à ficção

Mais uma vez a mulher, como figura central, agora de um ciclo de telefilmes franceses (sob o título genérico «Combates de Mulheres»), alguns deles premiados, a transmitir todas as quartas-feiras pelas 19.50, no M6, canal francês de qualidade irregular, até aqui pouco falado neste espaço. Realizados com orçamento reduzido, muitas vezes com «câmara à mão», estes filmes de 90 minutos em média inspiram-se (a partir de inquéritos jornalísticos) na realidade feminina, na sociedade dos nossos dias. (M6, quartas-feiras, das 19.50 às 21.35)



Laurence Côte, em «La Fille Préférée»



### Toda a Gente Diz Que te Amo

(Terça, 22.50, RTP 2)

Neste filme datado de 96, Woody Allen insiste no seu tema favorito - as dificuldades das relações sentimentais - numa história centrada num ambiente familiar onde estes problemas são comuns a praticamente todos os seus membros. Com belíssimas sequências rodadas na Europa (Paris ou Veneza), o filme é mais uma excelente e original obra do realizador, como sempre evidenciando extremo bom gosto musical na banda sonora.

### É Sempre a Mesma Cantiga

(Quarta, 22.15, RTP 2)

Por falar em gosto musical e em desencontros sentimentais, o grande cineasta francês Alain Resnais surpreende aqui os seus admiradores ao encenar uma comédia na qual estes ingredientes estão também presentes, atribuindo até aos seus actores e atrizes as linhas do texto cantadas sobre a música de conhecidas canções francesas, num processo dramático que constitui uma homenagem óbvia ao argumentista britânico Dennis Potter.

### E ainda...

#### Agosto,

de Jorge Silva Melo (Quinta, 00.45, RTP 2)

Os Meus Duplos, A Minha Mulher e Eu, de Harold Ramis (Domingo, 14.00, SIC)

Os Commitments, de Alan Parker (Segunda, 22.50, RTP 2)

Barreira de Fogo, de Clint Eastwood (Segunda, 00.30, SIC)

### Quinta, 9

#### VRTP1

07.00 Hora Viva  
10.00 Praça da Alegria / Culinária  
12.30 Concurso «Quem Quer Ser Milionário?»  
13.00 Jornal da Tarde  
13.50 Ciclismo: Volta ao Algarve  
15.30 Boa Tarde  
16.30 Espaço Infantil-Juvenil  
19.00 Regiões  
20.00 Telejornal  
20.50 Remate  
21.05 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»  
21.45 Parque Maior  
23.00 A Lenda da Garça  
23.45 Senadores  
01.15 24 Horas  
01.45 1ª. Página  
02.20 «O Culto da Paixão», de Shimako Sato, Gr.Br./1992, com Julian Sands, Suzanna Hamilton, Kenneth Cranham. Terror.

#### VRTP2

07.00 Euronews  
14.45 Jazz num Dia de Verão  
15.00 Informação Gestual  
16.00 Caminho das Estrelas  
16.55 Diana e Dodi  
18.00 Informação Religiosa  
18.30 Macacos e... Macacos  
19.00 Espaço Infantil-Juvenil  
21.30 Jornal 2

### Sexta, 10

#### VRTP1

07.00 Hora Viva  
10.00 Praça da Alegria / Culinária  
12.30 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»  
13.00 Jornal da Tarde  
13.50 Ciclismo: Volta ao Algarve  
15.30 Boa Tarde  
16.30 Espaço Infantil-Juvenil  
19.00 Regiões  
20.00 Telejornal  
20.50 Remate  
21.05 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»  
21.40 A Raia dos Medos  
22.40 A Lenda da Garça  
23.30 «Fumo Azul», de Paul Auster e Wayne Wang, EUA/1995, com Harvey Keitel, Michael J. Fox, Roseanne, Jim Jarmush. Ver Destaque.  
01.05 24 Horas  
01.30 1ª. Página  
02.00 Automobilismo

#### VRTP2

07.00 Euronews  
14.45 Jazz num Dia de Verão  
15.00 Informação Gestual  
16.05 Caminho das Estrelas  
16.55 Sissi, A Imperatriz da Solidão  
18.00 Informação Religiosa  
18.30 Macacos e... Macacos

### Sábado, 11

#### VRTP1

07.00 Infantil/Juvenil  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Ciclismo: Volta ao Algarve  
15.15 Top +  
16.40 Academia de Polícia  
17.35 Aqui, Europa  
17.50 Jet 7  
18.40 Ciclismo: Volta ao Algarve  
18.55 Futebol: F.C.Porto - V. Guimarães



«Jornalistas», eficácia narrativa na SIC



Artur Ramos é o convidado de «A Outra Face da Lua»

21.00 Telejornal  
22.05 Santa Casa  
23.50 Loja do Cidadão  
00.50 Serviço de Urgência  
01.50 24 Horas  
02.10 Automobilismo

#### VRTP2

07.00 Euronews  
09.00 Universidade Aberta  
12.00 O Prazer de Criar  
12.40 A Terra  
13.30 Quem Sai aos Seus  
14.00 Parlamento  
15.00 Desporto  
19.30 Magazine 2001  
20.00 Jornal 2  
20.45 A Outra Face da Lua  
22.15 Dinheiro Vivo  
22.45 O Lugar da História  
23.45 Allô, Allô  
00.15 Híppies  
00.45 French and Saunders  
01.15 «O Candidato», de Michael Ritchie, EUA/1972, com Robert Redford, Peter Boyle, Don Porter. Ver Destaque.

#### VSIC

07.30 Zip Zap  
12.00 O Nosso Mundo  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 «Mentes Piroas», de Hart Bochner, EUA/1996, com Jon Lovitz, Tia Carrere, Louise Fletcher. Comédia Negra.  
16.00 Big Show Sic  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Mundo VIP  
22.10 Negócio Fechado  
23.40 «As Gémeas», de Eric Gibson, EUA/1996, com Monique Parent, Roberta Davis. «Thriller» Erótico.  
01.40 Último Jornal  
02.15 «Sedução Fatal», de Rick Jacobson, EUA/1998, com Jeff Trachta, Schae Harrison. Erótico.

#### VTVI

09.00 Animação  
12.00 Top Rock  
13.30 Desporto: Contra-Ataque  
14.45 Caras Lindas  
16.20 «Filhos do Desespero», de Richard Michaels, EUA/1981, com Fred Lehne, Michelle Pfeiffer, Matt Clark. Drama.  
18.00 Directo XXI  
18.35 Olho Vídeo  
19.50 «Confronto Mortal» (nenhuma actualização por parte da TVI)  
21.50 Todo o Tempo do Mundo  
23.00 «Uma Escolha de Morte», de Sheldon Larry, EUA/1998, com Wendy Crewson, Al Waxman. Drama.  
01.00 «Prisioneiros: A Revolta», de John Frankenheimer, EUA/1994, com Kyle MacLachlan, Samuel L. Jackson. Telefilme / Prisão.



«A Força do Destino», ópera de Verdi na RTP 2

22.30 Acontece  
22.50 «A Lua de Mel Agitada», de Vincent Minnelli, EUA/1954, com Lucille Ball, Desi Arnaz, Keanu Wynn. Comédia.  
00.45 «Agosto», de Jorge Silva Melo, Port./Fr./1987, com Christian Patey, Olivier Gruveiller, Manuela de Freitas, Pedro Hestnes. Drama.  
02.15 Mistérios de Ruth Rendell

#### VSIC

08.00 Buêrére  
10.00 SIC 10 Horas  
12.00 Médico de Família  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 O Juiz Decide  
15.00 Ponto de Encontro  
16.00 Fátima Lopes  
18.00 Vila Madalena  
19.00 A Força de um Desejo  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Terra Nostra  
22.10 Chuva de Estrelas  
23.35 Jogo Limpo  
02.00 Último Jornal

#### VTVI

09.00 Animação  
12.30 Estrela de Fogo  
13.30 TVI Jornal  
14.30 Louca Paixão  
16.00 Animação  
19.00 Olho Vídeo  
19.30 Directo XXI  
20.00 Marés Vivas  
21.00 Ri-te Ri-te  
22.30 Reis da Música Nacional  
00.45 «Mistério em Família», de Richard Colla, EUA, com Lisa Hartman Black, Cliff Robertson. Drama.

19.00 Espaço Infantil-Juvenil  
21.30 Jornal 2  
22.15 Aqui, Europa  
22.45 Acontece  
23.00 Andamentos  
23.30 «O Mundo é um Manicómio», de Frank Capra, EUA/1942, com Cary Grant, Josephine Hull, Jean Adair. Ver Destaque.  
01.30 Crime Violento

#### VSIC

08.00 Rali do Quênia  
08.30 Buêrére  
10.00 SIC 10 Horas  
12.00 Médico de Família  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 O Juiz Decide  
15.00 Ponto de Encontro  
16.00 Fátima Lopes  
18.00 Vila Madalena  
19.00 A Força de um Desejo  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Terra Nostra  
22.10 Chuva de Estrelas  
23.35 Jogo Limpo  
02.00 Último Jornal

#### VTVI

09.00 Animação  
12.30 Estrela de Fogo  
13.30 TVI Jornal  
14.30 Louca Paixão  
16.00 Animação  
19.00 Olho Vídeo  
19.30 Directo XXI  
20.00 Marés Vivas  
21.00 Ri-te Ri-te  
22.30 Reis da Música Nacional  
00.45 «Mistério em Família», de Richard Colla, EUA, com Lisa Hartman Black, Cliff Robertson. Drama.

**Domingo, 12**

- VRTP 1**  
 07.00 Infantil / Juvenil  
 12.00 Automobilismo: Grande Prémio da Austrália  
 13.00 Jornal da Tarde  
 13.45 Ciclismo: Volta ao Algarve  
 15.15 Made in Portugal  
 15.15 «O Gendarme de Saint Tropez», de Jean Girault, Fr./1964, com Louis de Funès, Geneviève Grad. *Comédia.*  
 16.15 Academia da Polícia  
 17.30 «Rocketman, O Astro Nabo», de Stuart Gillard, EUA/1997, com Harland Williams, Jessica Landy. *Comédia / Ficção Científica.*  
 19.10 Major Alvega  
 20.00 Telejornal  
 21.05 Agora é que São Elas  
 22.20 Domingo Desportivo  
 23.50 Nada é Sagrado  
 00.50 Prazeres  
 01.45 24 Horas  
 02.50 «Invasão de Domicílio», de David S. Jackson, EUA/1997, com Veronica Hamel, Bonnie Root. *Thriller.*

- VRTP 2**  
 07.00 Euronews  
 09.00 Programa Religioso  
 10.30 Missa

**Segunda, 13**

- VRTP 1**  
 07.00 Hora Viva  
 10.00 Praça da Alegria / Culinária  
 12.30 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»  
 13.00 Jornal da Tarde  
 14.00 A Usurpadora  
 14.50 Boa Tarde  
 16.30 Espaço Infantil-Juvenil  
 19.00 Regiões  
 20.00 Telejornal  
 20.50 Remate  
 21.05 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»  
 21.40 A Senhora Ministra  
 22.15 A Lenda da Garça  
 23.00 Jogo Falado  
 00.50 24 Horas  
 01.15 1.ª Página  
 01.35 «Verão Inesquecível», de Matty Rich, EUA/1994, com Larenz Tate, Joe Morton, Suzanne Douglas. *Comédia.*

- VRTP 2**  
 07.00 Euronews  
 14.45 Jazz num Dia de Verão  
 15.00 Informação Gestual  
 16.00 Caminho das Estrelas  
 16.55 Documentário  
 18.00 Informação Religiosa  
 18.30 Macacos e... Macacos  
 19.00 Espaço Infantil-Juvenil

**Terça, 14**

- VRTP 1**  
 07.00 Hora Viva  
 10.00 Praça da Alegria / Culinária  
 12.30 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»  
 13.00 Jornal da Tarde  
 14.00 A Usurpadora  
 14.50 Boa Tarde  
 16.30 Espaço Infantil-Juvenil  
 19.00 Regiões  
 20.00 Telejornal  
 20.50 Remate  
 21.05 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»  
 21.40 As Lições do Tonecas  
 22.15 A Lenda da Garça  
 23.00 Maria Elisa  
 00.30 Liga dos Campeões: Lazio-Marselha (diferido)  
 02.30 24 Horas  
 02.55 1.ª Página  
 03.15 Os Hughleys

- VRTP 2**  
 07.30 Euronews  
 14.45 Jazz num Dia de Verão  
 15.00 Informação Gestual  
 16.05 Caminho das Estrelas  
 16.55 Documentário  
 18.00 Informação Religiosa  
 18.30 Macacos e... Macacos  
 19.00 Espaço Infantil-Juvenil  
 20.35 Segredo dos Oceanos

**Quarta, 15**

- VRTP 1**  
 07.00 Hora Viva  
 10.00 Praça da Alegria / Culinária  
 12.30 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»  
 13.00 Jornal da Tarde  
 14.00 A Usurpadora  
 14.50 Boa Tarde  
 16.30 Espaço Infantil-Juvenil  
 19.00 Regiões  
 20.00 Telejornal  
 20.50 Remate  
 21.05 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»  
 21.40 As Lições do Tonecas  
 22.50 Remate  
 23.05 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»  
 23.35 Não é Homem Não é Nada  
 00.10 Liga dos Campeões (Resumos)  
 01.15 Esquadra de Polícia  
 02.00 24 Horas  
 02.25 1.ª Página  
 02.45 Diário de Maria  
 03.45 Longa metragem (nenhuma informação actualizada por parte da RTP)

- VRTP 2**  
 07.00 Euronews  
 14.45 Jazz num Dia de Verão  
 15.00 Informação Gestual  
 16.00 Caminho das Estrelas

**TVisto**  
 Correia da Fonseca  
**O «modelo» americano**

Nasceu na copa de uma árvore no meio da vastidão inundada, deram-lhe o nome de Rosita e as televisões contaram para todo o mundo a história do seu nascimento como símbolo da réstea de esperança que sobrevive até no meio das maiores calamidades.

Foi em Moçambique, nos piores dias das cheias, quando as imagens aéreas das zonas sinistradas eram de difícil captação porque os meios aéreos eram dramaticamente escassos e, ao que então se disse, a BBC e talvez poucas mais estações entre as mais poderosas haviam conseguido impor uma espécie de monopólio das reportagens feitas do ar. Por isso a RTP repetia imagens de serviço noticioso, o que logo foi aproveitado para que contra ela fossem disparadas algumas críticas pelos que pouco se ralam com a afrontosa mediocridade dominante nas Tv's portuguesas mas têm alérgicas reacções de rejeição quando se lembram de que ainda por aí há uma estação pública de televisão. Só alguns dias mais tarde os *media* deram a notícia de que, finalmente, estaria a chegar a Moçambique ajuda internacional de dimensão significativa. A Moçambique; ainda não necessariamente às zonas da desgraça. Era tardia a ajuda e, se como foi dito a abrir um dos noticiários «mais vale tarde que nunca», a verdade é que para muitos moçambicanos, nem se sabe ainda quantos, já não podia ser nenhuma a diferença entre tarde e nunca. Até lá, houvera aquela simpática rábula do perdão parcial ou total, conforme os casos, da dívida externa de Moçambique, mas os benefícios daí decorrentes só serão efectivos na fase de reconstrução, tempo em que também é esperável, naturalmente, que a solidariedade permita algumas recompensas às empresas dos países dádiosos que conseguirem negócios no âmbito dessa tarefa. Também foi dito que uma parte dos géneros enviados para socorro dos sinistrados já circulava no mercado negro. Talvez tenha faltado acrescentar que os desvios de géneros dificilmente terão sido feitos pelo povo mais indefeso, e

também que o acesso à independência não foi complementado, porque não podia tê-lo sido, pela supressão da existência de diversas classes no interior do país libertado apenas do colonialismo.

**Uma informação fugaz**

Foi pelo menos num dos noticiários em que a catástrofe moçambicana teve natural destaque que surgiu a informação de que a comunidade científica, ou pelo menos parte dela, atribuía ao progressivo agravamento do chamado «efeito de estufa» a dimensão invulgar das chuvadas que estiveram na origem das inundações, à semelhança do já ocorrido com outros flagelos de origem meteorológica noutros lugares do mundo embora, suponho eu, sem consequências trágicas à mesma escala. A verdade é que a informação passou fugazmente, que não a vi repetida ou desenvolvida noutros noticiários da mesma ou de outras estações, que também não dei por ela na imprensa escrita, pelo menos com o relevo que, a ser verdade ou de veracidade provável, se justificaria. Talvez seja apenas uma hipótese excessiva ou até absurda, talvez tenha fundamento, um dia se saberá ao certo se os que mandam nestas coisas da informação livre derem licença. O que parece não suscitar dúvidas é que «o efeito de estufa» tem vindo a ser denunciado por fontes autorizadas como constituinte de uma grave ameaça, a médio/longo prazo, para a subsistência de boas condições de sobrevivência humana no planeta. E também que é consequência directa da industrialização selvagem, sem os mínimos cuidados de preservação ambiental que poderiam vir embarçar a obtenção de lucros máximos, realizada pelas sociedades ditas avançadas do hemisfério norte que, por acaso, agora não se mostraram excessivamente lesto no socorro a Moçambique. Ora, como bem se sabe, esse tipo de industrialização foi desde sempre liderado, se não imposto por força das lógicas concorrenciais, pela máquina financeira-industrial dos Estados Unidos. Não será decerto forçar as palavras dizendo-se que se trata do «modelo» americano. Temos, pois, que talvez o «modelo» americano, cujo brilho e dinâmica de vitória impressiona tanto o mais variado tipo de gentes, seja responsável não só por desgraças e crimes de que é o causador insuficientemente oculto, mas também por catástrofes como a de Moçambique. Que isto dizer que uma parte dos lucros americanos tem como contrapartida os mortos moçambicanos. O entendimento das coisas obriga a que reflectamos sobre isto.



«Bacalhau Com Todos», a antítese do serviço público, na RTP 1

- 11.25 Novas Aventuras de Robin Hood  
 12.30 Caminho das Estrelas  
 13.30 Quem Sai aos Seus  
 14.00 A Minha Vida com os Animais  
 14.30 Onda Curta: Curtas Metragens  
 15.00 Desporto 2  
 19.00 Rotações  
 19.30 Jornal de África  
 20.00 Bombordo  
 20.30 Artes e Letras: «Frank Ghery»  
 21.30 Jornal 2  
 22.15 Horizontes da Memória  
 22.45 A Grande Obra (Estreia)  
 23.35 Travessa do Cotovelo  
 00.45 Ópera: «A Força do Destino»

- VSIC**  
 07.30 Zip Zap  
 12.00 BBC Vida Selvagem  
 13.00 Primeiro Jornal  
 14.00 «Os Meus Duplos, a Minha Mulher e Eu», de Harold Ramis, EUA/1996, com Michael Keaton, Andie MacDowell. *Comédia.*  
 16.00 Rex, O Cão Polícia  
 18.00 «Os 101 Dálmatas, Desta Vez a Magia é Real», de Stephen Herek, com Glenn Close, Jeff Daniels. *Fantasia.*  
 20.00 Jornal da Noite  
 21.00 Residencial Tejo  
 22.15 Herman Sic  
 00.15 «Má-Fé», de Harold Becker, EUA/1993, com Aled Baldwin, Nicole Kidman, Bill Pullman. *Thriller.*  
 02.15 Último Jornal  
 02.50 O Guardia-Costas

- VTVI**  
 09.00 Animação  
 11.00 Programas Religiosos (Inclui Missa)  
 13.00 Portugal Português  
 14.00 Caras Lindas  
 16.00 «Filhos Roubados», de Charles Wilkinson, EUA/1996, com Melissa Gilbert, Dennis Weaver. *Drama.*  
 18.00 Cocktail Nacional  
 19.30 Directo XXI  
 19.50 «Viagem Diabólica» (nenhuma actualização por parte da TVI)  
 21.50 Todo o Tempo do Mundo  
 23.00 Os Médicos  
 24.00 «A Silhueta» (nenhuma actualização por parte da TVI)  
 02.00 «Zé do Telhado», de Armando de Miranda, Port./1945, com Virgílio Teixeira, Patrícia de Lencastre. *Drama.*

- 20.35 Segredos dos Oceanos (Estreia)  
 21.30 Jornal 2  
 22.30 Acontece  
 22.50 «Os Commitments», de Alan Parker, Gr.Br./1991, com Robert Arkins, Michael Aherne, Angeline Ball. *Musical*  
 01.00 Perigo Iminente

- VSIC**  
 08.00 Buééré  
 10.00 SIC 10 Horas  
 12.00 Médico de Família  
 13.00 Primeiro Jornal  
 14.00 O Juiz Decide  
 15.00 Ponto de Encontro  
 16.00 Fátima Lopes  
 18.00 Vila Madalena  
 19.00 A Força de um Desejo  
 20.00 Jornal da Noite  
 21.00 Terra Nostra  
 22.10 Roda dos Milhões  
 00.30 «Barreira de Fogo», de Clint Eastwood, EUA/1997, com Clint Eastwood, Sondra Locke. *Ação.*  
 02.30 Último Jornal

- VTVI**  
 09.00 Animação  
 12.30 Estrela de Fogo  
 13.30 TVI Jornal  
 14.30 Louca Paixão  
 16.00 Animação  
 18.00 Asas nos Pés  
 19.00 Olhó Vídeo  
 19.30 Directo XXI  
 20.00 Marés Vivas  
 21.00 Quero Justiça  
 22.40 «Corrupção em Brooklyn», de Frank Rainone, EUA/1997, com Danny Aiello, Rick Aiello, Maria Grazia Cucinotta. *Drama.*  
 00.45 «O Poeta», de Peter Levin, EUA/1995, com Bruce Davison, Clayton Rohner, James Pickens, Jr. *Drama.*

**«Aqui Europa», informação «institucional» a espreitar na RTP**



- 21.30 Jornal 2  
 22.30 Acontece  
 22.50 «Toda Gente Diz Que te Amo», de Woody Allen, EUA/1996, com Woody Allen, Goldie Hawn, Alan Alda, Julia Roberts, Tim Roth. *Ver Destaque.*  
 00.30 A Queda das Monarquias Europeias

- VSIC**  
 08.00 Buééré  
 10.00 SIC 10 Horas  
 12.00 Médico de Família  
 13.00 Primeiro Jornal  
 14.00 O Juiz Decide  
 15.00 Ponto de Encontro  
 16.00 Fátima Lopes  
 18.00 Vila Madalena  
 19.00 A Força de um Desejo  
 20.00 Jornal da Noite  
 21.00 Terra Nostra  
 22.00 Filmes Sic: «Facas e Anjos» (nenhuma informação actualizada por parte da SIC)  
 24.00 «Crime na Marinha», de David Burton Morris, EUA/1997, com Kenner Ames, Shawn Ashmore, Bonnie Bedelia. *Policial.*  
 02.50 Último Jornal

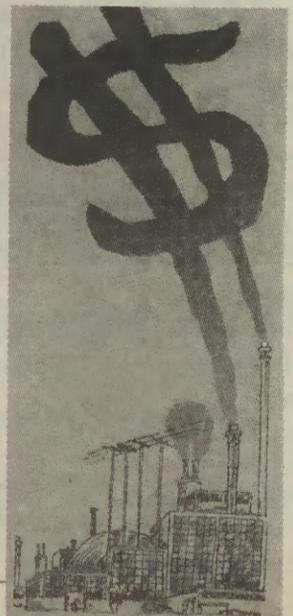
- VTVI**  
 09.00 Animação  
 12.30 Estrela de Fogo  
 13.30 TVI Jornal  
 14.30 Louca Paixão  
 16.00 Animação  
 19.00 Olhó Vídeo  
 19.30 Directo XXI  
 20.00 «Regresso a Casa», de Duwayne Dunham, EUA/1993, com Robert Hays, Kim Greist, Jean Smart. *Drama.*  
 22.00 «Inferno», de Rodney McDonald, EUA/1997, com Don «The Dragon» Wilson, Evan Lurie. *Drama.*  
 24.00 «Johnny Mnemonic», de Robert Longo, EUA/1995, com Keanu Reeves, Dina Meyer. *Ficção Científica.*  
 02.10 «Um Mundo de Ódio», de Leora Barish, EUA/1995, com Meredith Salenger, Morgan Fairchild. *Drama.*

- 16.55 Documentário  
 18.00 Informação Religiosa  
 18.30 Macacos e... Macacos  
 19.00 Espaço Infantil-Juvenil  
 20.00 Jornal 2  
 21.00 Acontece  
 21.15 Segredos dos Oceanos  
 22.15 «É Sempre a Mesma Cantiga», de Alain Resnais, Fr./1997, com Jean-Pierre Bacri, Agnès Jaoui, Pierre Arditi. *Ver Destaque.*  
 00.20 Zoom

- VSIC**  
 08.00 Buééré  
 10.00 SIC 10 Horas  
 12.00 Médico de Família  
 13.00 Primeiro Jornal  
 14.00 O Juiz Decide  
 15.00 Ponto de Encontro  
 16.00 Fátima Lopes  
 18.00 Vila Madalena  
 19.00 A Força de um Desejo  
 20.00 Jornal da Noite  
 21.00 Terra Nostra  
 22.00 Jornalistas  
 23.40 «Viagem Sem Regresso», de Frank Cappello, EUA/1996, com Russell Crowe, Helen Slater. *Ação.*  
 02.20 Rally de Portugal  
 02.40 Último Jornal  
 03.15 Toda a Verdade: Poligamia

- VTVI**  
 09.00 Animação  
 12.30 Estrela de Fogo  
 13.30 TVI Jornal  
 14.30 Louca Paixão  
 16.00 Animação  
 19.00 Olhó Vídeo (1.ª Parte)  
 19.00 Directo XXI  
 19.30 Olhó Vídeo (2.ª Parte)  
 20.35 Ri-te, Ri-te  
 22.00 «Bomba a Alta Velocidade» (nenhuma actualização por parte da TVI)  
 24.00 «Delta de Vénus», de Zalman King, EUA/1995, com Audie England, Costas Mandylor. *Erótico.*

**Nota:**  
 A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.



## A talhe de foice

• Henrique Custódio

### O poltrão

**Q**uando o ditador Augusto Pinochet já se encontrava a bordo do avião-hospital da Força Aérea chilena que, esta semana, o levou de regresso ao Chile, uma prenda de última hora deu entrada na aeronave estacionada algures na Grã-Bretanha.

A prenda consistia na reprodução de uma salva de prata feita na Inglaterra de 1588 para assinalar a vitória britânica sobre a Invencível Armada espanhola, e quem a enviou ao velho fascista foi a ex-primeira-ministra britânica, Margareth Thatcher. O simbolismo da oferta não podia ser mais insolente: por interposta salva de prata, Thatcher associava a besta chilena ao júbilo de mais uma vitória da Inglaterra sobre a Espanha.

Só que a vitória em presença não foi a da Inglaterra sobre a Espanha, por muito que isso agradasse ao desvario imperial da senhora Thatcher. Vitória, se a houve, foi a da hipocrisia dos governos britânico e espanhol sobre as suas próprias juras democráticas, aliando-se nesta ignomínia de libertar o carneiro de Santiago a pretexto dos direitos humanos.

Entretanto, usando a mesma desfaçatez com que fingiu a sua salvadora incapacidade física e mental, Pinochet ergueu-se da cadeira de rodas mal pisou solo chileno para, provocadoramente, passar revista às tropas que o aguardavam em grande continência. Esta arrogância do ditador seria uma afronta para os seus compassivos ex-carcereiros, se honra houvesse tanto na libertação como nos libertadores. Assim, o que sobrou desta farsa foi a exposição mundial quer da cobardia de um criminoso reles - tão poltrão que não hesitou em se mascarar de velho indefeso para fugir à justiça -, quer da pusilanimidade de um governo trabalhista que se reivindica inventor da «terceira via para o socialismo». Todavia, apesar do fracasso deste processo e da aparente impunidade com que Pinochet dele saiu, nada ficou como dantes, tanto para o direito internacional como no que ao ditador diz respeito.

O direito viu-se, a um tempo, enriquecido no seu raio de acção e amesquinçado na sua essência, deixando à vista o quadro contraditório de um ordenamento jurídico internacional que deu passos em frente na defesa dos direitos do homem para se enfiar - e, com ele, o próprio avanço conseguido - no bolso dos governos que tudo podem e decidem, na gestão totalitária dos «interesses de Estado» de que são, aliás, intocáveis sacerdotes.

Foi assim que uma decisão política, conluída pelos governos inglês e espanhol, barrou liminarmente o caminho aos tribunais que se propuseram julgar Pinochet e deixando claro de que lado estão estes democráticos corações que governam na União Europeia. Quanto a Pinochet, a humilhação pessoal, profissional e política já ninguém lha tira, deixando este «salvador da pátria» exposto, aos olhos do seu país e do mundo, não apenas como o tirano brutal que os seus crimes atestam, mas também como um poltrão sem pinga de coragem nem réstia de dignidade, que o seu comportamento agora confirmou. Valha-nos isso.

Dia Internacional da Mulher comemorado em todo o País

## Primeiro dia da Marcha Mundial

A Dia Internacional da Mulher fica este ano assinalado, também no nosso país, pelo início da Marcha Mundial das Mulheres no Ano 2000. Uma grande realização que se cruza com múltiplas outras iniciativas.

A Plataforma Nacional da Marcha realizou ontem, frente ao Palácio Foz, em

Lisboa, uma conferência de imprensa destinada a informar sobre esta grande ini-

ciativa internacional, dos seus objectivos, do que se vai passar e que tipos de acções se vão agora iniciar em todo o mundo até 17 de Outubro, data da concentração

Em diversos pontos do País tiveram lugar diferentes iniciativas, mobilizando nomeadamente os sindicatos

mundial em Nova Iorque, frente às Nações Unidas.

Foi ainda distribuído aos órgãos de comunicação social um dossier com depoimentos de mulheres, versando os dois temas

centrais da Marcha: a pobreza e a violência exercida sobre as mulheres.

Em diversos pontos do País tiveram lugar diferentes iniciativas, mobilizando nomeadamente os sindicatos.

Sob o lema «Igualdade com direitos/Emprego de qualidade», e no âmbito da preparação da Jornada de Luta de 23 de Março, as Uniões dos Sindicatos de Lisboa e Setúbal organizaram um cordão humano de activistas sindicais e trabalhadores. O cordão culminou numa concentração nos Restauradores, com exposições de rua e diversas intervenções públicas no local, para além da entrega do dossier de reivindicações junto da ministra para a Igualdade.

Também os trabalhadores da Norpote desfilaram pelas ruas de Lisboa, tendo aprovado uma resolução, em concentração junto ao Ministério da Economia, depois entregue neste mesmo ministério.



Este ano a situação da mulher será assinalada com lutas ao longo de vários meses

## Carlos Carvalhas em Praga e Budapeste

Correspondendo a convites, respectivamente, do Partido Comunista da Boémia e Morávia e do Partido dos Trabalhadores Húngaro, o Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, visitou Praga e Budapeste, de 27 de Fevereiro a 1 de Março, acompanhado por Carlos Aboim Inglez, membro do Comité Central e da Secção Internacional.

Em Praga, o Secretário-Geral do PCP manteve conversações com os camaradas Miroslav Grebenicek, Presidente do CC do PC da Boémia e Morávia, e Vaclav Exner e Miloslav Ransdorf, Vice-Presidentes. Acompanhado pelo camarada Ransdorf, também deputado, o Secretário-Geral do PCP visitou o Parlamento, onde

teve conversações com os deputados Vladimir Lastufka, do P.S.D. Checo, e Jan Zahradil, do P. Democrático Cívico, ambos vice-presidentes da Comissão parlamentar para a integração europeia. A delegação do PCP foi recebida na Câmara Municipal de Praga pelo seu Vice-Presidente, Jiri Paroubek, do P.S.D. Checo. O camarada Carlos Carvalhas concedeu uma entrevista à Agência Noticiosa Checa.

Em Budapeste, o Secretário-Geral do PCP teve conversações com o camarada Gyula Thürmer, Presidente do Partido dos Trabalhadores Húngaro, e membros do Presidium do PTH. A delegação do PCP teve um encontro com Laszlo Sándor, Presidente da Confede-

ração Nacional dos Sindicatos Húngaros, acompanhado por Karoly Szoke, Vice-presidente da União dos Sindicatos dos Trabalhadores Metalúrgicos, e Anna Bitá Farkas, presidente da Plataforma de Esquerda na Confederação. Carlos Carvalhas teve um encontro com activistas do PTH na cidade de Budapeste e participou numa recepção dada pelo PTH por motivo da sua visita, onde se encontrou com representantes de outros partidos de esquerda, organizações cívicas e personalidades húngaras e membros do corpo diplomático. O Secretário-Geral do PCP deu uma conferência de imprensa e foi entrevistado por um canal de TV privada húngara.

Em ambas as visitas foram trocadas informações e apreciações sobre a situação dos países e partidos respectivos, bem como sobre um largo leque de questões internacionais, em particular da Europa. Foi reafirmada a vontade de manter e desenvolver as relações bilaterais de cooperação e solidariedade existentes entre o PCP e o PCBM e entre o PCP e o PTH, de amizade entre os respectivos povos, e o empenho em reforçar o conhecimento e entendimento entre os comunistas, a convergência de acção entre todas as forças de esquerda e progressistas.



### Aniversário do PCP

Os 79 anos de vida do PCP vão ser assinalados, em Lisboa, neste próximo sábado, com um comício comemorativo no Pavilhão Carlos Lopes.

O comício conta com a presença de Carlos Carvalhas, secretário-geral.

Haverá ainda espectáculo com Manuel Freire.



### Jornalismo e sociedade

«Jornalismo e sociedade» é o novo livro de Fernando Correia, uma introdução ao estudo e à prática do jornalismo enquanto fenómeno social.

Lançado pela Editorial «Avante!», a obra aborda questões como os media na sociedade capitalista, na sociedade portuguesa, o lugar dos jornalistas e o jornalismo numa perspectiva ideológica e de transformação social. Termina com uma nota histórica sobre a imprensa operária.

A sessão de lançamento teve lugar ontem, no Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa.

A apresentação foi feita por José Casanova.

